

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

JACQUELINE MARINHO DE SOUSA

**CONTRIBUIÇÕES DO PNLD AO ENSINO DE SOCIOLOGIA:
ANÁLISE DOS GUIAS DE LIVROS DIDÁTICOS**

Marília

2020

JACQUELINE MARINHO DE SOUSA

CONTRIBUIÇÕES DO PNLD AO ENSINO DE SOCIOLOGIA:

Análise dos Guias de Livros Didáticos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio) da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de Concentração: Práticas de ensino e conteúdos curriculares.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lúcia Maria Vianna Possas.
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Sueli Guadalupe de Lima Mendonça.

MARÍLIA

2020

S725c Sousa, Jacqueline Marinho de
Contribuições do PNLD ao ensino de Sociologia : análise dos
Guias de Livros Didáticos / Jacqueline Marinho de Sousa. --
Marília, 2020
106 p. : il.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual
Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Lídia Maria Vianna Possas
Coorientador: Sueli Guadalupe de Lima Mendonça

1. Sociologia. 2. Livros didáticos. 3. Guias. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CONTRIBUIÇÕES DO PNLD AO ENSINO DE SOCIOLOGIA:

Análise dos Guias de Livros Didáticos

Dissertação para obtenção do título de Mestre em Sociologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, na área de concentração Prática de ensino e conteúdos curriculares.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: _____

Prof.^a Dr.^a Lídia Maria Vianna Possas. UNESP – Marília (SP).

2º Examinador: _____

Prof.º Dr. Marcelo Augusto Totti. UNESP – Marília (SP)

3º Examinadora: _____

Prof.^a Dr.^a Eva Aparecida da Silva. UNESP – Araraquara (SP).

Marília, 29 de outubro de 2020.

Dedico aos docentes de Sociologia da Educação Básica
pela luta diária pelo Ensino de Sociologia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, Francisca Jane e a minha avó Lenira Maria que tanto me incentivaram a trilhar o caminho da pesquisa. Pelo apoio que me deram para que viajasse semanalmente de São Paulo a Marília; pelas palavras de conforto, carinho e afeto. Em especial a minha mãe, pelas longas conversas sobre a vida, discussões sobre texto e por sempre me entender em todos os momentos. A meu irmão Gustavo, que me apoiou nos momentos felizes e difíceis durante destes dois anos.

Às pessoas incríveis Álvaro, Hainra, Felipe, Sayonara, Maria Cecília, Elaine e Nadya, que tive a oportunidade de conhecer graças ao ProfSocio, e se tornaram amigos do peito. Obrigada pelas conversas durante horas de viagem, pelas discussões nos jardins do campus, pelas risadas e histórias que acalentaram meu coração e me faziam enfrentar os desafios do mestrado de forma mais leve. Sem vocês esta jornada seria mais árdua.

Aos amigos de coração: Sérgio e Joilma Patrícia pelos diálogos, incentivo e contribuição com a pesquisa.

Às colegas de mestrado: Ariad, Marina e Rivelino pelas conversas e apoio que tanto me ajudaram a finalizar este trabalho.

Às colegas do Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero (LIEG) que através de nossas discussões enriqueceram minhas reflexões sobre a pesquisa.

A minha orientadora, Dr.^a Lídia Maria Vianna Possas pela atenção, compreensão e produtivas discussões no LIEG. E minha coorientadora, Dr.^a Sueli Guadalupe de Lima Mendonça, que contribuiu com meu crescimento intelectual através de seus apontamentos sempre de forma gentil e compreensiva com esta estudante-trabalhadora. Ambas, professoras admiráveis que terei como exemplo na minha trajetória como docente.

A meu companheiro Eder Lucas, que me apoiou e me incentivou para que finalizasse esta pesquisa em meio a pandemia COVID -19. Sem ele, certamente, o final desta trajetória seria menos iluminada!

Por fim, agradeço ao ProfSocio e aos docentes do Mestrado Profissional da Unesp Marília, pelo empenho e compreensão com os e as estudantes da primeira turma deste programa de pós-graduação.

Imensamente grata a todos e todas!

*"O que me proponho contar parece fácil e à mão de todos.
Mas a sua elaboração é muito difícil.
Pois tenho que tonar nítido o que está quase apagado e que mal vejo.
Com mãos de dedos duros enlameados
apalpar o invisível na própria lama"
(LISPECTOR, C., 1988, p.19).*

RESUMO

Este trabalho se debruçou sobre o ensino de Sociologia na perspectiva da análise dos Guias de Livros Didáticos do PNLD de Sociologia e seus respectivos Editais. O objetivo foi verificar como os Guias contribuíram para a consolidação da Sociologia no currículo do Ensino Médio tendo como hipótese a investigação dos Guias do PNLD, possibilitando traçar um panorama das mudanças e avanços dos livros didáticos nele indicados. Para tanto fizemos um retrato do “estado da arte” do Ensino de Sociologia e sistematizamos as referências que orientaram a pesquisa. Abordamos o processo histórico que originou o PNLD e a consolidação do Programa, incluindo suas transformações recentes. Analisamos os Editais do PNLD 2009, 2012 e 2015 os quais direcionaram a confecção dos Guias do PNLD de 2012, 2015 e 2018. Elaboramos um quadro comparativo dos documentos. Contamos com a aplicação de um questionário *online* para oitenta e um docentes de Sociologia da rede pública em treze estados e o Distrito Federal para observarmos as impressões e apropriações sobre os Guias e livros didáticos de Sociologia. Considerou-se que os Guias apresentam ponderações significativas para o ensino de Sociologia. São materiais que, se utilizados pelos docentes, podem resultar na escolha do livro didático que seja mais adequado à realidade da unidade escolar. O PNLD instituiu um modelo de avaliação que favoreceu e fortaleceu a qualidade das obras didáticas de Sociologia. Assim, a presente pesquisa discute brevemente a situação precária atual e a qualidade das obras didáticas selecionadas pelo PNLD a partir do Decreto nº 9.099/2017 e a Sociologia após a Reforma do Ensino Médio.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia. Guia de Livros Didáticos. PNLD.

ABSTRACT

This work focused on the teaching of Sociology from the perspective of the analysis of the Textbook National Program (PNLD) of sociology and their respective public notice. The objective was to verify how the Guides contributed to the consolidation of Sociology in the High School curriculum. Taking as hypothesis that the research of the PNLD Guides would make it possible to draw an overview of the changes and advances of textbooks. To do so, we made an understanding of "state of art", from sociology teaching and systematized the references that guided the research. We approached the historical process that originated the PNLD and the consolidation of the Program, including its recent transformations. We analyzed 2009, 2012 and 2015 of the PNLD public notice, which directed the preparation of 2012, 2015 and 2018 of the PNLD Guides. We have prepared comparative board of the documents. An online survey questionnaire was applied to eighty-one Sociology teachers from public schools on thirteen states and the Federal District to observe impressions and appropriations on Sociology Guides and textbooks. It was considered that the Guides present significant considerations for the Sociology teaching. They are materials that if used by teachers, may result in the choice of the textbook that is more appropriate to the reality of the school unit. PNLD established an evaluation model that favored and strengthened the quality of Sociology textbook. In this way, the present research briefly discusses the recent instable situation and quality of the textbook selected by the PNLD from the Decree 9.099/2017 and the Sociology after the High School Reform.

Key words: Sociology teaching. Textbook Guide. PNLD.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Avaliadores e suas respectivas regiões do país.....	69
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Livros didáticos aprovados no PNLD	68
Gráfico 2 – Livros didáticos escolhidos pelas escolas no PNLD 2012	75
Gráfico 3 – Livros didáticos escolhidos pelas escolas no PNLD 2015	76
Gráfico 4 – Livros didáticos escolhidos pelas escolas no PNLD 2018.....	76
Gráfico 5 – Professores que conheciam o Guia de Livros Didático do PNLD de Sociologia.	77
Gráfico 6 – Professores que acessaram o Guia de Livros Didático do PNLD de Sociologia ..	78
Gráfico 7 – Professores orientados pela gestão escola a utilizar o Guia do PNLD.....	79
Gráfico 8 – Critérios utilizados pelos professores para a escolha do livro didático.....	80
Gráfico 9 – Avaliação dos professores sobre as mudanças ocorridas nos livros didáticos	81
Gráfico 10 – Temáticas acrescentadas aos livros didáticos segundo os professores.....	82
Gráfico 11 – Utilização do livro didático do PNLD e outros materiais pelos docentes	86
Gráfico 12 – Avaliação dos docentes sobre o último PNLD de Sociologia.....	86
Gráfico 13 – Contribuição do PNLD para a consolidação da Sociologia no Ensino Básico. .	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Critérios avaliativos gerais do PNLD	59
Quadro 2 - Princípios de Ciências Humanas.....	60
Quadro 3 – Critérios específicos para Sociologia	61
Quadro 4 - Guia de Livros Didáticos do PNLD Sociologia 2012.....	64
Quadro 5 - Guia de Livros Didáticos do PNLD Sociologia 2015.....	64
Quadro 6 - Guia de Livros Didáticos do PNLD Sociologia 2018.....	65
Quadro 7 - Critérios específicos de avaliação dos livros didáticos de Sociologia.....	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BNCC** – Base Nacional Comum Curricular
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CBS** - Congresso Brasileiro de Sociologia
- CEB** – Câmara de Educação Básica
- CNE** – Conselho Nacional de Educação
- CNLD** – Comissão Nacional do Livro
- COLTED** – Comissão do Livro Técnico e Didático
- COVID-19** – Corona Virus Disease 19
- DEB** – Diretora de Educação Básica
- DCNEM** – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
- ENESEB** – Encontro Nacional do ensino de Sociologia na Educação Básica
- EMC** – Educação Moral e Cívica
- FAE** – Fundação de Assistência ao Estudante
- FENAME** – Fundação Nacional do Material Escolar
- FNDE** – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- FUNDAJ** – Fundação Joaquim Nabuco
- GLD** – Guia de Livros Didáticos
- GT's** – Grupos de Trabalho
- INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- INL** – Instituto Nacional do Livro
- INT** – Instituto Nacional de Tecnologia
- IPT** – Instituto de Pesquisas Tecnológicas
- LDBEN** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC** – Ministério da Educação
- OCNEM** – Orientações Curriculares para o Ensino Médio
- OSPB** – Organização Social e política Brasileira
- PARFOR** – Plano Nacional para Formação de Professores
- PCN'S** – Parâmetros Curriculares Nacionais
- PIBID** – Programa Institucional de Iniciação à Docência
- PL** – Projeto de Lei
- PLID** – Programa do Livro Didático

PNBE – Programa Nacional da Biblioteca da Escola

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PNLEM - Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio

PRODOCÊNCIA – Programa de Consolidação das Licenciaturas

PROFSOCIO – Programa de Mestrado Profissional em Sociologia

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia

SEB – Secretaria de Educação Básica

STF – Superior Tribunal Federal

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNESP – Universidade Paulista Júlio de Mesquita

UNIVASF – Universidade do Vale do São Francisco

USAID – United States Agency for International Development

UVA – Universidade Federal do Vale do Aracajú

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 ESTADO DA ARTE: ENSINO DE SOCIOLOGIA	21
1.1 O percurso histórico do Ensino de Sociologia no Brasil	22
1.2 A Retomada do ensino de Sociologia	28
2 O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD)	35
2.1 Os livros didáticos.....	35
2.2 A criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)	40
2.3 As transformações recentes do PNLD	49
3 PNLD/SOCIOLOGIA: A ENTRADA TARDIA	52
3.1 Análise dos editais do PNLD – Ensino Médio	53
3.2 Análise dos Guias de Livros Didáticos do PNLD – Sociologia	63
3.2.1 <i>Os avaliadores do PNLD de Sociologia</i>	65
3.2.2 <i>Dados do questionário de pesquisa</i>	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
APÊNDICE A – MODELO DO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	102

INTRODUÇÃO

Durante a graduação em Ciências Sociais (2009-2012), no Centro Universitário Fundação Santo André (FSA), participei do Programa Institucional de Bolsa e Incentivo à Docência (Pibid) de 2010 a 2012. O Programa foi fundamental para a aproximação entre estudantes de graduação e a escola de Educação Básica. Os anos que fui bolsista do Programa, me dediquei junto aos colegas “pibidianos” a realizarmos projetos da Escola Estadual Dr. Fausto Cardoso Figueira de Mello, em São Bernardo do Campo, bem como nos debruçamos sobre a análise dos Cadernos do Professor e Cadernos do Aluno, implementados através do programa São Paulo faz Escola pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

A análise dos Cadernos, tanto do Professor quanto do Aluno, se fazia necessária, uma vez que a Sociologia tinha retornando a poucos anos ao currículo do Ensino Médio e havia um déficit de materiais didáticos da disciplina. Entre 2010 e 2011, os Cadernos fornecidos pelo Secretaria de Educação Estadual eram o único material didático oficial disponível para a disciplina de Sociologia. Ainda não havia livros didáticos de Sociologia fornecidos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e o professor de Sociologia que acompanhava meu grupo do Pibid, nos chamou a atenção para a precariedade dos materiais fornecidos aos professores e estudantes da rede pública estadual.

O material se mostrava deficiente para com os objetivos da disciplina, com um diálogo limitado sobre Sociologia, Antropologia e Ciência Política e apresentava os conteúdos de forma solta. Restava ao professor preparar o próprio material para ministrar as aulas indo além do Caderno, e elaborar atividades que cumprissem com o propósito de desnaturalizar e estranhar a realidade vivenciada pelos estudantes.

Em 2012¹, ano em que a Sociologia passou a integrar o PNLD, ingressei como docente desta disciplina na rede pública estadual de São Paulo - na periferia da cidade de São Paulo, precisamente na Zona Leste. Dessa forma pude observar de perto como a obra didática era um recurso importante para a prática docente e para os estudantes da rede pública, em uma rede com déficits de materiais e espaços para o trabalho diversificado. Sendo ainda a Sociologia uma disciplina recente no currículo, as atividades e discussões do livro contribuía para a compreensão de conceitos e temas das Ciências Sociais entre os adolescentes do Ensino Médio.

¹ Em 2012 a Sociologia foi incluída no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), sendo a primeira edição de livros didático da disciplina com alcance nacional.

Como professora também percebi a importância da formação continuada para o desenvolvimento da docência. As experiências na escola levaram à escolha do Mestrado Profissional em Sociologia, na Unesp Marília. Me encantou a possibilidade da pós-graduação destinada à professores da rede pública e com o objetivo de compreender mais a fundo o ensino de Sociologia. A pós-graduação foi uma jornada árdua, afinal, ser estudante e docente da educação básica, e estudar a cerca de 450 km de distância não foi algo simples.

Optar por estudar os Guias de Livros Didáticos, foi uma forma de compreender os materiais didáticos oficiais de Sociologia e observar suas transformações desde a implementação. Outro fator que me instigou a pesquisar sobre os materiais do PNLD de Sociologia foram as constantes críticas infundamentadas sobre seus conteúdos da disciplina, feitas, por exemplo, pelo Movimento Escola sem Partido. Ou o próprio governo Bolsonaro, que se posicionou contra os atuais livros didáticos, afirmando que os livros continham muitos textos². Foram estes os pressupostos que nortearam a escolha do tema e objeto de pesquisa.

O trabalho pretendeu analisar, a princípio, as edições dos Guias dos Livros Didáticos do Programa Nacional dos Livros Didáticos (PNLD)³ Sociologia, um conjunto de três documentos que discutem a recente reinserção do ensino de Sociologia no currículo da Educação Básica⁴ e apresentam uma análise crítica sobre os livros didáticos aprovados para a disciplina de Sociologia. Estes materiais têm a função de orientar e auxiliar docentes da rede pública, de todo o país, na escolha do livro didático utilizado no decorrer de três anos. Buscamos assim refletir sobre o PNLD como uma política pública e educacional que colaborou com a Sociologia.

Os Guias dos Livros Didáticos do PNLD indicam os livros didáticos aprovados pela comissão de avaliadores selecionada pelo Ministério da Educação (MEC) (MEUCCI, 2014). Estes materiais são pareceres produzidos a partir da avaliação das obras inscritas na chamada

² Em 02 de janeiro de 2020 o presidente Bolsonaro se contrapôs aos atuais livros didáticos do PNLD e ao intelectual Paulo Freire como aponta a reportagem da Revista Veja. **Bolsonaro critica livros didáticos: 'Muita coisa escrita'**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-critica-livros-didaticos-muita-coisa-escrita/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

³ O Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) é o programa federal de avaliação e distribuição de livros didáticos para escolas públicas de todo o Brasil, a partir de 2017, com o Decreto nº 9.099, teve a nomenclatura alterada para Programa Nacional do Livro e Material Didático, pois passou a incluir as obras literárias e pôs fim ao Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), antigo responsável pela distribuição de obras literárias às bibliotecas públicas de todo o país. Contudo a sigla continuou a mesma PNLD, motivo este que levou a utilização neste trabalho do antigo nome do programa - Programa Nacional do Livro Didático, posto que a pesquisa abrange os anos de 2012, 2015, período anterior a alteração da nomenclatura, e 2018 ano em que o já havia sido alterado o nome do programa. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 20 maio 2020.

⁴ Compreende-se como Educação Básica o Ensino Fundamental e o Ensino Médio conforme descrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº9394/96) Artigo 4.

pública do PNLD que ocorre a cada dois anos. Configuram-se como parâmetros gerais para que professores(as) analisem as propostas didático-pedagógicas e teórico-metodológicas dos livros didáticos, e realizem a escolha da obra mais adequada a realidade escolar. Os Guias, tal qual foram descritos no trabalho, tiveram sua implementação pelo MEC em 2007 como um recurso para expor aos professores da educação básica e para a sociedade como ocorriam as avaliações pedagógicas e classificar os livros inscritos no PNLD.

As mudanças político-econômicas da primeira década do século XXI no Brasil fizeram com que os Guias de Livros Didáticos do PNLD se transformassem e assumissem novas funções. Um marco na consolidação do PNLD foi o Decreto nº 7.084/2010 por colocar Universidades Públicas no comando do processo de avaliação junto a avaliadores indicados pelas próprias instituições. Este decreto foi substituído em julho de 2017 pelo Decreto nº 9.099, que impôs algumas mudanças ao PNLD e se mantém em vigor⁵.

São estas as premissas para a análise dos “Guias de Sociologia”, uma vez que podem caracterizar os avanços gerais contidos nos livros didáticos da disciplina, possibilitando conhecer o processo de desenvolvimento das obras didáticas.

Além dos Guias recorreremos também aos editais do PNLD de Sociologia para verificar os critérios de avaliação dos livros, pois neles estão dispostas as exigências do MEC para a participação das editoras no processo seletivo. Os requisitos contidos nos editais conduzem as avaliações das obras didáticas e direcionam a confecção dos Guias.

Tais considerações sobre os Guias e Editais do PNLD demonstram que a análise destes materiais pode trazer contribuições para a manutenção da Sociologia no currículo do Ensino Médio por dois motivos: primeiro, nosso estudo colaborar com a expansão das pesquisas no subcampo do Ensino de Sociologia; segundo, contribuir para demonstrar a importância da disciplina para o Ensino Médio, uma vez que a Sociologia se vê ameaçada devido a Reforma do Ensino Médio presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Deste modo, as questões que mobilizam este trabalho foram: 1) Quais avanços são possíveis verificar nos livros didáticos de Sociologia por meio da análise dos Guias de Livros Didáticos PNLD Sociologia?, e, 2) Em que medida os editais/Guias contribuíram para a consolidação da Sociologia no currículo?

Sendo o objetivo desta pesquisa analisar os Guias de Livro Didático do PNLD Sociologia das edições de 2012, 2015 e 2018, elencamos três pontos específicos: a) verificar os

⁵ Os Guias do PNLD 2015 e 2018 bem como seus respectivos editais são regidos pelo Decreto nº 7.084/2010.

avanços e as permanências temáticas entre as edições do PNLD (2012, 2015 e 2018) de Sociologia por meio do Guia do PNLD; b) analisar quais foram os desafios em torno da confecção dos livros didáticos de Sociologia de acordo com os Guias; e, c) verificar as contribuições dos Guias para o aprimoramento dos livros didáticos de Sociologia. Tendo como *locus* do trabalho os Guias de Livro Didático do PNLD Sociologia, material considerado primordial para a orientação docente, no processo de seleção dos livros didáticos de Sociologia.

Sabemos, também, que os Guias do PNLD são materiais ainda pouco explorados, e podemos encontrar um número reduzido de pesquisas – artigos, dissertações e teses – que tenham se debruçado sobre esse objeto. Visto que as pesquisas sobre o PNLD se pautam em duas temáticas gerais, vejamos: a) discussões sobre o PNLD como uma política pública e educacional; b) estudos sobre temas contidos nos livros didáticos que pertencem ao PNLD – de diversas áreas de ensino, ambas de extrema relevância (CASSIANO, 2007; HÖFLING, 2000).

A relevância da pesquisa se centra no fortalecimento do subcampo de Ensino de Sociologia e na reafirmação da permanência da Sociologia no currículo. Uma vez que os Guias são matérias de cunho histórico, por apresentarem a história do ensino de Sociologia até sua institucionalização em 2008; e político, por ser ganho de uma luta política para a implementação de uma disciplina ao currículo básico nacional e parte de uma política pública educacional de âmbito também nacional.

Estes documentos merecem ser mais observados e estudados para compreendermos as próprias transformações do PNLD de Sociologia ao longo de uma década. Fator este que nos levou à hipótese de que os Guias de Livros Didáticos do PNLD – Sociologia permitem traçar um panorama do processo de produção e apropriação bem como de aceitação pedagógica do material didático da disciplina, uma vez que neles estão contidos os temas preferenciais que podem apontar avanços e deficiências contidas nos livros didáticos de Sociologia entre 2012 e 2018.

Os Guias possuem uma trajetória ao longo das três edições do programa, que denotam também as mudanças sociais, políticas e culturais vivenciadas no país, pela sociedade e pelos movimentos sociais que exigiam ser estudadas e entendidas.

Para este estudo recorreremos à análise documental, tendo os Guias e Editais do PNLD como fontes primárias. Realizamos uma análise detalhada destas fontes. Ao referencial teórico, procuramos interpretar os dados e a discussão dos resultados, por comparação entre os Guias e

cotejar com outros trabalhos, de modo a qualificar a presente pesquisa. Um levantamento de artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses constituem também as referências para a análise pretendida.

Os estudos acerca do subcampo ensino de Sociologia são recentes, mas com uma produção significativa de trabalhos como indica Handfas e Maçaira (2014). Em geral, as pesquisas na área tendem a abordar temas como: a história da disciplina escolar, os conteúdos dos livros e manuais didáticos, o pensamento social brasileiro nos materiais didáticos, temas recorrentes às Ciências Sociais, o trabalho docente e o sentido do próprio ensino de Sociologia (CIGALES, 2015; ENGERROFF, 2017; MEUCCI, 2000; OLIVEIRA, 2013; SARANDY, 2004).

Em consonância com as pesquisas realizadas sobre ensino de Sociologia, e com os objetivos do mestrado profissional em Sociologia, nosso objeto diz respeito aos editais e Guias de Livros Didáticos do PNLD de Sociologia (2011, 2014, 2017) e relevância destes.

Observamos ao longo da pesquisa que os Guias do PNLD, bem como os editais, são materiais pouco analisados, tendo sido citados em alguns estudos sobre o livro didático de Sociologia como é caso de Engerroff (2017); Meucci (2014) e Oliveira e Cigales (2015).

Optamos por estudar os editais (2009, 2011, 2013) já que são documentos oficiais de caráter descritivo e determinam o formato do livro didático definido pelo MEC; e os Guias do PNLD (2011, 2014, 2017) pois conterem a apresentação crítica das obras didáticas aprovadas. Nossa intenção foi compreender as mudanças e permanências presentes nos livros de Sociologia do Ensino Médio, através do processo de desenvolvimento e aprovação destes materiais.

Outro fator que colaborou para a escolha de nosso objeto de pesquisa foi verificar em que medida ele nos permitiria averiguar a causa da baixa aprovação de livros didáticos na primeira edição do programa – e o aumento nas edições posteriores, já que, os Guias do PNLD são confeccionados a partir dos pareceres dos avaliadores do Programa, além dos editais que elencam as exigências para a avaliação dos livros posteriormente indicados à escolha. Desta forma este estudo está centrado na pesquisa sobre os Guias de Livros Didáticos e editais do PNLD e suas três edições referentes à disciplina de Sociologia.

Tais elementos nos possibilitaram elaborar nossa metodologia de pesquisa para uma abordagem que nos permitisse verificar nossa hipótese. Deste modo, construímos uma pesquisa documental, de análise comparativa quantitativa sobre os Guias de Livros Didáticos do PNLD (2011, 2014, 2017) e Editais do PNLD (2009, 2011, 2015), além da comparação destes com um

questionário de pesquisa aplicado aos docentes da rede pública de diferentes estados se fez com o auxílio de uma plataforma digital.

Analisar os Guias do PNLD e Editais do PNLD foi um desafio para nós. Pois, como define Gil (2002, p. 47) “a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

Tanto os Guias quanto os Editais demandaram uma leitura sistemática e minuciosa para o levantamento de categorias presentes em ambos os documentos e evidenciadas pelos participantes no decorrer da pesquisa. Ao logo deste estudo fomos elaborando e construindo a análise com a colaboração de quadros e gráficos que veem expostos ao longo destas postulações.

Nossa análise dos documentos vai de encontro com a perspectiva apresentada por Bardin (2012, p. 38) ao afirmar que a “(...) técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos tem de ser reinventada a cada momento”. Ou seja, o trabalho foi essencialmente fruto do longo processo de leituras dos Guias e Editais já apresentados. E como referencial teórico, nos apoiamos nos principais autores do ensino de Sociologia, presentes no estado da arte deste estudo.

Realizamos um questionário *online*, através do Google Formulário, entre junho e julho de 2020. Utilizar esta ferramental digital para a pesquisa possibilitou que coletássemos dados de regiões distintas do país. Os formulários foram enviados para os participantes do Mestrado Profissional em Sociologia (Profsocio).

Contamos com oitenta e um formulários preenchidos, com participantes de treze estados brasileiros e o Distrito Federal. Uma amostra pequena frente a quantidade de docentes de Sociologia do Ensino Básico, mas expressiva para analisarmos e levantarmos indicadores relacionados ao Guia do PNLD e as considerações dos professores sobre o PNLD de Sociologia.

A análise dos documentos resultou na extração de categorias presentes nos Guias do PNLD e Editais as quais cruzamos com as informações colhidas do questionário de pesquisa, o que nos permitiu verificar nossas hipóteses.

O formulário também contribuiu para que, em meio a Pandemia de Covid-19 (Coronavírus) e o isolamento social que ocorreu em todo território brasileiro (desde meados março de 2020) déssemos continuidade à pesquisa. A pandemia certamente impactou este estudo, ao nos obrigar a nos adaptarmos bruscamente a uma nova rotina de vida. Nela, a jornada

de trabalho dos docentes da educação básica dobrou com o ensino remoto. Talvez muitos professores que receberam nosso formulário, não tenham respondido. Deduzimos que alguns dos motivos foram, por exemplo, a maior demanda de trabalho somado a ter que cuidar da casa e dos filhos, uma vez que lar e local de trabalho se confluíam em um só espaço. Durante a pandemia a pesquisa também se readequou para que assim pudesse seguir sem maiores problemas.

Reformulamos e reorganizamos a pesquisa, de modo que o corpo do trabalho passou a ser dividido em três capítulos. No primeiro, refizemos a trajetória da institucionalização da Sociologia e elencamos algumas das referências bibliográficas, para captar o “estado da arte” por meio de um mapeamento que possibilitou o conhecimento e/ou reconhecimento de estudos que estão sendo, ou já foram realizados no Brasil. São também parte do levantamento bibliográfico prévio, por anteceder a pesquisa e colaborar para o desenvolvimento do tema.

No segundo capítulo, procuramos abordar o processo histórico que possibilitou o surgimento do PNLD, e destacamos o processo de consolidação do Programa através do aprimoramento da seleção e avaliação dos livros didáticos, bem como observamos a ampliação do PNLD no início do século XXI.

Já no terceiro e último capítulo, analisamos os materiais que se referem a cada Edital e Guias do PNLD (2012, 2015 e 2018), os quais constituíram quadros explicativos onde discriminamos os avanços e/ou permanências, principalmente temáticas observadas na análise documental, juntamente com a análise do questionário aplicado. Por meio destes elementos aprofundamos os conhecimentos acerca do próprio objeto e de seus desdobramentos e suas implicações sociais.

Assim temos um estudo centrado na análise dos documentos que orientam a escolha do PNLD e os discute com os autores o quanto houve de contribuições para o ensino de Sociologia, ou não.

1 ESTADO DA ARTE: ENSINO DE SOCIOLOGIA

Neste capítulo apresentaremos a história do ensino de Sociologia para compreendermos os caminhos percorridos pela institucionalização deste subcampo de estudo. Nosso objetivo é verificar as consequências da trajetória da Sociologia na educação básica para produção de livro didático.

Para tanto, faremos um retrato da disciplina na educação básica, desde o início do século XX até a aprovação dos livros didáticos de Sociologia no PNLD, em 2012. Partiremos da seguinte indagação: existe relação entre a intermitência do ensino de Sociologia e entrada tardia dos livros didáticos da disciplina no PNLD?

Para responder esta questão, neste capítulo, fizemos a sistematização da história do ensino de Sociologia, configurando-se em um “estado da arte”. Nos pautamos na análise bibliográfica dos principais autores deste subcampo, como Cigales (2014), Jinkings (2017), Machado (1989), Meucci (2000), Mendonça (2017), Moraes (2007), Oliveira (2013), Saranry (2004), entre outros. Estes intelectuais se dedicaram a analisar a história do ensino de Sociologia e o processo recente de reinserção da disciplina na educação básica, ou melhor, no Ensino Médio.

Nos apoiamos também em decretos e leis relacionados à educação que, ao longo do século XX, foram responsáveis pela presença e/ou ausência da Sociologia no currículo de nível médio dentro da Educação Básica. Tais legislações, discutidas no decorrer do texto, são reflexos de diferentes contextos políticos e sociais que compreendiam a Sociologia como necessária ou dispensável para a formação intelectual de jovens estudantes.

Para discorrermos sobre a história do ensino de Sociologia, dividimos o capítulo em dois subtítulos: 1.1 O percurso histórico do Ensino de Sociologia no Brasil - em que discutiremos o processo de institucionalização da disciplina no início do século XX até a década de 1980; e 1.2 A Retomada do ensino de Sociologia – parte na qual apresentamos a reinserção da Sociologia desde a redemocratização do Brasil até a aprovação da Reforma do Ensino Médio em 2017, e a nova ausência da Sociologia no Currículo. Este capítulo contextualiza a trajetória do ensino de Sociologia para que possamos, nos capítulos seguintes, observar a importância do PNLD para a disciplina na atualidade.

1.1 O percurso histórico do Ensino de Sociologia no Brasil

Revisitar o percurso da institucionalização do ensino de Sociologia nos permite verificar a trilha intermitente percorrida por esta ciência na educação básica, a qual, no início do século XX, foi considerada indispensável para a formação intelectual das elites. E partir da década de 1940, entendida com dispensável. Teve seu retorno ao currículo de nível médio em meados da década de 1980 e tornando-se disciplina obrigatória para o Ensino Médio em 2008, por força da Lei nº 11. 684. Recentemente a Reforma do Ensino Médio, trouxe novamente instabilidade à disciplina.

O preâmbulo do ensino de Sociologia encontra-se no final do século XIX, precisamente com a Reforma Benjamin Constant. Esta reforma baseou-se nos pareceres de Rui Barbosa, que por volta de 1882, prescreveu a Sociologia para as escolas secundária e normais, e para o curso de Direito. Benjamin Constant, na primeira república, esteve à frente do Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. E em meados da década de 1890, pretendeu reformular a educação. Dentre as mudanças propostas estava a inclusão da disciplina de Sociologia no currículo das escolas secundárias. Porém a morte precoce de Constant impediu tal feito (MACHADO, 1987; OLIVEIRA A., OLIVEIRA E., 2017).

A disciplina retornou ao currículo em 1925, por meio da reforma educacional proposta pelo ministro João Luiz Alves-Rocha Vaz. Tal reforma ficou conhecida como Reforma Rocha Vaz advinda das mudanças implementadas no campo da educação ainda no período da primeira república.

A Sociologia foi instituída, inicialmente, no Ensino Secundário no Colégio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro, devido aos esforços de Fernando de Azevedo. Em 1928, a disciplina foi implementada nas escolas normais do Recife por intermédio de Carneiro Leão e Gilberto Freyre, e, também, nas escolas normais do Distrito Federal. Dentre os objetivos da reforma estava a centralização dos conteúdos escolares para a construção de um sistema nacional de ensino, e o controle administrativo estruturado sobre o Ensino Secundário e Superior (MEUCCI, 2007; MACHADO, TOTTI, 2013).

A disciplina foi incluída no último ano do Ensino Secundário, o qual era composto por seis anos. A conclusão do 6º ano proporcionava ao estudante o título de Bacharel em Ciências e Letras – entretanto aos estudantes interessados em prestar vestibular era obrigatório o curso até o 5º ano (CIGALES, 2014; MEUCCI, 2015).

O ensino de Sociologia estava, então, vinculado ao projeto de modernidade do país, uma preocupação recorrente entre a elite. Segundo Meucci (2015, p. 253), a “institucionalização da Sociologia na escola foi um dos primeiros sinais da importância que a disciplina assumiria para a elite brasileira do período”. A Sociologia foi interpretada como um recurso que permitiria à elite compreender a necessidade das regras sociais e as instituições, para o progresso da sociedade brasileira.

A partir da década de 1930, o país iniciou um processo de transformações políticas, econômicas e sociais, que ditaram os rumos da educação. No bojo destas mudanças, no período do governo provisório, ocorreu a Reforma Francisco Campos, no ano de 1931.

Francisco Campos foi ministro da Educação e Saúde, e a reforma educacional realizada por ele estabeleceu uma série de decretos que mudaram “a maneira pela qual a educação brasileira estava organizada, tendo em vista ter sido esta a primeira vez que se pensou em um projeto único de educação para o Brasil.” (AZEVEDO, NASICMENTO, 2015, p. 10-11).

O Decreto nº 21. 241 de abril de 1932, parte da reforma Campos, previa a organização e consolidação do ensino secundário. Determinava que os conteúdos curriculares dos colégios secundários tivessem como parâmetro o currículo do Colégio Pedro II, sob fiscalização federal. A nova legislação estimulou a normatização da educação, homogeneizando as práticas didático-pedagógicas (AZEVEDO, NASICMENTO, 2015; MEUCCI, 2015).

Elas estipulavam que o ensino secundário fosse dividido em: Fundamental, que pretendia a formação geral em um período de cinco anos; e Complementar, composto por um período de dois anos destinado aos interessados em cursar o ensino superior. Bem como aponta os Artigos 5º, 6º e 7º ao definirem que:

Art. 5º Para os candidatos à matrícula no curso jurídico são disciplinas obrigatórias:
1ª série: Latim - Literatura - História da Civilização - Noções de Economia e Estatística - Biologia Geral - Psicologia e Lógica.

2ª série: Latim - Literatura - Geografia - Higiene - Sociologia - História da Filosofia.

Art. 6º Para os candidatos à matrícula nos cursos de medicina, farmácia e odontologia são disciplinas obrigatórias:

1ª série: Alemão ou Inglês - Matemática - Física - Química - História Natural - Psicologia e Lógica.

2ª série: Alemão ou Inglês - Física - Química - História Natural - Sociologia - Desenho.

Art. 7º Para os candidatos à matrícula nos cursos de engenharia ou de arquitetura são disciplinas obrigatórias:

1ª. série: Matemática - Física - Química - História Natural - Geofísica e Cosmografia - Psicologia e Lógica.

2ª série: Matemática - Física - Química - História Natural - Sociologia - Desenho (BRASIL, 1932, p. 1-2).

Novamente, a Sociologia, foi posta para os anos finais. A disciplina constava no segundo ano do ensino Complementar, ou seja, era destinada a futura camada intelectual da sociedade. Fator que impôs a necessidade de um discurso que abarcasse as transformações sociais, políticas e econômicas daquele momento histórico (AZEVEDO, NASICMENTO, 2015).

Pensando nestes fatores, a Sociologia poderia ser definida como

normativa, prescritiva de noções de civilidade, civismo e até higienismo. Mais do que isso, ofereceu uma metáfora da sociedade: a metáfora orgânica, na qual se ocultaram desigualdades sociais sob os argumentos da diferença, da funcionalidade, solidariedade e autoridade (MEUCCI, 2015, p. 254).

As transformações educacionais e políticas que atingiram o país na década de 1930, abriram caminho para um processo de institucionalização da Sociologia no ensino superior, com a criação de cursos de Ciências Sociais⁶ nas seguintes instituições: Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo (1934), Universidade do Distrito Federal (1935), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (1938) (MACHADO, TOTTI, 2013; MEUCCI, 2007).

A inserção da Sociologia no currículo de escolas normais, colégios, faculdades e universidades proporcionou ações voltadas à sistematização dos saberes sociológicos, bem como colaborou com o processo de institucionalização. Promoveu a produção dos primeiros manuais e livros didáticos de Sociologia escritos por uma dezena de autores que buscavam difundir tal ciência. Os manuais foram escritos por intelectuais como Fernando Azevedo, Delgado de Carvalho, Gilberto Freyre, Carneiro Leão, Alceu Amoroso Lima, entre outros (MEUCCI, 2001; 2015).

Os livros didáticos produzidos neste período demonstram as condições precárias através das quais a Sociologia se consolidou no Brasil. Segundo Meucci (2007, p.34) os primeiros compêndios indicavam

uma face importante do processo de consolidação do campo sociológico entre nós, ao permitir, a um só tempo, o reconhecimento dos primeiros agentes sistematizadores e a identificação de suas expectativas em relação à contribuição da nova disciplina (desde as mais sofisticadas até as mais vulgares) que estiveram na origem dos esforços para a rotinização da sociologia no Brasil.

⁶ As Ciências Sociais são compostas por três áreas de conhecimento: a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política, as quais compõem a ciência de referência do ensino de Sociologia.

A Sociologia no decorrer da década de 1930 obteve estabilidade no currículo do Ensino Secundário e adentrou ao Ensino Superior. Com o Estado Novo (1937-1945), as mudanças políticas e sociais propiciaram uma nova reforma educacional, denominada Reforma Capanema, de 1942, proposta pelo ministro da educação Gustavo Capanema Filho. Seu objetivo foi centralizar e burocratizar a educação, tornando-a ainda mais elitista. A Reforma foi responsável por dividir o ensino secundário em ciclos: Ginásial e Colegial, e criar o ensino profissionalizante (JINKINGS, 2017; OLIVEIRA, A., OLIVEIRA, E., 2017).

Basicamente a Reforma Capanema era composta por oito decretos, entre eles o Decreto-Lei nº 8.530/1946, o qual determinou a manutenção da Sociologia apenas no currículo das Escolas Normais⁷. A legislação deixava às escolas a opção de manter a disciplina como obrigatória, intitulada Sociologia Educacional, ou opcional como Sociologia Geral (CIGALES, 2014; MEUCCI, 2015; OLIVEIRA, A., OLIVEIRA, E., 2017).

De acordo com Oliveira A. e Oliveira E. (2017, p.29) com a “Reforma encerra-se o momento de estabilidade vivenciado pela Sociologia nos currículos escolares, marcado abertamente por uma profunda indefinição de seu papel”. Contudo a Sociologia manteve-se presente nos conteúdos de outras disciplinas.

Com o fim Estado Novo, iniciou-se "(...) um período assinalado pela tentativa de construção de um processo democrático, em certa medida inédito em face ao caráter oligárquico da organização democrática (...)" (JINKINGS, 2017, p.43). Um momento marcado pela consolidação das Ciências Sociais no Ensino Superior e o retorno das reflexões sobre a inclusão da Sociologia ao Ensino Secundário. O tema foi debatido de forma sistemática entre os intelectuais da área.

O debate teve como expressão máxima o discurso “O ensino da Sociologia na escola secundária brasileira” de Florestan Fernandes (2013), em 1954, no I Congresso Brasileiro de Sociologia. O texto abordava a importância da obrigatoriedade da disciplina na escola regular. E fazia, ainda, uma crítica ao ensino secundário com seus conteúdos enciclopédicos e estáticos, que objetivava o ingresso na universidade. Havia a necessidade de um ensino humanizado, que compreendesse a realidade brasileira, e as relações sociais existentes. A missão de explicar a realidade cabia à Sociologia, por isso tamanha importância da implementação da disciplina (MACHADO, TOTTI, 2013).

⁷ As escolas Normais eram voltadas à formação de professores habilitados a lecionar para o ensino primário – atual Ensino Fundamental I.

O discurso de Florestan (1954) repercutiu no meio acadêmico por criticar o sistema de ensino da época e demonstrar o quão a Sociologia seria inovadora para os estudantes da educação básica. Mas na prática a disciplina se manteve restrita às Escolas Normais. A Sociologia tinha um passado que de certo modo

a condenava pelo que tinha de antidemocrática, [...] [embora] sua atualidade acadêmica reconhecia sua contribuição (não obstante difícil) para a democratização. Esse fenômeno pode ter favorecido para que não se constituíssem, no período, agentes capazes de protagonizar sua reintrodução no ensino (MEUCCI, 2015, p.255).

A Sociologia foi mantida distante do currículo das escolas regulares, mesmo após o fim da Reforma Capanema em 1961, a qual foi substituída pela Lei nº 4.024/1961, a primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1961).

A LDBEN (1961) estabeleceu um currículo diversificado composto por disciplinas obrigatórios e optativas. Novas disciplinas foram indicadas pelo Conselho Federal de Educação, como: Organização Social e Política Brasileira (OSPB), obrigatória para o ginásio; Estudos Sociais e Elementos de Economia, optativas para o colegial. Sem embargo, a Sociologia ficou a cargo da decisão dos Conselhos Estaduais de Educação, que poderiam incluí-la nos currículos como: obrigatória complementar ou optativa⁸ (MACHADO, 1987; MACHADO, TOTTI, 2013). A Sociologia foi progressivamente posta a margem dos currículos o que proporcionou a diminuição de manuais e livros didáticos em circulação.

Em 1964, o golpe militar, trouxe consigo a repressão e impôs barreiras ao livre desenvolvimento da ciência. A implementação de uma nova reforma educacional atingiu todos os níveis de ensino. A educação básica tinha como objetivo a profissionalização dos jovens. A Sociologia foi completamente excluída dos currículos da educação básica, mas continuou a vigorar nas Escolas Normais.

A retirada da disciplina do currículo se deu por dois condicionantes legais principais: a) o Decreto-Lei 869 (BRASIL, 1969) que implementou a obrigatoriedade do ensino de Educação Moral e Cívica (EMC); b) a promulgação da Lei nº 5.692 (BRASIL, 1971) conhecida como Reforma Passarinho, estabeleceu um currículo comum a todo o território nacional sem o ensino de Sociologia (MACHADO, TOTTI, 2013).

Meucci, elucida que

De certo modo, OSPB e Educação Moral e Cívica cumpriram, para a ditadura nos anos de 1960 e 1970, as funções normativas que antes a Sociologia

⁸ É interessante notarmos que a Sociologia, entre as décadas de 1950 e 1960, esteve presente no currículo das Escolas Normais.

cumpriu. Por isso, ao longo da ditadura, a Sociologia permaneceu muito restrita ao campo de formação de educadores primários (2015, p.255).

As disciplinas de OSPB e EMC cumpriam o papel de disciplinar o pensamento dos jovens sobre da sociedade e a cultura. Segundo Jinkings (2017, p. 44) existiam categorias das ciências sociais, nos livros didáticos de OSPB, embora fossem tratados de forma descontextualizada, distorcidas e mistificadas, de modo a pressupor uma sociedade harmoniosa, sem contradições e conflitos. Os livros foram uma forma de dominação ideológica para sustentar o poder vigente.

A reformulação da educação atingiu também o Ensino Superior. E em 1968, foi decretada autoritariamente a reforma universitária, responsável por desvincular as faculdades de Ciências Sociais e Educação. O rompimento entre estas áreas de conhecimento contribuiu para que as Ciências Sociais se voltassem mais à pesquisa acadêmica, havendo o declínio da produção científica sobre ensino de Sociologia/Ciências Sociais (OLIVEIRA, 2013).

Amurabi Oliveira e Evelina A. F. Oliveira (2017, p.31) afirmam que a

ausência da Sociologia na escola se deu de forma concomitante a uma significativa expansão das Ciências Sociais no Ensino Superior, especialmente se considerarmos o último período analisado, a partir dos anos de 1960/1970.

Entretanto, naquele contexto "(...) as ciências sociais têm suas potencialidades críticas e emancipatórias profundamente afetadas e esvaziadas nas universidades e nas escolas". Este quadro começou a se transformar na década de 1970 com a crise política e econômica e pôs fim ao "milagre econômico". A crise possibilitou que organizações sindicais e políticas se organizassem. No campo educacional os docentes de nível médio e superior se organizaram em sindicatos e movimentaram as reflexões sobre novas concepções de educação junto ao ideal de uma educação pública e de qualidade (JINKINGS, 2017).

Com a decadência do Regime Militar, e a reabertura política, a Sociologia pôde ter esperança em retornar às escolas. Logo a redemocratização do país implicaria diretamente na educação alterando a Lei nº 5.692/71 através da Lei nº 7.044/1982 (BRASIL, 1982) que pôs fim a obrigatoriedade do Ensino Profissionalizante no 2º Grau, atual Ensino Médio.

A nova legislação possibilitou a volta das disciplinas de Sociologia, Filosofia e Psicologia, em caráter optativo a ser definido pelas secretarias estaduais de educação. E estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Pará e Pernambuco, entre 1983 e 1989 incluíram a Sociologia a seus currículos (OLIVEIRA, 2013, MENDONÇA, 2017).

Segundo Mendonça (2017), a agitação política do período somou-se às conquistas declaradas via Assembleia Nacional Constituinte, a qual orientou a redação à nova Constituição Federal promulgada em 1988, assim abriu precedente para novas propostas educacionais e mudanças, como por exemplo, a regulamentação de uma porcentagem mínima de recursos do Estado destinada a investimentos na educação pública.

Outro fator determinante para educação, no período, foi o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, organizado para definir os rumos e ações da educação pública. Ainda na década de 1980 iniciaram-se as discussões sobre a elaboração de uma nova LDBEN, e novas propostas curriculares conforme os avanços de suas ciências de referência (OLIVEIRA, 2013, MENDONÇA, 2017).

Neste contexto positivo para educação, devido ao rearranjo das políticas educacionais em âmbito nacional, a reinserção da Sociologia parecia próxima. Posto que era uma disciplina que formaria para a cidadania, convergindo com a proposta de redemocratização do país.

1.2 A Retomada do ensino de Sociologia

A retomada do ensino de Sociologia, foi uma tarefa árdua e longa. A década de 1990 foi marcada pela luta constante e pelo retorno da disciplina. Um período caracterizado pelas políticas neoliberais, privatizações e diminuição de investimentos financeiros nos setores públicos. Na educação, o ideário de “competências e habilidades” legitimou as propostas da nova ordem social – neoliberal – justaposta a ideia de cidadania⁹ (MENDONÇA, 2017).

Neste contexto, ocorria o processo de discussão da nova LDBEN, iniciado por volta de 1988. O projeto, conhecido como substitutivo Jorge Hage, contou com ampla participação da sociedade civil de forma democrática nos debates políticos. Além da destacada participação do deputado federal Florestan Fernandes o qual uniu esforços para garantir que o projeto representasse uma política pública educacional que convergisse com as necessidades sociais (MENDONÇA, 2017).

⁹ Mendonça (2017) enfatiza que o conceito de cidadania foi assimilado, por uma fração mais conservadora do legislativo, como sinônimo de um indivíduo ativo e eficiente convergindo com as necessidades apontadas pelo neoliberalismo. Estas ideias de certo modo foram traduzidas para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996).

Aprovado na Câmara dos Deputados, o substitutivo Jorge Hage teve como relator o senador Darcy Ribeiro que incorporou novas propostas à LDBEN, as quais convergiam com as políticas neoliberais no governo de Fernando Henrique Cardoso, ignorando o projeto aprovado na Câmara, com audiências públicas e ampla participação da sociedade civil. E em 1996, a nova LDBEN foi sancionada como Lei nº 9.394, com texto diferente dos ideias educacionais pautados por seus idealizadores na década de 1980 (MENDONÇA, 2017; MORAES, 2011).

A nova LDBEN apresentava, de modo inconclusivo, as disciplinas de Sociologia e Filosofia, ao afirmar no Artigo 36 que

§ 1º. Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizadas de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:
III – domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania (BRASIL, 1996).

Apesar do documento indicar que os conhecimentos de Sociologia estivessem vinculados à cidadania, não definia a obrigatoriedade da disciplina. Para Oliveira (2013), o “sentido de cidadania atribuído pela LDB é aquele liberal, abstrato e universalizante, que se encontrava em disputa em meio aos possíveis sentidos que poderiam ser atribuídos ao termo” (2013, p.184).

Diante da inconsistência sobre a definição de Sociologia e Filosofia no currículo, foi proposto, logo, em 1997, pelo o deputado federal Padre Roque Zimmerman (PT-PR), o Projeto de Lei (PL) 3.178/97 com o objetivo de tornar as disciplinas obrigatórias no Ensino Médio. O projeto era entendido como “uma medida necessária para a consolidação da base humanista no que se refere aos conhecimentos adquiridos pelo educando” (BRASIL, 1997, p.2). O PL tramitou pela Câmara e Senado sem grandes problemas e foi aprovado como PL nº 09/00. Destarte, em 2001, o então presidente da república e sociólogo Fernando Henrique Cardoso vetou a proposta (MORAES, 2011).

Os motivos que provocaram o veto, segundo Moraes (2011), expunham o contexto burocrático no qual o país estava imerso naquele momento, com a construção da LDBEN e o desenvolvimento em curso das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM). Posto que a LDBEN previa uma educação que fosse interdisciplinar, e menos focada nas disciplinas específicas. E as DCNEM (1998a), propunham, mais abertamente uma pedagogia pautada em competências e habilidades.

A partir da promulgação das DCNEM, via Parecer CNE/CEB 15/98, ficou explícito que na área de Ciências Humanas

se incluirão também os estudos de filosofia e sociologia *necessários ao exercício da cidadania*, para cumprimento do que manda a letra da lei. No entanto, é indispensável lembrar que o espírito da LDB é muito mais generoso com a constituição da cidadania e não a confina a nenhuma disciplina específica, como poderia dar a entender uma interpretação literal da recomendação do inciso III do parágrafo primeiro do artigo 36 (BRASIL, 1998b, p. 46).

O documento é substancial ao esboçar que as disciplinas de Sociologia e Filosofia teriam os conteúdos como interdisciplinares, e não há a presença como disciplinas específicas. Implicando que estas áreas de conhecimento fossem contempladas por outras disciplinas de Ciências Humanas, o que “justificaria” o veto presidencial (MORAES, 2011). Somada a esta possível justificativa, a presidência argumentou na época sobre o veto que

o projeto de inclusão da Filosofia e da Sociologia como disciplinas obrigatórias no currículo do ensino médio implicará na constituição de ônus para os Estados e o Distrito Federal, pressupondo a necessidade da criação de cargos para a contratação de professores de tais disciplinas, com a agravante de que, (...) não há no País formação suficiente de tais profissionais para atender a demanda que advirá caso fosse sancionado o projeto (BRASIL, 1997, s.n.).

Tal ato vindo de um sociólogo-presidente foi um choque para os grupos que apoiavam o PL. Porém a “luta pela obrigatoriedade da Sociologia e da Filosofia no currículo do ensino médio continuou” (MENDONÇA, 2017, p.64).

Os “anos de luta”, entre 1999 e 2004, as organizações sindicais de docentes e de sociólogos lutaram pelo retorno da Sociologia. As reivindicações destes grupos reverberaram em congressos e seminários que passaram aos poucos a terem Grupos de Trabalho (GT’s) para debaterem o ensino de Sociologia, incluindo a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

Ainda que houvesse pouco interesse dos pesquisadores de Ciências Sociais pelo subcampo de ensino de Sociologia, este ganhou espaço na academia. Vale lembrar que autores de referência na área como Simoni Meucci (2000) e Flávio Sarandy (2004) defenderam suas dissertações neste período (HANDFAS; MAÇAIRA, 2014).

O contexto político e social da época também colaborou para que a luta pela obrigatoriedade da Sociologia avançasse progressivamente. Com o governo Lula (1995 – 2003) e os compromissos firmados com as pautas sociais criou-se um ambiente favorável para novas legislações e demandas educacionais (MENDONÇA, 2017).

Fatores que colaboraram com a solicitação, realizada pelo MEC, para a criação de uma equipe de professores universitários envolvidos com o ensino de Sociologia, dentre eles Amaury Moraes (2007), para a elaboração das Orientações Curriculares para o Ensino Médio de Sociologia (OCNEM/Sociologia) o qual iria compor o material da área de Ciências Humanas.

Tal requisição foi compreendida como uma oportunidade para uma reivindicação direta e legal da reintrodução da Sociologia ao currículo do Ensino Médio. Deste modo os docentes exigiram do MEC um documento oficial respaldando a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia. E o Ministério atribuiu ao grupo a redação de um parecer propondo a inclusão das disciplinas ao currículo formal (MORAES, 2011).

O documento foi elaborado por Moraes (2007) em 2005, o qual evidenciou as contradições existentes entre a LDBEN e DCNEM, e apresentou as possíveis contribuições das disciplinas para o desenvolvimento dos estudantes de Ensino Médio. O texto originou o Parecer CNE/CEB n° 38/06, que estabeleceu a obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo, tanto em escolas públicas, quanto de instituições privadas de todo o país. Assim,

No dia 7 de julho de 2006, a Câmara de Educação Básica aprovou por unanimidade o Parecer 38/2006 que alterou as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, tornando a Filosofia e a Sociologia disciplinas obrigatórias. A Resolução n° 4, de 16 de agosto de 2006, alterou o artigo 10 da Resolução CNE/CEB n° 3/98, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, incluindo a Filosofia e a Sociologia como disciplinas curriculares obrigatórias. Ainda em 2006, foram publicadas as Orientações Curriculares para o Ensino Médio de Sociologia, aperfeiçoando o texto publicado em 2004 (SILVA, 2010, p.31).

No mesmo período tramitava no Congresso Nacional o PL n° 1.641/2003, proposto pelo deputado federal Ribamar Alves (PSB-MA), que propunha a inclusão de Sociologia e Filosofia no currículo de nível médio e a mudança do Artigo 36 da LDBEN.

A aprovação do Parecer CEN/CEB n° 38/066 resultou na Resolução CNE n° 04/2006¹⁰ e potencializou o PL n° 1.641/03 pressionando mais o governo federal a aprovar o PL. A despeito da legislação alguns estados, como São Paulo, se negaram a cumprir a Resolução (MENDONÇA, 2017).

Os anos de 2005 a 2007, ficaram conhecidos como os "Anos de Campanha", denominação utilizada por Moraes (2011), para definir o movimento em prol do retorno da Sociologia ao Ensino Básico (RÖWER, 2016). O movimento impactou também no Congresso Brasileiro de Sociologia (CBS), o qual criou um GT especificamente para discutir o Ensino de Sociologia. Röwer (2016, p. e129) afirma que

Em 2005 o GT 6 intitulado *Experiências de ensino em Sociologia: métodos e materiais didáticos* inaugura a existência de um GT específico sobre a temática do ensino de Sociologia no CBS. O GT 9 *Ensino de Sociologia* sobre este título inicia no ano de 2007.

¹⁰ A Resolução CNE n° 04/2006 determinava que dentro de um ano a disciplina de Sociologia deveria ser incluída no currículo do Ensino Médio de todos os estados brasileiros.

Com isso, aumentou de forma considerável o número de trabalhos completos e aceitos no CBS entre 2005 e 2007, indo de 9 para 19, respectivamente, ou seja, era notável tanto o avanço das pesquisas sobre ensino na área das Ciências Sociais quanto o crescimento incipiente deste subcampo. O contexto se mostrou propício à aprovação pelo Congresso, e a sanção do PL n°1.641/03 em Lei n° 11.684 pelo presidente em exercício José de Alencar em outubro de 2008. A nova lei alterou a LDBEN e promulgou a obrigatoriedade de Filosofia e Sociologia a partir de 2008 (MORAES, 2011; MENDONÇA, 2017; RÖWER, 2016).

A retomada da Sociologia no currículo, trouxe outros desafios às disciplinas como a implementação de um currículo mínimo, com os conteúdos característicos das Ciências Sociais. No que se refere a Sociologia, entre 2009 e 2011, as OCNEM auxiliaram pedagogicamente o desenvolvimento da disciplina, por definir sua função no Ensino Médio. Caba a Sociologia: a) “*desnaturalizar* [as] concepções e fenômenos sociais”; b) realizar o “*estranhamento*. (...) observar que os fenômenos sociais que rodeiam todos não são de imediato conhecidos” (BRASIL, 2006, p. 105-106). Os conceitos de desnaturalização e estranhamento tornaram-se os pilares da Sociologia no ensino básico. Outro ponto fundamental do documento são os pressupostos metodológicos que propõem a exposição dos conteúdos segundo três tipos de recortes: teorias, temas e conceitos.

As OCNEM se mantem como principal documento orientador do ensino de Sociologia. Seus princípios orientaram, e orientam, a avaliação dos livros didáticos de Sociologia inscritos no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)¹¹ desde a primeira edição em 2012¹², o principal material didático de Sociologia de alcance nacional.

Em 2012, a Sociologia pode contar com mais um documento oficial que assegurasse temáticas como: relações étnico-raciais, desigualdades, diversidade, cultura, entre outros, através da promulgação da Resolução CNE n° 02/2012, a qual aprovou as novas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, e

fez questão de explicitar a presença de Sociologia e Filosofia em todos os anos do Ensino Médio, bem como listar todos os componentes curriculares, para que não restassem dúvidas ou interpretações enviesadas sobre o currículo em questão (MENDONÇA, 2016, p.17).

¹¹ O PNLD é o programa federal responsável pela: escolha, avaliação, aquisição e distribuição gratuita de livros didáticos para todas as instituições de ensino público do país.

¹² As OCNEM foram fundamentais para a construção dos princípios que regem a avaliação do PNLD, pois até 2012, os livros de didáticos de Sociologia ainda contavam com um formato de livro escolar para a disciplina consolidado pelo Programa.

As diretrizes colaboraram com a consolidação do ensino de Sociologia, bem como a inserção da disciplina no PNL D 2012. Segundo Mendonça (2017, p.69) o período entre 2006 e 2012 foi significativo para a Sociologia, houveram ganhos expressos através de programas educacionais de nível federal, como PNL D, o Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), Plano Nacional para Formação de Professores (PARFOR), Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA) e a criação na Capes da Diretora de Educação Básica (DEB). Somavam-se as contribuições acadêmicas por meio de GT's nos eventos da SBS (Sociedade Brasileira de Sociologia) e ENESEB (Encontro Nacional do ensino de Sociologia na Educação Básica) que fortaleceram o desenvolvimento da Sociologia na educação básica e os investimentos em pesquisas sobre Ensino de Sociologia e licenciaturas em Ciências Sociais. Os avanços conquistados certamente foram os maiores no decorrer da história da Sociologia.

Com a mudança da conjuntura política brasileira a partir de 2016, o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, e a entrada de Michel Temer para a presidência, em meio a uma crise financeira que se agravava cada vez mais, o país iniciou um período de avanços das pautas neoliberais e desmantelamento dos setores públicos (MENDONÇA, 2017).

No âmbito da Educação Básicas, o maior golpe se deu ao Ensino Médio com a aprovação da Lei nº 13.415/2017, conhecida como Reforma do Ensino Médio. A lei modificou por completo o currículo do Ensino Médio e novamente trouxe instabilidade à Sociologia, por apresentar apenas as disciplinas de Português e Matemática como obrigatórias. Para Mendonça (2017, p.74)

Subentende-se que os demais conteúdos curriculares não serão tratados como disciplinas, uma vez que as ênfases em quatro grandes áreas de conhecimento e a formação técnica profissional não indicam a presença obrigatória delas.

No que compete especificamente à Sociologia, a Reforma define que conforme “A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia” (BRASIL, 2017a, p. 2). Nota-se a diferença entre os termos “obrigatoriedade do ensino de” e “estudo e prática de”, enquanto o primeiro termo afirma que o ensino é obrigatório o segundo deixa indefinido a ação da disciplina, podendo sugerir a incorporação dos conteúdos de Sociologia em outras disciplinas.

Estes pontos apresentados podem ser prejudiciais para a formação dos jovens estudantes, que poderão deixar de ter acesso aos conhecimentos científicos produzido nas diferentes áreas de conhecimento. Bem como traz novas incertezas as licenciaturas de Ciências

Sociais, que formarão profissionais para um campo educacional inexistente (MENDONÇA, 2017).

Assim, este capítulo faz um retrato da história da Sociologia na Educação Básica, uma disciplina intermitente que, de acordo como determinada época, foi entendida pela política nacional como necessária à formação do jovem. Nas últimas três décadas percorreu uma trajetória de luta até ser reincluída ao currículo, manteve por algum tempo certa estabilidade e nos últimos anos foi novamente excluída da educação. Ainda que após a aprovação da Reforma do Ensino Médio os estados tenham mantido a Sociologia no Ensino Médio, sua permanência continua ameaçada.

Por isso este trabalho é também uma ferramenta de luta pelo ensino de Sociologia que busca evidenciar a partir do estudo do PNLD de Sociologia, e mais especificamente por meio da análise dos Guias de Livros Didáticos do PNLD e Editais do Programa a importância da manutenção da Sociologia para o Ensino Médio. Para tanto, compreenderemos o processo histórico de formação no PNLD e a inclusão da Sociologia ao Programa.

2 O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD)

Abordaremos aqui o contexto histórico que possibilitou a criação Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em 1985 e sua atuação como um programa de avaliação, aquisição e distribuição de livros didáticos.

Nosso objetivo neste capítulo é de analisar as mudanças do PNLD relacionadas ao processo avaliativo do livro didático e refletir sobre suas possíveis contribuições para com os livros didáticos de Sociologia.

Tendo em vista que o PNLD é responsável por estabelecer “critérios que incidem também sobre os processos de produção e editoração –, assegurando as condições para que os estudantes da Educação Básica recebam livros cada vez mais qualificados.” (CAIMI, 2018, p. 23). Além de ser um programa de alcance nacional que, somente, em 2018 atendeu 7.085.669 estudantes do Ensino Médio em todo o país, com 89.381.588 livros didáticos, e gastou, naquele ano, 879.770.303,13 de reais¹³.

Deste modo a discussão sobre o PNLD se divide em três subtítulos: 2.1 Os livros didáticos, em que discutimos as características do livro didático e sua importância para o processo de ensino-aprendizagem; 2.2 A criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em que analisamos a história do PNLD até a edição do PNLD 2018; e 2.3 As transformações recentes do PNLD, que apontamos as mudanças ocorridas no Programa a partir de 2017.

2. 1 Os livros didáticos

Os livros estão presentes no cotidiano de boa parte das escolas brasileiras em diferentes níveis de ensino. Sejam livros para leitura, para treino da escrita, com apenas imagens, impressos ou digitais. Eles compõem o processo de ensinar e aprender, estão impregnados de simbologias e têm se transformado ao longo da história.

¹³ Este dados estão disponíveis no site do Funda Nacional de Desenvolvimento (FNDE) no site <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 10 jan. 2020. O FNDE é órgão responsável pelo PNLD junto ao MEC e a Secretaria de Educação Básica (SEB).

Convém para este estudo abordarmos um tipo específico de livro: o livro didático. Este livro em especial, destinado aos saberes escolares, nos despertou para o diálogo como nosso objeto de estudo: os Guias de Livros Didáticos PNLD Sociologia.

Antes de dialogarmos diretamente com os Guias de Livros Didáticos, discutidos no capítulo 3, se faz necessário elucidarmos a importância do livro didático para campo político educacional e sua relevância no contexto do PNLD.

Inicialmente, é essencial a conceitualização do livro ou manual didático¹⁴. De imediato poderíamos definir o livro didático com um livro que colabora com o processo de ensino aprendizagem na medida em que fornece meios para auxiliar docentes e discentes no desenvolvimento de exercícios e conteúdos.

Porém, nossos estudos sobre o livro escolar nos permitem afirmar que ele tem uma gama maior funções que subsidiam estudantes e professores(as) em sala de aula. Podemos pontuar que o livro didático influencia diretamente o trabalho pedagógico; estabelece o currículo; define tanto metodologias de ensino quanto quadros conceituais; determina, de certo modo, o cotidiano escolar (BATISTA, 2001).

O livro didático pode também ser considerado um bem cultural dotado de complexidade, sendo produto e reproduzidor de relações culturais e permite compreendermos a produção e circulação do conhecimento (MEUCCI, 2014).

Di George *et al.* (2014) e Engerhoff (2017), descrevem o livro didático como capital cultural e capital simbólico, enquanto capital cultural, o livro escolar reproduz, por meio dos conteúdos, conceitos e teorias, os saberes institucionalizados, já como capital simbólico, representa em seu formato e por meio dos conteúdos, o contexto social, político, econômico e cultural ao qual pertence.

E ainda, de acordo como Choppin (2004, p. 553), o livro didático assume quatro funções essenciais que variam conforme: a época; a disciplina; a metodologia de ensino; e o nível de escolaridade.

A primeira função é denominada referencial, nela o livro escolar é um sustentáculo de conteúdos criados por uma camada da sociedade que julga o que é necessário. O conhecimento

¹⁴ No decorrer deste estudo utilizaremos o termo livro didático e manual didáticas como sinônimos, embora saibamos que historicamente existem diferenças quando comparados manuais e livros didáticos, aqui utilizamos tais palavras com um recurso linguístico necessário.

é visto como um depósito de saberes, habilidades ou técnicas e, geralmente, é realizado por uma equipe de profissionais, educadores especialistas na área de conhecimento específica.

A segunda função é instrumental, na qual o livro didático é, basicamente, um meio para expor diversos exercícios com o objetivo de facilitar a sistematização dos conteúdos e seu aprendizado.

A terceira função é designada como ideológica e cultural, concepção criada durante o século XIX, e tem o livro escolar como o mediador da cultura, carregado de símbolos nacionais, de uma linguagem específica e de valores admitidos por determinada classe social.

A quarta e última função apresenta o livro didático sendo um material com vários tipos de linguagens e que deve proporcionar o desenvolvimento do pensamento crítico. Esta função encontra-se em ambientes escolares que objetivam a autonomia das crianças e adolescentes, e exigem dos docentes uma formação qualificada.

Todas as funções expõem o caráter sociocultural deste material que em diferentes períodos históricos, representou e reproduziu os valores da sociedade, com suas múltiplas formas de ensino (MANTOVANI, 2009).

Por isso, podemos afirmar que o livro didático exerce uma ação direta na formação cultural dos jovens. É por meio dele que, em alguns casos, tem-se o primeiro contato com o universo da escrita e acesso a outras histórias e culturas. Embora seus conteúdos possam reafirmar ou reproduzir formas de dominação e de relações de poder, conforme a sua utilização e apropriação podem colaborar para a construção de um conhecimento crítico.

Devida a complexidade do livro didático, ele pode ser mais um produto do capitalismo, sendo também uma mercadoria. Deste modo,

Sua elaboração (documentação, escrita, paginação, etc.), realização material (composição, impressão, encadernação, etc.), comercialização e distribuição supõem formas de financiamento vultuosos, quer sejam públicas ou privadas, e o recurso a técnicas e equipes de trabalho cada vez mais especializadas, portanto, cada vez mais numerosas (CHOPPIN, 2004, p. 552).

O manual didático segue a padronização recorrente a todas as mercadorias, normalizando a linguagem e padronizando determinados conteúdos. O livro didático faz parte de uma indústria editorial que diferencia o livro escolar dos demais livros e o torna fruto do trabalho fragmentado de editores, designers, autores, corretores, entre outros profissionais, os quais fazem parte de uma divisão sofisticada do trabalho envolvida com a confecção da mercadoria livro didático (MUNAKATA, 2012; MEUCCI, 2014).

No decorrer do processo produtivo ele adquire valor de troca, o qual se realiza por meio do mercado editorial, sendo constituído por grupos editoriais nacionais e internacionais. Tendo em vista ainda o valor mercadológico do livro escolar, devido, sua inserção, cada vez maior, na indústria cultural. Meucci (2014) afirma que o livro didático tem se tornado muito semelhante às revistas semanais, com diversos boxes, ilustrações e colunas, com uma aparência semelhante a materiais de entretenimento.

Na indústria editorial brasileira o livro didático recebe uma atenção especial, e tem o Estado como principal comprador destes livros¹⁵. O fato indica que as grandes editoras estão atentas a programas como o PNLD e as exigências governamentais para participarem do mesmo. “Em outras palavras, a editora produz livros atendendo aos critérios de aprovação (...) e acaba por abastecer o mercado nacional com esses produtos” (MUNAKATA, 2012, p.61).

As relações entre governo federal e editoras não se estabeleceram recentemente, uma vez que "o mercado do livro didático, desde que se constituíram os sistemas nacionais de ensino, conta com a participação [do] (...) Estado" (MUNAKATA, 2012, p.60).

Demonstrar o caráter econômico do livro didático ao lado do caráter cultural reafirma a complexidade deste objeto, que fornece a possibilidade de compreender a forma de se pensar a aprendizagem em determinado período, as influências ideológicas exercidas sob este material (MUNAKATA, 2012), e o sentido de determinada disciplina no âmbito pedagógico.

Ainda, sob ponto vista pedagógico, o manual didático influencia diretamente a prática docente, tendo o potencial de sistematizar os "conteúdos que devem ser trabalhados em classe e de ser instrumento de apoio para o professor e suporte teórico e prático para o aluno" (MANTOVANI, 2009, p.23). No caso do ensino de Sociologia, o livro didático do PNLD,

tem sido comumente enumerado pelos professores de sociologia como um material de apoio, aparecendo nas pesquisas que se dedicam a compreender as práticas pedagógicas ou os sentidos de sociologia atribuídos pelos docentes e discentes (ENGENROFF, 2017, p.65).

¹⁵ Segundo informações do site oficial do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), um estudo realizado em 2016, apontou que dos “(...) mais de 200 milhões de livros didáticos produzidos naquele ano, 147 milhões foram vendidos por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)” (BRASIL, 2018). Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/livro-didatico>. Acesso em: 15 jan. 2020.

Mesmo sem os dados recentes da quantidade de livros didáticos produzidos no Brasil entre 2018 e 2019, o FNDE indica que em 2019 o governo federal adquiriu 24.523.891 de obras didáticas para o Ensino Fundamental para o PNLD 2019, e repôs 20.835.977 exemplares para o Ensino Médio. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 15 jan. 2020.

É evidente que o livro didático não é a única ferramenta didática existente, contudo é um elemento de considerável relevância para o conjunto dos instrumentos educacionais (CHAPPIN, 2004), principalmente nas escolas públicas e de periferia.

O livro didático compõe uma série de funções que são de extrema importância para a pesquisa acadêmica. Não obstante, algumas áreas de estudo ainda o consideram como uma produção intelectual de menor importância, embora saibamos que são demasiados os esforços para pensarmos o livro escolar, o qual é produto da institucionalização de uma ciência. O livro didático é resultado do consenso de determinado campo científico sob sistematização de teorias e conceitos (CHOPPIN, 2004; SARANDY, 2004).

Em síntese, considera-se que o livro didático é a tradução de saberes acadêmicos em saberes escolares, que para muitos estudantes das escolas públicas brasileiras, sobretudo de regiões longínquas, são praticamente a única fonte de contato com o conhecimento científico. Assim ao ser destinado

a espíritos jovens, ainda maleáveis e pouco críticos, e [que] podem ser reproduzidos e distribuídos em grande número sobre todo um território, os livros didáticos constituíram-se e continuam a se constituir como poderosos instrumentos de unificação, até mesmo de uniformização nacional, lingüística, cultural e ideológica (CHOPPIN, 2004, p.560).

No que compete aos docentes, este material se torna um instrumento de trabalho de complementação e informações para o planejamento da prática docente e para o processo de ensino-aprendizagem, além de possibilitar o acesso a autoras/es e teorias científicas. Nesse caso, parte dos docentes de Sociologia que trabalham com a disciplina, formados em outras áreas, tem a possibilidade ampliar e conhecer os conteúdos. Portanto, o livro didático, nos permite compreender o processo de regulamentação em que estão inseridos os livros didáticos de Sociologia, uma vez que

difere sensivelmente daquela a que são submetidas as demais produções impressas; regulamentação que é geralmente mais estrita, quer ela se exerça no início (elaboração, concepção, produção, procedimentos prévios de aprovação) ou ao final do processo (modos de financiamento, de difusão, procedimentos de escolha, formas de utilização). O estudo sistemático do contexto legislativo e regulador, que condiciona não somente a existência e a estrutura, mas também a produção do livro didático, é condição preliminar indispensável a qualquer estudo sobre a edição escolar (CHOPPIN, 2004, p.560–561).

Analisar o PNLD de Sociologia, por meio do Guia de Livros Didático nos possibilita analisar as opções conceituais e informações do livro didático da disciplina. Contudo, antes de compreendermos os Guias, é de suma importância o estudo do processo de desenvolvimento do PNLD ao longo de pouco mais de trinta anos.

2. 2 A criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é uma política educacional que orienta e regulamenta o uso do livro didático no Brasil e implica na mobilização de diversos atores, dentre eles o Estado – que seleciona, compra e distribui livros didáticos; as editoras – que confeccionam as obras didáticas conforme os editais do Programa; os docentes da Educação Básica – que escolhem os livros selecionados previamente pelo Estado; e docentes do ensino superior – que avaliam as os obras selecionadas pelo MEC. Do mesmo modo, o Programa compõe políticas curriculares, orienta a confecção dos conteúdo curriculares e avalia o livro didático de todos os componentes curriculares de diferentes níveis de ensino (BATISTA, 2001; ENGERROFF, 2017).

O PNLD é fruto do processo de transformações que convergiu nas relações entre Estado e livro didático. No que compete ao ensino de Sociologia, segundo Engeroff (2017, p.71), entre os anos de 2014 e 2016 houve uma atenção especial para o estudo do livro didáticos de Sociologia, o que impactou na ampliação do mercado editorial.

Para compreendermos melhor a formação do PNLD e sua relação com ensino de Sociologia, por meio do livro didático, abordaremos o desenvolvimento do Programa, com foco no processo avaliativo do livro didático, que incentivou a criação do Guia de Livros Didáticos do PNLD.

Contextualizando o surgimento do PNLD, faremos uma breve retomada das políticas anteriores ao Programa voltadas ao manual didático.

Em 1937, durante o Governo de Getúlio Vargas, criou-se o Instituto Nacional do Livro (INL), integrado ao Ministério da Educação e Saúde dirigido pelo ministro Gustavo Capanema Filho. O INL era o órgão responsável pela distribuição e planejamento de livros em geral – como dicionário e enciclopédia – e divulgação do livro didático. A instituição convergia com os interesses políticos do período em promover a “cultura nacional” e criar uma identidade nacional.

A partir de 1938, criou-se a Comissão Nacional do Livro (CNLD), integrada ao INL. A CNLD compunha uma comissão com sete membro escolhidos diretamente pela presidência da república conforme “notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral” (BRASIL, 1938, p.2). O objetivo era avaliar e fiscalizar os livros escolares, sendo a finalidade principal da

Comissão ser um instrumento de controle político e ideológico do Estado das obras didáticas (FREITAG; MOTTA; COSTA, 1987; HÖFLING, 2000)¹⁶.

Segundo Rota (2014), a CNLD foi a primeira experiência de padronização do livro didático no Brasil e determinava os materiais caracterizados como livros didáticos, assim temos no Decreto-Lei nº 1.006/1938, Artigo 2º

Para os efeitos da [...] lei, são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe.

§ 1º Compêndios são os livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares.

§ 2º Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula (BRASIL, 1938, p.1).

Com o fim do Estado Novo, em 1945, até a década de 1960 surgiu um ambiente propício para debater as necessidades de transformar a educação, além de ampliar o sistema de ensino (FILGUERAS, 2015). Como resultado, a LDBEN foi reformulada e promulgada em 1961, como tratamos no capítulo anterior.

Com a implementação da Ditadura Militar no Brasil (1964-1983) as políticas de vigilância sobre os livros escolares aumentaram, ao mesmo tempo que o MEC realiza a expansão da rede pública de ensino. E em 1966, o MEC criou a Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED) com intenção de destinar verbas para a organização, administração da produção e distribuição e, assim, baratear os custos do livro didático. Uma vez que os altos valores dos livros escolares eram apontados pelo MEC como um dos fatores que levava à evasão escolar (FILGUERAS, 2015, p.89).

Para complementar a ação da COLTED, em 1967, criou-se a “Fundação Nacional do Material Escolar - Fename -, por meio da lei n. 5.327. O novo órgão do MEC teria a função de produzir e distribuir materiais escolares e didáticos para as escolas”¹⁷ (FILGUERAS, 2015, p. 89).

Também em 1967, o Brasil assinou o convênio com os Estados Unidos, denominado MEC/USAID. Na prática foi um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a United

¹⁶ Cabe lembrar que é neste período a Sociologia compunha o currículo do então Ensino Secundário, existia uma quantidade considerável de compêndios da matéria, assim como indica os estudos de Meucci (2000).

¹⁷A FENAME tinha por objetivo baixar os preços dos livros didáticos possibilitando que mais estudantes adquirissem o material. A COLTED era o órgão que controlava o mercado do livro didático e viabilizava aperfeiçoamento das obras por meio de coedições entre governo federal e editoras. No sistema de coedição o MEC por meio do INL atuava como coeditor dos livros didáticos junto as editoras, embora tal sistema tivesse a intenção de agir como censor dos livros didáticos (HÖFLING, 2000, p.163). Restava a FENAME administrar a produção e distribuição do livro didático, sendo um órgão meramente administrativo e que não dispunha de recursos financeiros.

States Agency for International Development (USAID) que influenciaria diretamente na reorganização e financiamento da educação básica e no ensino superior. No que compete ao livro didático, o convênio favorecia a contratação de editoras privadas para a confecção dos livros escolares (FILGUERAS, 2015).

Conforme Batista (2001), o convênio MEC/USAID, ao financiar o processo de editoração dos livros didáticos, possibilitou a “distribuição de 51 milhões de livros, no período de três anos, e estabeleceu a garantia, pelo MEC, da distribuição gratuita.” (2001, p.48). A distribuição dos livros foi uma forma de garantir a ideologia da segurança nacional inculcada pela ditadura militar na sociedade brasileira.

Por volta de 1971, a COLTED foi extinta. Filgueira (2015, p.98), sugere que um dos motivos que levou ao fim da comissão foram as denúncias de corrupção e ineficiência na distribuição dos livros didáticos às escolas. Sua função foi assumida por dois órgãos do MEC: INL e FENAME.

A FENAME tornou-se uma “editora do Estado”, que fazia parceria com outras editoras para produção e distribuição do livro didático. E em 1976, assumiu a gerência do Programa do Livro Didático (PLID)¹⁸, sendo o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDE) responsável pelo financiamento do Programas (BATISTA, 2001; FILGUERA, 2014; HÖFLING, 2000).

Na década de 1980, momento em que a Ditadura Militar, fragilizada pela inflação e resistências sociais, como por exemplo o movimento das Diretas Já, 1983, enfrentava um processo popular para transição democrática, a FENAME foi substituída pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) também vinculada ao MEC.

Ainda em 1983, em razão da pressão social advinda das inúmeras críticas da esfera acadêmica ao livro didático do PLID, a FAE criou o Comitê de Consulta para Áreas Didático-Pedagógicas. Os membros do comitê consideravam o PLID um programa que centralizava as decisões sobre o livro escolar. Além de não promover a autonomia dos docentes no momento da escolha das obras didáticas. Uma vez que as Secretarias de Educação, nos estados tinham autoridade para escolherem os livros escolares, e em geral os prazos de entrega dos materiais era desrespeitados (FREITAG; MOTTA; COSTA, 1987, p.9).

O comitê elaborou um parecer sobre o PLID e os livros didáticos fornecidos pelo Estado, que apesar do caráter pouco deliberativo, sugeriu mudanças como: a “participação dos

¹⁸ O PLID foi criado em 1971 e executado pelo INL, “que procurava coeditar e distribuir livros didáticos para as escolas de 1º e 2º graus, com as editoras privadas”(FILGUERAS, 2015, p. 99).

professores na escolha do livro didático” e “a ampliação do Programa” (BATISTA, 2001, p. 49). Em resposta ao Comitê, o MEC propôs: em 1984, o Ministério tornou-se comprador de livros didáticos, e se absteve do processo de edição dos materiais; e em 1985, com base no parecer foi criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), por meio do Decreto nº 91.542 (BRASIL, 1985).

O PNLD foi uma política pública tecida sob a Nova República¹⁹, período posterior à Ditadura Militar. Essa mudança conjuntural propiciou a elaboração de uma nova legislação que viesse criar uma nova política do livro didático. O Programa teve como objetivo alcançar todos os estudantes de escolas públicas, em diferentes esferas governamentais, desde a 1º até 8º série - que correspondem atualmente do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. As prioridades iniciais do PNLD naquele momento foram: atender as disciplinas de Português e Matemática; garantir que o corpo docente escolhesse o livro didático; e tornar o livro escolar reutilizável (BATISTA, 2001; FREITAG; MOTTA; COSTA, 1987; GRAMOWSKI; DELIZOICOV; MAESTRELLI, 2017).

A partir de 1988, o PNLD foi assegurado pela nova Constituição Federal, por meio do Artigo 208, VII, que enfatizou a obrigação do Estado para com a garantia do “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 2016, p. 124).

O processo de consolidação do PNLD ocorreu durante a década de 1990, momento em que o Programa passou por mudanças devido à constante preocupação com a qualidade do livro didático. Mas muitos estudos indicavam problemas nas obras didáticas adquiridas pelo Estado em relação à qualidade e os conteúdos, de cunho discriminatório, ideológico, desatualizado, com erros conceituais e problemas metodológicos (BATISTA, 2001).

Uma das primeiras mudanças foi a criação, em 1993, de uma comissão de especialistas escolhidos pelo MEC para avaliar os livros didáticos adquiridos em 1991. Os avaliadores produziram um documento denominado “Definição de critérios para a Avaliação dos Livros Didáticos”, o qual abordava os problemas metodológicos e de diagramação para a exclusão de obras inadequadas (BATISTA, 2001; ZAMBON; TERRAZZAN, 2013)²⁰.

¹⁹A Nova República foi instalada em 1985, o que indica que o PNLD teve como base os valores democráticos que eram os anseios da sociedade na época.

²⁰ Ainda em 1993, o FNDE tornou-se a instituição de financiamento de projetos educacionais incluindo o PNLD (DI GIORGI et al., 2014), fato importante para a centralização do Programa pelo Estado e para a garantia de recursos públicos que contemplasse as necessidades do PNLD, como por exemplo a contratação de equipes

Tal contexto levou, a universalização do PNLD, em 1995, o qual passou a atender todas as séries do Ensino Fundamental com obras didáticas de Língua Portuguesa e Matemática. No mesmo ano a avaliação pedagógica foi implementada oficialmente ao processo de seleção PNLD²¹ (BATISTA, 2001).

As primeiras avaliações iniciaram um processo de modificação do livro didático comprado pelo programa²², e, segundo Zambon e Terrazan (2013, p.588) temos

a implementação de mecanismos de avaliação das obras inscritas no PNLD e a universalização da distribuição planejada de livros didáticos no ensino fundamental (mediante uma organização cíclica, instituída em 1996) marcam o estabelecimento de um conjunto de procedimentos para desenvolvimento do PNLD, o que permitiu sua consolidação como programa de distribuição de livros.

As avaliações do livro didático resultaram na classificação das obras inscritas no PNLD em: Excluídas - livros escolares que continham graves erros conceituais, dotados de preconceitos, diferentes formas de discriminações e conteúdos ultrapassados; Não-recomendadas – livros com conceitos diminutos que prejudicavam o desenvolvimento didático-pedagógico; Recomendadas com ressalvas – obras com problemas conceituais, mas que poderiam ser administrados pelo docente e não acarretariam problemas à aprendizagem; Recomendados – livros que cumpriam de modo satisfatório os critérios avaliativos (BATISTA, 2001; BRITTO, 2011).

Para divulgar a avaliação pedagógica, o MEC criou o Guia de Livro Didático – para as obras de 1ª a 4ª série. O objetivo do Guia era divulgar as obras didáticas Não-Recomendadas, Recomendadas com ressalvas e Recomendadas pelo PNLD, para que os docentes escolhessem²³ (BATISTA, 2001).

As bases criadas para o desenvolvimento do PNLD, apoiadas na avaliação do livro didático, proporcionaram a ampliação do Programa. E em 1997 as primeiras mudanças foram:

a) As inscrições dos livros didáticos para o PNLD via Edital, publicado no Diário Oficial da União;

técnicas para analisar os livros didáticos inscritos nos editais do Programa. Com o fim da FAE em 1997, o FNDE ficou responsável pela administração e financiamento do PNLD, função que se mantém na atualmente.

²¹ Em 1996, implantaram avaliações pedagógicas periódicas apenas para livros didáticos das séries iniciais – de 1º a 4º série (BATISTA, 2019).

²² É importante destacarmos o ano de 1996 como um marco para consolidação o PNLD, uma vez que foi estabelecida a avaliação pedagógica, e também ter sido publicada a nova LDB, Lei nº 9394/96, com o intuito de garantir e universalizar a educação pública e de qualidade pautada nos preceitos democráticos e da obrigação do Estado para com a educação.

²³ Apenas os livros Excluídos não eram compunham o Guia.

- b) Censo Escolar, como um recurso para verificar a quantidade de livros didáticos a serem distribuídos para as escolas;
- c) Integração do Instituto Nacional de Tecnologia (INT) e Instituto Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) para analisar a qualidade dos livros;
- d) Reformulação das entregas dos livros escolares pela Empresa de Correios e Telégrafos (ECT);
- e) Monitoramento junto às Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, para com a entrega dos livros didáticos no prazo previsto;
- f) Exigências técnicas para o aprimoramento e durabilidade dos materiais comprados pelo Estado (BATISTA, 2001).

O Guia de Livros Didático também sofreu alterações e na edição do PNLD 1998, deixou de ser apenas um catálogo de obras didáticas. Passou a ser publicado em um volume único e incluir a resenha das obras selecionadas. Ademais, acrescentou-se mais uma classificação, Recomendada com Distinção. Nela se enquadravam as obras mais criativas que se adequavam aos critérios avaliativos expostos no edital²⁴ (BATISTA, 2001; BRITTO, 2011).

A mudança na classificação do livro didático tinha como objetivo facilitar a escolha dos docentes e incentivar a aquisição de livros didáticos recomendados. Outro avanço conquistado no mesmo período pelo PNLD foi a inclusão da avaliação do livro escolar de 5º a 8º série, também publicada via Guia de Livro Didático (BATISTA, 2001; BRITTO, 2011).

Conseqüentemente, em 2001, o Guia do Livros Didáticos excluiu os livros considerados Não-Recomendados. Em seguida, 2004, aboliu-se a catalogação gráfica (estrelas). E em 2007, abandonou a catalogação dos livros escolares e, passando a publicar, somente, livros recomendados, sem esta nomenclatura, junto com a resenha crítica dos livros (BRITO, 2012, p. 9).

A iniciativa de abolir os livros didáticos que não se ajustavam às exigências dos editais favoreceu o aprimoramento das obras seguintes. O PNLD fez com que editoras e autores se atentassem mais às necessidades do programa. O processo de implementação das avaliações

²⁴ A avaliação também passou a distinguir graficamente o livro didático por meio de estrelas. Os livros Recomendados com Distinção recebiam três estrelas, os Recomendados recebiam duas estrelas e Recomendados com Ressalva recebiam uma estrela. As obras consideradas Não Recomendadas foram incluídas no final do Guia (BATISTA, 2001).

sofreu resistência junto às editoras e autores²⁵, uma vez que obras que participavam há anos do programa foram excluídas. Britto (2011) afirma que

[...] na avaliação de 1996, de um total de 466 livros inscritos, 281 (60%) foram classificados como não recomendados. [...] coleções que haviam sido aprovadas com louvor em avaliações anteriores foram excluídas do Guia do Livro Didático (BRITTO, 2011, p.10).

Para além deste processo outras mudanças favoreceram as avaliações do PNLD. As antigas comissões de especialistas foram substituídas por equipes técnicas com docentes de instituições de ensino superior públicas contratadas pelo MEC; a Secretaria de Educação Básica (SEB) passou a contratar universidades públicas como responsáveis pela avaliação de determinado componente curricular a partir de 2010; o PNLD passou a adquirir coleções didáticas, ao invés de livros isolados. Este último item contribuiu para que não houvesse a ruptura de metodologia e didática entre os anos (BRITTO, 2011).

Entre 2005 e 2007, observamos a ampliação do PNLD para contemplar os estudantes de Ensino Médio, com a criação do subprograma: PNLEM - Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio. Impulsionado, certamente, pelo aumento da oferta de vagas para tal seguimentos de ensino²⁶ (ZAMBON; TERRAZZAN, 2013).

O PNLEM foi experimental em 2004, atendendo inicialmente as regiões Norte e Nordeste com livros didáticos de Português e Matemática. Em 2006 foi ampliado para todas as regiões brasileiras, embora contasse unicamente com, os mesmos, dois componentes curriculares iniciais. As demais disciplinas foram incluídas gradualmente e, a partir de 2009, os componentes de Português, Matemática, História, Geografia, Química, Física e Biologia passaram a compor o programa (BRITO, 2012; ZAMBON; TERRAZZAN, 2013).

Lembremos que, no contexto político educacional brasileiro dos anos 2000, novas legislações foram implementadas inserindo no currículo temas que antes eram marginalizados. Para exemplificar temos a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008, ambas abordam a o ensino de História e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Outra conquista foi a obrigatoriedade das disciplinas de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio, com a Lei 11.684/2008. Em meio a estas transformações legais, o livro didático teve que se adaptar e passou a abordar temas como a valorização da mulher, o combate à violência de gênero, entre outros (CAIMI, 2018).

²⁵ Para conter as críticas das editoras e autores, o PNLD passou a exigir pareceres detalhados dos avaliadores evidenciando os problemas analisados em cada livro didático.

²⁶ Este estudo não se aprofundará sobre a expansão do Ensino Médio durante os anos 2000, uma vez que nosso objetivo é compreender o processo de avaliação do PNLD em relação ao livro didático de Sociologia.

Aquele foi um momento propício às novas legislações educacionais em geral. E o PNLD também sofreu alterações, à partir da criação do Decreto 7.084/2010, que elevou, legalmente, o programa a um patamar de Programa de Estado²⁷ (CAIMI, 2018). O decreto destacou-se por suas cinco diretrizes presentes no Artigo 3º,

- I - respeito ao pluralismo de idéias e concepções pedagógicas;
- II - respeito às diversidades sociais, culturais e regionais;
- III - respeito à autonomia pedagógica dos estabelecimentos de ensino;
- IV - respeito à liberdade e o apreço à tolerância; e
- V - garantia de isonomia, transparência e publicidade nos processos de avaliação, seleção e aquisição das obras (BRASIL, 2010, p.1).

É interessante observamos que ‘o respeito a toda e qualquer diversidade’ é algo ressaltado nas diretrizes do programa. Isto determinou que ‘o respeito’ a todos os itens citados no Decreto 7.084 fosse algo a ser analisado com zelo nos livros selecionados pelo PNLD. É curioso também verificarmos que o documento tinha a intenção de contemplar a diversidade brasileira como um todo, ao possibilitar a aprovação de livros didáticos capazes de dialogar com as diferentes realidades do país.

Junto às diretrizes do PNLD, no Artigo 2º prescrevia os cinco objetivos do programa, os quais foram definidos como:

- I - melhoria do processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas, com a consequente melhoria da qualidade da educação;
- II - garantia de padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa utilizado nas escolas públicas;
- III - democratização do acesso às fontes de informação e cultura;
- IV - fomento à leitura e o estímulo à atitude investigativa dos alunos; e
- V - apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor (BRASIL, 2010, p.1).

Em outras palavras, observamos dentre os objetivos, a intenção de criar livros didáticos que fortalecessem o processo do ensinar e aprender, de forma a privilegiar a qualidade do material didático, considerando o livro escolar como um bem dotado de recursos para estudantes e docentes.

Ademais, o Decreto 7.084/2010 determinou a avaliação pedagógica anual - via edital, apresentou critérios gerais e específicos consistentes e transparentes para regerem as avaliações, e passou a contar com uma equipe de pareceristas (avaliadores) formada por docentes universitários e de educação básica advindos de todas as regiões do país. Buscava-se a heterogeneidade dos avaliadores que se somava a pluralidade de saberes para o enriquecimento

²⁷ Entendemos o PNLD como um Programa de Estado, como uma política educacional consolidada que perpassou por inúmeros governos e se manteve com objetivos de selecionar, adquirir e distribuir gratuitamente o livro didático para todos os níveis de ensino.

do processo avaliativo. E impôs-se a abertura de edital para selecionar instituições públicas de ensino superior para coordenar a avaliação dos livros didáticos por componente curricular (BRASIL, 2010; CAIMI, 2018))²⁸.

Previa-se a autonomia dos docentes do ensino básico para a escolha do livro didático sem que houvesse intervenção das Secretarias de Educação, municipais ou estaduais, para a mudança da escolha ou para a imposição de um único título para a rede de ensino. Além de sistematizar as avaliações pedagógicas de modo a diminuir “[...] um conjunto de restrições historicamente presentes neste suporte cultural nomeado livro didático.” (CAIMI, 2018, p. 23).

Instituiu-se a avaliação do livro didático, para todos os segmentos de ensino, a cada três anos. E favoreceu-se a atualização contínua das obras. O processo de seleção, avaliação e aquisição do livro didático passaram a ocorrer de forma intercalada entre os ciclos, de 1º a 5º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio (BRASIL, 2010).

Como subsídio para a avaliação pedagógica o Decreto 7.084/2010 determinou-se que os critérios para avaliação geral e específica deveriam conter seguintes itens:

- I - o respeito à legislação, às diretrizes e normas gerais da educação;
- II - a observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;
- III - a coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica;
- IV - a correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos;
- V - a adequação e a pertinência das orientações prestadas ao professor; e
- VI - a adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico (BRASIL, 2010, p.5).

Os Guias de Livros Didáticos conforme o Decreto 7.084/2010 tornaram-se um meio de viabilizar aos docentes de ensino básico as resenhas detalhadas dos livros aprovados no PNLD para que realizassem a escolha de uma das obras e coleções didáticas. Entretanto, as transformações políticas ocorridas no Brasil a partir de 2016 com o aprofundamento de políticas neoliberais, fez com que o PNLD fosse modificado.

²⁸ Antes de 2015 o próprio MEC indicava, por meio da prescrição de especialistas que faziam parte Comissão Técnica de cada área de conhecimento, as universidades responsáveis pelo processo avaliativo. Os pareceristas, a partir de 2015, passaram a ser sorteados de uma Banco de Avaliadores, que se inscreviam previamente (CAIMI, 2018).

2. 3 As transformações recentes do PNLD

Em 2016, com o impeachment da presidente Dilma Rousseff, e o governo “provisório” de Michel Temer, o processo de aprovação da Reforma do Ensino Médio, Lei 13.415/2017, e da Base Nacional Curricular (BNCC) proporcionaram o contexto necessário para aprovação do Decreto 9.099/2017(CAIMI, 2018) que mudou pontos importantes do PNLD.

Não nos aprofundaremos no Decreto 9.099/2017, posto que este estudo não abarca as modificações causadas no livro didático devido ao decreto em questão. Porém evidenciaremos cinco aspectos decisivos para o futuro do PNLD.²⁹

O primeiro aspecto diz respeito ao novo nome do programa definido como Programa Nacional do Material e Livro Didático (PNLD). O PNLD, a partir de 2017 incluiu via Decreto 9.099, o Programa Nacional da Biblioteca da Escola (PNBE). Ou seja, o Programa se tornou diretamente responsável pelos livros de leitura, dicionários, programas educativos, e materiais didáticos impressos e softwares de ensino (BRASIL, 2017b; CAIMI, 2018).

O segundo aspecto é a inserção, no Artigo 1º do Decreto 9.099, da possibilidades de aquisição, por meio do PNLD, de materiais didáticos de “instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos” (BRASIL, 2017, p.1). Segundo Caimi (2018, p. 27), este item traz ao Estado a premissa para adquirir sistemas apostilados de ensino produzidos por grandes grupos privados. Fato que pressupõe a mercantilização da educação através de facilidades para expansão dos negócios sem que haja garantia da qualidade dos materiais didáticos. Além da possibilidade de comprar materiais apostilados, com conteúdos mais condensados e pautados nas exigências dos grandes vestibulares brasileiros, uma vez que é pressuposto do ensino público conteúdos que desenvolvam a cidadania.

O terceiro aspecto se refere à ampliação do ciclo avaliativo de três para quatro anos, podendo ser estendido para seis anos. Conforme Caimi (2018, p.28), o aumento do prazo de vigência dos livros didáticos causa a desatualização dos conteúdos e pode levar a defasagens no processo de aprendizagem. Contudo representa uma economia financeira considerável ao Estado. Esta mudança pôde contribuir para o descrédito dos livros didáticos do PNLD por parte dos docentes da rede pública, e aumentar a desigualdade do ensino entre os estudantes da rede pública e privada.

²⁹ Estudos futuros poderão analisar mais profundamente os impactos do Decreto 9.099/2017 no PNLD.

Observamos ainda a adição de mais um objetivo no Artigo 2º, “VI - apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular” (BRASIL, 2017b, p.1) que de certo modo, pôde favorecer a padronização do livro didático para a incorporação das exigências da BNCC (CAIMI, 2018).

O quarto aspecto está relacionado diretamente ao processo de avaliação pedagógica. De acordo com o Artigo 13º do Decreto 9.099/2017, o MEC assumiu a responsabilidade de definir as regras para a avaliação do livro didático, e as universidades foram retiradas das etapas de avaliação. As equipes técnicas, formadas até então por professores universitários de instituições públicas, passaram a ser compostas por docentes do ensino superior público ou privado (BRASIL, 2017). Tal mudança pode afetar qualitativamente o PNLD e causar

prejuízo ao processo avaliativo, na medida em que destitui o papel da universidade pública, cuja competência na produção intelectual de caráter teórico-metodológico e na formação de professores é amplamente reconhecida. A centralização do processo avaliativo no Ministério da Educação, coordenado por agentes técnicos, tende a fragmentar a avaliação do conjunto da produção didática, instituindo uma avaliação isolada de cada obra, de modo a desfavorecer possibilidades de análises mais amplas do cenário editorial e educacional, nas diversas áreas do saber (CAIMI, 2018, p.29).

Esta mudança pôde favorecer as futuras pressões mercadológicas e flexibilizar os critérios avaliativos incidindo sobre a qualidade dos materiais didáticos, o que prejudicaria os estudantes da rede pública.

O último aspecto evidencia a importância das universidades públicas para compor as equipes de avaliação do livro didático conforme o antigo Artigo 14º, Inciso 1º do Decreto 7.089/2010, (BRASIL, 2010). Uma vez que o atual decreto defini no Artigo 12º como:

A escolha dos integrantes de cada comissão técnica será feita pelo Ministro de Estado da Educação, a partir da indicação das seguintes instituições:
I - Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação;
II - Conselho Nacional de Secretários de Educação;
III - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação;
IV - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação;
V - Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação;
VI - Conselho Nacional de Educação;
VII - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior;
VIII - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica [...] (BRASIL, 2017b, p.6).

As transformações impostas ao PNLD nos fazem lembrar que as políticas educacionais devem cumprir o papel de garantir o direito à educação para todos os indivíduos, proporcionando o acesso universal à escola e os recursos necessários para que crianças e adolescentes se mantenham estudando.

Em um país como o Brasil em que a diversidade cultural também aponta as diferenças econômicas, como ficou evidente durante a pandemia de COVID-19 em 2020, faz-se fundamental que as políticas educacionais assegurem a inclusão de todos os cidadãos.

É com o objetivo de fornecer recursos para o aprimoramento do livro didático e do PNLD e possibilitar ferramentas para novas pesquisas sobre o livro didático de Sociologia, que nos debruçamos sobre os Guias de Livros Didáticos PNLD para analisarmos os possíveis avanços do PNLD de Sociologia.

3 PNLD/SOCIOLOGIA: A ENTRADA TARDIA

Neste capítulo analisaremos os Editais e Guias do PNLD 2012, 2015 e 2018 com o objetivo de compreender as mudanças ao longo dessas três edições.

Para tanto, realizamos uma análise comparativa dos Editais e dos Guias pautada nas seguintes indagações: os Guias de Sociologia indicam os desafios enfrentados para confecção dos livros didáticos? Editais e Guias contribuíram para o aprimoramento do livro didático de Sociologia? Estes documentos apontam algum avanço entre as edições do PNLD de Sociologia?

Nosso objetivo específico, quanto à análise dos editais, é verificar as permanências e mudanças entre eles que contribuíram com os possíveis avanços nos livros didáticos de Sociologia, uma vez que os princípios geradores das obras estão evidenciados nos editais. Acreditamos que eles são o caminho inicial para consolidação de certo formato de obra didática da disciplina em questão.

Na busca de compreendermos a influência dos Guias PNLD para a escolha das obras didáticas, realizamos uma pesquisa quantitativa em que inicialmente exploramos os Editais 2009, 2011 e 2015 e seus respectivos Guias de Livros Didáticos. Com base na frequência que determinados temas faziam-se presentes e ausentes entre os Editais e entre os Guias PNLD elencamos categorias.

Destacamos as categorias conforme a pertinência e frequência dos temas nos documentos, de modo que, para os Editais, temos três grupos categóricos: 1) Mudanças presentes entre as Introduções dos três editais; 2) Novos temas entre os critérios gerais de avaliação; 3) Novos temas entre os critérios específicos de avaliação para Ciências Humanas e Sociologia.

Para a análise dos Guias PNLD, elaboramos mais dois grupos categóricos: 1) A importância dos avaliadores; 2) Temas pouco abordados ou inexistentes, segundo os Guias, nos livros didáticos.

Por último, aplicamos um questionário a 82 professores de Sociologia da rede pública de diferentes estados brasileiros, em que a maioria de nossa amostra eram estudantes do Mestrado Profissional em Sociologia (ProfSocio). Ou seja, temos um perfil específico de docentes, em que mais de 80% eram graduados em Ciências Sociais, e o restante em áreas afins, formados em universidades públicas e que atuam na educação pública a cinco anos ou mais.

Características que destoam dos dados obtidos ao longo da pesquisa, através do Senso Escolar 2020, sobre o perfil dos professores de Sociologia.

Cruzamos as respostas da pesquisa com os dados e as categorias levantadas nos Guias do PNLD, assim obtivemos resultados que possibilitaram observar de forma mais apurada, tanto o PNLD Sociologia, quanto o próprio ProfSocio.

Dessa forma, o presente capítulo se divide em duas subseções: 3.1 Análise dos editais PNLD – Ensino Médio, em que analisamos os editais PNLD; 3.2 Análise dos Guias de livros didáticos PNLD – Sociologia, em que examinaremos os Guias PNLD; e os subitens 3.2.1 Os avaliadores do PNLD de Sociologia, que expõe o processo de avaliação dos livros didáticos e seus avaliadores, além do 3.2.2 Dados do questionário de pesquisa, em que comentamos e analisamos o questionário.

3.1 Análise dos editais do PNLD – Ensino Médio

Os Editais do PNLD são materiais produzidos pelo MEC, junto à Secretaria de Educação Básica (SEB) e o FNDE, sendo publicados cerca de três anos antes do ano edição do PNLD. Neles estão as instruções gerais e específicas sobre a parte gráfica e os conteúdos dos livros didáticos, bem como as exigências para a formatação da obra, capa, folha de rosto, lombada, estrutura interna dos livros didáticos – tanto para obras impressas quanto para obras digitais –, quantidade de página para cada componente curricular, e critérios avaliativos comuns a todos os livros e específicos para cada área de conhecimento.

Encontra-se também a descrição de como ocorre o PNLD, desde a pré-seleção, a avaliação, a aquisição até a distribuição das obras didáticas. Em geral os editais do Programa se assemelham em sua forma, mas contém pequenas diferenças em seus conteúdos.

Ao analisar os Editais, temos como objetivo específico compará-los, e ainda, verificar as permanências e mudanças que contribuiram com possíveis avanços nos livros didáticos de Sociologia. Para tanto, investigamos as prescrições para a avaliação das obras didáticas, tendo como enfoque o “Anexo III – Princípios e critérios para a avaliação de obras didáticas destinadas ao ensino básico” nos Editais do PNLD publicados em 2009, 2012 e 2015³⁰.

³⁰ Tais Editais originaram aos Guias de Livros Didáticos do PNLD de Sociologia 2012, 2015 e 2018.

Para a sistematização de nossos estudos dividimos o “Anexo III” em três partes: na primeira, uma introdução – presente no início do Anexo III para apresentar os objetivos da avaliação pedagógica, assim, traçaremos um paralelo entre os editais evidenciando os novos conceitos assimilados entre 2009, 2012 e 2015; já na segunda, os Critérios Gerais – em que analisamos as transformações entre as edições relacionada aos critérios de avaliação comuns a todas as áreas de conhecimento; e a terceira, com os Critérios Específicos em que exploramos os critérios avaliativos de Sociologia verificando a possibilidade de novos conceitos, entre as edições. Cabe ressaltar que foram poucas as alterações entre os editais, contudo acreditamos que os conceitos destacados neste estudo causaram impacto significativo nos livros didático de Sociologia. Vejamos como apresentam-se cada um:

A Introdução do “Anexo III”, também foi descrita como “Princípios” no edital de 2015. Nos três editais tal fragmento é iniciado com a citação Artigo 35º da LDBEM (1996) que atribui ao Ensino Médio as seguintes finalidades:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996, p.13).

Em cada um dos editais, um destes acima é mais enfatizado. No Edital de 2009, destaca-se o item II do Artigo 35º, o qual reafirma a necessidade do jovem ter uma formação para o trabalho. De acordo com documento, a função da escola é “preparar o aluno para o ingresso no mercado do trabalho”, enquanto o jovem “tem na escola e na educação formal, proporcionada por esta instituição, a expectativa de melhores condições de vida, o que significa empregabilidade” (BRASIL, 2009, p.18). O edital insiste na ideia de uma formação mais voltada ao mercado de trabalho, mesmo abordando a necessidade de uma formação ética e para cidadania. Aspecto esse que converge com as políticas educacionais neoliberais, que pretendem a formação dos jovens voltada ao trabalho, tendo como base a LDBEN (1996). A educação formal perde, nesse sentido, a função de privilegiar o desenvolvimento intelectual para a melhor apreensão da realidade e da sociedade.

Nos editais de 2012 e 2015, observamos algumas mudanças em relação ao Edital de 2009. Nestes documentos os itens três e quatro, sobre ética e fundamentos científico-tecnológicos, do Artigo 35º, foram reafirmados na introdução. A função da escola foi

ressignificada, e assim, descrita como uma etapa para “preparar o estudante para vida, garantindo sua emancipação e autonomia, num processo de formação integral, humana e sólida” (BRASIL, 2012, p.37). A partir de 2012, os Editais compreenderam o estudante com um “sujeito em formação” e/ou “ator social”, suscetível as influências da indústria cultural e com o potencial de atuar socialmente como protagonista de mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas (BRASIL, 2012a). Fator importante para destacar a importância da atuação dos jovens no espaço escolar.

Ao considerar o jovem como sujeito, os Editais de 2012 e 2015 evocam o conceito de “condição juvenil” para distinguir o adolescente dos demais atores sociais. Dayrell (2007) ao abordar o conceito juventudes considera os jovens sujeitos com voz e autonomia. Para o autor, o ambiente escolar deve ir além dos conteúdos específicos e se configurar em um espaço de liberdade e a ação juvenil. E tornar-se um local que permita uma nova perspectiva de futuro e lugar no mercado de trabalho. Sendo ainda, um espaço de construção das identidades juvenis.

O conceito de “condição juvenil” esteve ausente no Edital de 2009, e seu texto discutiu pouco sobre as condições sociais dos jovens. Este olhar diminuto para com o jovem e é, certamente, uma deficiência do edital. Nos editais de 2012 e 2015 houve um cuidado maior ao considerar o papel social da juventude e suas condições sociais.

É possível que o motor desta mudança nos dois últimos editais (2012 e 2015) seja consequência de transformações políticas que ocorreram à partir da década de 2000. Podemos citar que a ampliação do acesso ao Ensino Médio e a construção de políticas públicas foram favoráveis à educação, inauguradas no decorrer do governo Lula, já as descrevemos nos capítulos anteriores.

Dentre estas mudanças está o próprio PNLD o qual foi progressivamente ampliado no decorrer da primeira década do século XXI e, a partir de 2012, passou a garantir ao Ensino Médio livros didáticos para todas as disciplinas.

O ambiente político favorável à educação possibilitou a aprovação do Decreto 7.084/2010, o qual estabeleceu novas diretrizes ao PNLD. As novas diretrizes valorizavam aspectos como o pluralismo de ideias, a diversidade cultural e religiosa, a tolerância e a multiplicidade de concepções pedagógicas (BRASIL, 2010).

Pouco tempo depois foi promulgada as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) via Resolução CNE nº 02/2012. Sendo este, o principal documento que orienta o Ensino Médio, nele o Artigo 5º apresenta as diretrizes para o Ensino Médio como:

- I - formação integral do estudante;
 - II - trabalho e pesquisa como princípios educativos e pedagógicos, respectivamente;
 - III - educação em direitos humanos como princípio nacional norteador;
 - IV - sustentabilidade ambiental como meta universal;
 - V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos do processo educativo, bem como entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;
 - VI - integração de conhecimentos gerais e, quando for o caso, técnico-profissionais realizada na perspectiva da interdisciplinaridade e da contextualização;
 - VII - reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes;
 - VIII - integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular.
- § 1º O trabalho é conceituado na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência.
- § 2º A ciência é conceituada como o conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade.
- § 3º A tecnologia é conceituada como a transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada, desde sua origem, pelas relações sociais que a levaram a ser produzida.
- § 4º A cultura é conceituada como o processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.
- Art. 6º O currículo é conceituado como a proposta de ação educativa constituída pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expressando-se por práticas escolares que se desdobram em torno de conhecimentos relevantes e pertinentes, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e sócio-afetivas. (BRASIL, 2012b, p.2).

O conceito de “educação integral” presente nos Editais de 2012 e 2015 possivelmente recebeu influência das DCMEN (2012). Conforme o Edital de 2012, a concepção de “Educação Integral, que se traduz pelo desenvolvimento de todas as dimensões do ser humano: éticas, estéticas, históricas, culturais, corporais, entre outras, compreendendo o sujeito na sua totalidade”(BRASIL, 2012a, p.38). Acreditamos que ao apontar a importância de uma formação completa dos sujeitos os editais indicam a necessidade de conteúdos interdisciplinares.

O último ponto que destacamos, dentre as introduções, esteve presente somente no Edital de 2015. Nele constavam oito itens que deveriam ser desenvolvidos nos livros didáticos, sendo eles: 1) “a imagem positiva da mulher na sociedade”; 2) “temática de gênero” e “combate a homo e transfobia”; 3) ”superação de toda forma de violência”; 4) “educação e cultura em direitos humanos”; 5) ”respeito a valorização da diversidade”; 6) “imagens positivas de afrodescendentes e da população do campo”; 7) “cultura e história afro-brasileira e dos povos

indígenas brasileiros” e 8) “temática das relações étnico-raciais, de preconceito, da discriminação racial” (BRASIL, 2015, p.32).

Tais itens dialogavam diretamente com o Artigo 9º das DCNEM (2012) que aborda os conteúdos obrigatórios ao Ensino Médio, por contribuírem para “a construção de conceitos e posturas frente ao mundo e a realidade, favorecendo, em todos os sentidos, a compreensão de processos sociais, científicos, culturais e ambientais” (BRASIL, 2015, p.32).

Mendonça (2012), afirma que estes novos princípios colaboraram com o ensino de Sociologia, uma vez que refletem diretamente sobre os temas e teorias discutidos na disciplina. Deste modo, pode-se dizer que as DCNEM favoreceram a consolidação da disciplina através do livro didático.

Entretanto, devemos nos lembrar que atualmente as temáticas exigidas no edital de 2015 para os materiais didáticos estão ameaçadas, seja pelo novo decreto que rege o PNLD, abordado no capítulo anterior, seja pelo governo Bolsonaro que encara como uma ameaça política o combate ao preconceito, a discriminação, a violência de gênero, discussão sobre as relações étnico-raciais e direitos humanos. Estes motivos nos levam a temer os próximos editais do PNLD que podem ser reformulados e omitirem a descrição dos oito itens citados, podendo ainda, causar certo prejuízo aos avanços das discussões dessas temáticas, por meio do livro didático, entre os jovens e a comunidade escolar.

Quanto aos Critérios Gerais, tratamos os mesmos enquanto somados aos itens descritos, para tanto, encontra-se os critérios avaliativos dispostos em gerais e específicos, que são a base para as avaliações dos livros didáticos e para a confecção dos Guias de Livros Didáticos.

Os critérios avaliativos gerais são pautados no Artigo 19º do Decreto 7.084/2010, o qual instituiu seis aspectos a serem avaliados nas obras didáticas de todos os componentes curriculares.

Os critérios gerais são definidos nos editais como “Critérios eliminatórios comuns a todas as áreas”. São formados por subitens que especificam os pontos a serem analisados nas obras com a função de orientar o processo de avaliação em cada livro didático.

Dentre os critérios gerais, observamos que seus conteúdos permaneceram, praticamente, intocados ao longo dos três editais. Foram as pequenas mudanças que nos despertaram o interesse. As principais alterações foram os conteúdos acrescentados e excluídos aos critérios gerais entre os editais de 2009, 2012 e 2015, bem como podemos observar no Quadro 1 – Critérios Gerais do PNLD.

Notamos que o edital de 2009 apresentou seis critérios avaliativos, os quais já haviam se consolidado ao longo da trajetória do PNLD. Cada critério foi composto por um texto breve explicando sua importância, contendo de três a oito subitens.

Dentre eles destacamos segundo critério geral, intitulado “Observância de princípios éticos e democráticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social”. Nelo o subitem um indica que as obras com “estereótipos e preconceitos de condição social, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade e linguagem (...) discriminação ou violação de direitos” (BRASIL, 2009, p.19) seriam excluídas. E os critérios, cinco e seis, expressam a importância de conteúdos que representem a “diversidade étnica da população brasileira, a pluralidade social e cultural do país” (BRASIL, 2009, p.20).

Estes critérios presentes em todos os Editais PNLD analisados demonstram a preocupação constante com a elaboração de livros didáticos que representassem a diversidade social e cultural brasileira.

Já no edital de 2012, houve o acréscimo dos itens: quatro, “respeito à perspectiva interdisciplinar na apresentação e abordagem dos conteúdos”, e oito, “pertinência e adequação do conteúdo multimídia ao projeto pedagógico e ao texto impresso” (BRASIL, 2012c, p.39). O item quatro abordava as características do livro didático para uma educação integral através de conteúdos interdisciplinares, enquanto o item oito, apresentava os critérios de avaliação para materiais didáticos digitais, uma nova proposta do MEC daquele edital. Todos os critérios tiveram suas descrições mais desenvolvidas o que, possivelmente, favoreceu a argumentação dos avaliadores para a exclusão das obras.

Quanto ao edital de 2015, houve a exclusão do item sobre materiais didáticos digitais e a inclusão da Lei nº 13.010/2014, sobre a relevância de conteúdos de direitos humanos no item dois: “Respeito à legislação e às normas oficiais relativas ao ensino médio” (BRASIL, 2015, p.33).

Além das modificações apresentadas, não notamos mais mudanças significativas nos critérios gerais, o que indica a consolidação dos critérios avaliativos do PNLD para o Ensino Médio até então. Para melhor observamos os critérios gerais dos Editais do PNLD organizamos o Quadro 1.

Quadro 1 - Critérios avaliativos gerais do PNLD

Edital	Critérios Gerais do PNLD
PNLD 2012	1 respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino médio; 2 observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano; 3 coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela obra, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados; 4 correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos; 5 observância das características e finalidades específicas do manual do professor e adequação da obra à linha pedagógica nela apresentada; 6 adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da obra.
PNLD 2015	1 respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino médio; 2 observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano; 3 coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela obra no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados; 4 respeito à perspectiva interdisciplinar na apresentação e abordagem dos conteúdos; 5 correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos; 6 observância das características e finalidades específicas do manual do professor e adequação da obra à linha pedagógica nela apresentada; 7 adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da obra; 8 pertinência e adequação do conteúdo multimídia ao projeto pedagógico e ao texto impresso.
PNLD 2018	1 respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino médio; 2 observância de princípios éticos e democráticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano; 3 coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela obra no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados; 4 respeito à perspectiva interdisciplinar na abordagem dos conteúdos; 5 correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos; 6 observância das características e finalidades específicas do manual do professor e adequação da obra à linha pedagógica nela apresentada; 7 adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da obra.

Fonte: Autoria da pesquisadora e adaptado de BRASIL (2009;2012;2015).

Indo de encontro aos Critérios Específicos, e após verificarmos os critérios gerais, os editais expõem os “Critérios eliminatórios específicos”, divididos por área de conhecimento. Os critérios relacionados a Sociologia fazem parte da área de Ciências Humanas.

Tal fragmento do Anexo III, de início expunha os princípios que diferenciam as Ciências Humanas e deviam compor os componentes curriculares: História, Geografia, Filosofia e Sociologia, junto com um texto breve que descrevia cada um.

Nesta parte entre as edições dos Editais de 2009, 2012 e 2015 houve apenas uma mudança: em 2009, eram nove princípios; já em 2012 observamos o acréscimo do décimo princípio que garantia a interdisciplinaridade entre as disciplinas. E em 2015, foram novamente

nove princípios com prejuízo do primeiro item presente nos editais anteriores. Vejamos as alterações no esboço do Quadro 2.

Quadro 2 - Princípios de Ciências Humanas

Editais	Princípios de Ciências Humanas
2009	<p>1 processar e comunicar de forma ampla informações e conhecimentos;</p> <p>2 reconhecer e aceitar diferenças, mantendo e/ou transformando a própria identidade, percebendo-se como sujeito social construtor da história;</p> <p>3 compreender que as sociedades são produtos das ações de diferentes sujeitos sociais, sendo construídas e transformadas em razão da intervenção de diversos fatores;</p> <p>4 obter informações contidas em diferentes fontes e expressas em diferentes linguagens, associando-as às soluções possíveis para situações-problema diversas;</p> <p>5 compreender que as ações dos sujeitos sociais são realizadas no tempo e no espaço, criando relações e desdobramentos variados, sem determinismos;</p> <p>6 compreender que as instituições sociais, políticas e econômicas são historicamente construídas/reconstruídas por diferentes sujeitos sociais;</p> <p>7 desenvolver a autonomia intelectual a partir da problematização de situações baseadas em referências concretas e diversas, rompendo com verdades absolutas ou deterministas;</p> <p>8 trabalhar com diferentes interpretações, relacionando o desenvolvimento dos conhecimentos com os sujeitos sociais que os produzem;</p> <p>9 apropriar-se de diferentes linguagens e instrumentais de análise e ação para operar na vida social</p>
2012	<p>1 processar e comunicar de forma ampla informações e conhecimentos;</p> <p>2 reconhecer e respeitar diferenças, mantendo e/ou transformando a própria identidade, percebendo-se como sujeito social construtor da história;</p> <p>3 compreender que as sociedades se criam e se recriam pelas ações de diferentes sujeitos e grupos sociais, sendo produzidas e transformadas com a intervenção de diversos fatores;</p> <p>4 identificar, problematizar e refletir (sobre) informações contidas em diferentes fontes e expressas em diferentes linguagens, associando-as às soluções possíveis para situações-problema diversas;</p> <p>5 compreender que as ações dos sujeitos sociais são realizadas no tempo e no espaço, criando relações e desdobramentos variados, sem determinismos;</p> <p>6 compreender que as instituições sociais, políticas e econômicas são historicamente construídas/reconstruídas por diferentes sujeitos ou grupos sociais;</p> <p>7 desenvolver a autonomia intelectual a partir da problematização de situações baseadas em referências concretas e diversas, rompendo com perspectivas unilaterais;</p> <p>8 trabalhar com diferentes interpretações, relacionando o desenvolvimento dos conhecimentos com os sujeitos sociais que os produzem;</p> <p>9 apropriar-se de diferentes linguagens e instrumentais de análise e ação para operar na vida social os conhecimentos que construiu de forma autônoma e cooperativa;</p> <p>10 garantir o desenvolvimento de atividades interdisciplinares e o reconhecimento da relevância da integração entre os componentes curriculares da área de ciências humanas, e desta com outras áreas do conhecimento.</p>
2015	<p>1 reconhecer e respeitar diferenças, mantendo e/ou transformando a própria identidade, percebendo-se como sujeito social construtor da história;</p> <p>2 compreender que as sociedades se recriam pelas ações de diferentes sujeitos, classes e grupos sociais, sendo transformadas sob a intervenção de diversos fatores;</p>

	<p>3 identificar, problematizar e refletir (sobre) informações contidas em diferentes fontes e expressas em diferentes linguagens, associando-as às soluções possíveis para situações-problema diversas;</p> <p>4 compreender que as ações dos sujeitos sociais são realizadas no tempo e no espaço, tendo em vista condições específicas e criando relações e desdobramentos variados;</p> <p>5 reconhecer que as instituições sociais, políticas e econômicas são historicamente construídas/reconstruídas por diferentes sujeitos, classes ou grupos sociais;</p> <p>6 desenvolver a autonomia intelectual a partir da problematização de situações baseadas em referências concretas e diversas, rompendo com perspectivas unilaterais e monocausais;</p> <p>7 trabalhar com diferentes interpretações, relacionando o desenvolvimento dos conhecimentos com os sujeitos sociais que os produzem;</p> <p>8 apropriar-se de diferentes linguagens e instrumentais de análise e ação para operar na vida social os conhecimentos que construiu de forma autônoma e cooperativa;</p> <p>9 experimentar atividades interdisciplinares e reconhecer a relevância da integração entre os componentes curriculares da área de ciências humanas, e desta com outras áreas do conhecimento.</p>
--	--

Fonte: Autoria da pesquisadora e adaptado de BRASIL (2009;2012;2015).

Ademais os editais apresentaram critérios avaliativos específicos para Sociologia. Os critérios específicos são utilizados para a análise dos livros didáticos. Neles estão dispostos os principais temas para serem abordados nos livros. Dentre os critérios destacamos a obrigatoriedade das obras contemplarem as três áreas das Ciências Sociais: Antropologia, Sociologia e Ciência Política.

Bem como deveriam conter as seguintes categorias: “*estado, sociedade, etnocentrismo, poder, dominação, ideologia, instituições sociais, socialização, identidade social e classes sociais* deverão ser apresentados” (BRASIL, 2012c, p.56).

Os critérios também destacam a importância dos conceitos de desnaturalização como meio de fornecer uma “crítica da vida social” e promover a “alfabetização científica”. É também atribuído ao livro didático a função de promover os primeiros contatos dos jovens com o pensamento científico, a pesquisa e análise de cunho científica.

Outra tarefa do livro didático é apresentar conceitos e teorias sociológicas clássicas e contemporâneas; ferramentas educativas, como charges, imagens, filmes, para a análise da sociedade, como indicado no Quadro 3 – Critérios específicos para Sociologia.

Quadro 3 – Critérios específicos para Sociologia

Editais	Critérios específicos para Sociologia
	<p>1 permite acesso aos fundamentos dos três componentes curriculares que compreendem as Ciências Sociais, quais sejam, Antropologia Cultural, Ciência Política e Sociologia;</p> <p>2 favorece o domínio da linguagem especializada das Ciências Sociais, conferindo tratamento conceitual e teórico aos temas abordados. Categorias como cultura,</p>

2009, 2012 e 2015	<p>estado, sociedade, etnocentrismo, poder, dominação, ideologia, instituições sociais, socialização, identidade social e classes sociais deverão ser apresentados;</p> <p>3 tem rigor na apresentação dos conceitos fundamentais das Ciências Sociais. Isso se manifesta na qualidade das referências, seriedade e precisão na síntese didática;</p> <p>4 explicita algumas das inquietações intelectuais que deram origem aos conceitos e teorias clássicas das Ciências Sociais e apresenta algumas das reinterpretações científicas e seus usos mais recentes;</p> <p>5 apresenta análises sociológicas de situações e contextos familiares aos estudantes, demonstrando que os conceitos e teorias das Ciências Sociais auxiliam na identificação de características novas e estabelecem relações ocultas entre diferentes fenômenos sociais;</p> <p>6 apresenta e propõe a análise sociológica de formas de expressão que compõem a vida cultural contemporânea (como charges, excertos de livros, imagens, conteúdos da internet, matérias publicitárias, letras de músicas, filmes, etc);</p> <p>7 estimula a curiosidade do estudante para a compreensão da vida social;</p> <p>8 permite que conceitos e teorias das Ciências Sociais sejam incorporados pelos estudantes na condição de ferramentas para análise do mundo social na qual estão inseridos e para compreensão da sua própria condição no mundo;</p> <p>9 favorece, por meio da descrição de situações e elaboração de atividades, ‘deslocamentos’ temporais, espaciais e sociais capazes de possibilitar aos estudantes a ‘desnaturalização’ e a crítica de valores, instituições e práticas que orientam a sua conduta;</p> <p>10 apresenta linguagem, exemplos e situações adequadas para a fase de aprendizagem do estudante e para os propósitos do ensino;</p> <p>11 contempla – nas análises, exemplos e atividades propostas – situações de diferentes regiões do país e experiências de diferentes classes sociais, possibilitando ao estudante o respeito pela diversidade cultural e o reconhecimento da desigualdade social;</p> <p>12 aborda historicamente os conteúdos e temas tratados a fim de evitar anacronismos e constituir a noção de processo social;</p> <p>13 apresenta diferentes visões teóricas do campo das Ciências Sociais não privilegiando uma leitura dogmática acerca do mundo;</p> <p>14 explicita a pluralidade de teorias e abordagens metodológicas que constituem o campo de conhecimento das Ciências Sociais;</p> <p>15 apresenta resultados de pesquisas e estudos sobre temas contemporâneos do Brasil³¹;</p> <p>16 favorece a autonomia do professor, possibilitando diferentes modos de apresentação e ordenação dos conteúdos;</p> <p>17 apresenta, entre os diferentes capítulos, coerência na abordagem didática de temas, teorias, conceitos e autores das Ciências Sociais;</p> <p>18 demonstra coerência entre o modo de apresentação dos conteúdos e a elaboração de atividades de aprendizagem e avaliação;</p> <p>19 possibilita o debate entre as diversas ciências, campos de conhecimento e formas de expressão.</p>
-------------------	---

Fonte: Produção da pesquisadora adaptado de BRASIL (2009;2012;2015).

Por último, encontra-se os critérios específicos relacionados ao Manual do Professor³². Dispostos sempre em quatro critérios, cujo conteúdo descrevia que o Manual, não poderia corresponder a uma cópia do livro do estudante com respostas. Invés disso, devia trazer

³¹ O Item quinze conta apenas no Edital de 2015.

³² O Manual do Professor é uma parte do livro didáticos destinada ao professor, com sugestões didáticas sobre atividades e exercícios.

indicações de outros recursos didáticos como filmes, livros, sites, entre outros, ser coerente quanto a apresentação da obra e flexível em relação a utilização do material em sala de aula (BRASIL, 2009, 2012c, 2015).

Em síntese, os três editais PNLD continham ínfimas mudanças. As modificações mais significativas foram encontradas no Edital de 2018. Nele, os princípios contemplaram temas que não foram diretamente abordados nas edições de 2009 e 2012. Em relação aos critérios gerais, o conceito de interdisciplinaridade foi integrado, a partir de 2012, garantindo materiais que dialogassem com outras disciplinas e áreas de conhecimento. E os critérios específicos, apenas o Edital de 2015, acrescentou um critério relacionado a estudos sociológicos sobre o Brasil contemporâneo.

Essa nossa análise colaborou para compreendermos que os Editais são a base para a avaliação dos livros didáticos e logo influenciam na confecção dos Guias, portanto, dialogar com eles nos permite uma visão ampla dos critérios e princípios que regem os Guias do PNLD.

3.2 Análise dos Guias de Livros Didáticos do PNLD – Sociologia

Reforçamos que os Guias de Livros Didáticos do PNLD são documentos produzidos pelo MEC para a divulgação dos livros didáticos aprovados a cada edição do PNLD. Neles está condensada a descrição do processo avaliativo pelo qual as obras foram submetidas. Contam também com a apresentação da universidade e equipe técnica responsáveis pelas avaliações e a resenha crítica dos livros aprovados. Os Guias de Livros Didáticos de Sociologia indicam as deficiências presentes nas obras e trazem reflexões sobre os conteúdos presentes e ausentes nos livros didáticos.

Para ilustrarmos melhor a composição dos Guias do PNLD de Sociologia podemos citar que todas as edições contém uma breve discussão sobre o ensino de Sociologia; apresentação do processo avaliativo; resenha crítica do conteúdo dos livros didáticos; análise crítica dos aspectos didáticos-pedagógicos; descrição do sumário e do conteúdo de cada obra didática; e ficha avaliativa com os critérios utilizada para as avaliações. Para melhor apreensão sobre organização dos Guias de 2012, 2015 e 2018 elaboramos os Quadros 4, 5 e 6 conforme os itens dispostos no sumário de cada edição.

Quadro 4 - Guia de Livros Didáticos do PNLD Sociologia 2012

Sumário	Descrição
1 - Apresentação	Enfatiza a entrada da disciplina no currículo por meio da Lei n. 11.684/08.
2 - Etapas do trabalho de avaliação dos livros	Apresenta o processo avaliativo a que os livros didáticos foram submetidos.
3- Balanço	Sintetiza a importância dos livros didáticos para a consolidação do Ensino de Sociologia.
4 - Resenhas	Descrevem e analisam os livros didáticos aprovados e trazendo também o Manual do Professor.
5 - Ficha de Avaliação	Há 7 critérios avaliativos, cada qual com questões específicas utilizadas para analisar os livros didáticos.

Fonte: Produção da pesquisadora adaptado de Brasil (2011).

Quadro 5 - Guia de Livros Didáticos do PNLD Sociologia 2015

Sumário	Descrição
1- Apresentação	Comemora o avanço e a consolidação da Sociologia e a aprovação de uma quantidade maior de livros didáticos nessa edição do programa. Indica a importância social e cultural do livro didático.
2 - Sobre o processo de Avaliação	Descreve os critérios de avaliação pelos quais foram submetidos os livros didáticos.
3 - A Sociologia no livro didático	Afirma o crescimento do campo de pesquisa voltado para o Ensino de Sociologia a partir da obrigatoriedade da disciplina no Ensino Médio. Comemora os avanços relacionados ao Ensino de Sociologia e o número maior de livros didáticos aprovados.
4 - Sobre a mediação didática	Apresenta os desafios enfrentados para a confecção dos livros didáticos que contém, de modo satisfatório, os temas, conceitos e teorias das Ciências Sociais.
5 - Sobre os livros digitais	Apresentam os livros (CD) digitais - novidade desta edição PNLD de Sociologia.
6 - Manual do professor	Comentários de forma breve sobre o Manual do Professor contido nos livros didáticos do professor.
7 - Resenhas	Descrevem e analisam os livros didáticos aprovados.
8 - Conteúdos da ficha da avaliação pedagógica do livro (impresso)	Há 7 critérios avaliativos, cada qual com questões específicas utilizadas para analisar os livros didáticos.
9 - Conteúdos da ficha da avaliação pedagógica do livro (digital)	Há 28 critérios avaliativos no formato de questões, utilizadas para analisar os livros digitais.

Fonte: Produção da pesquisadora adaptado de Brasil (2014).

Quadro 6 - Guia de Livros Didáticos do PNLD Sociologia 2018

Sumário	Descrição
1 - Por que ler o guia?	Apresenta os objetivos do Guia de livros didáticos PNLD, expõe o processo de avaliação a que os livros didáticos foram submetidos e com uma análise sobre a trajetória do Ensino de Sociologia.
2 - Processo de avaliação do livro didático	Descreve os critérios de avaliação dos livros didáticos assim como a equipe de pareceristas e a instituição responsável pela avaliação de Sociologia.
3 - A Sociologia no livro didático	Expõe os elementos principais dos livros didáticos de Sociologia e aponta as influências das pesquisas de Ensino de Sociologia para o livro didático.
4 - Sobre a Mediação Didática	Aponta para os avanços gerais dos livros didáticos de Sociologia comparando-os à edição de 2015.
5 – Resenhas	Descrevem e analisam os livros didáticos aprovados.
6 - Ficha de Avaliação	Há 7 critérios avaliativos, cada qual com questões específicas utilizadas para analisar os livros didáticos.
7 - Referências	Traz os autores e legislações utilizadas para a confecção do Guia de livros didáticos PNLD.

Fonte: Produção da pesquisadora adaptado de Brasil (2017).

Para analisarmos estes materiais partimos da leitura crítica e detalhada das edições de 2012, 2015 e 2018. Examinamos os conteúdos dos Guias para observarmos os desafios enfrentados pelos livros didáticos do PNLD entre 2012 a 2018. Apuramos, segundo os Guias, os temas indicados como deficientes ou inexistentes nas obras didáticos. E para comprovarmos a importância das indicações realizadas pelos Guias, aplicamos um questionário *online*, assim, tivemos retorno de 81 professores da rede pública de 14 estados diferentes. Com os dados obtidos pudemos averiguar o uso dos Guias de Livros Didáticos para processo de escolha do livro didático e se os temas ausentes, ou pouco desenvolvidos, de acordo com os participantes, convergiam com os apontamentos dos Guias.

Destacamos, que a Sociologia esteve entre os últimos componentes curriculares a serem incluídos no PNLD, ao lado de Filosofia, em 2012. Fato esse que pode ter favorecido a avaliação pedagógica das obras didáticas de Sociologia, por terem sido realizadas, desde a primeira edição por universidades públicas.

3.2.1 Os avaliadores do PNLD de Sociologia

Avaliar o PNLD foi uma conquista para melhoria dos conteúdos dos livros didáticos, aprimorando e atualizando estes materiais de acordo com a produção científica da área. Esse aspecto nos levou a analisar, segundo os Guias do PNLD de Sociologia, os avaliadores

nomeados pelo PNLD como parecerista, uma vez que suas considerações compõem as resenhas sobre os livros didáticos expostas nos Guias.

Observamos que os avaliadores foram uma peça importante para a aprovação de obras didáticas que consolidassem a Sociologia no PNLD. Verificamos que muitos deles estiveram engajados na luta pelo retorno da Sociologia ao currículo e são pesquisadores do subcampo do Ensino de Sociologia. É o caso de Simone Meucci (2000) e Anita Handfas (2015) que foram coordenadoras da Comissão Técnica no PNLD de Sociologia, e são referências nesta dissertação. Bem como Maçaira (2015), Silva (2017), Mendonça (2017) e Sarandy (2007) que foram avaliadores dos livros em pelo menos uma das edições do Programa e também são citados neste estudo.

Estes pesquisadores certamente contribuíram para que as avaliações do PNLD resultassem em materiais que cumprissem com as necessidades elementares do ensino de Sociologia. Isto pode ser evidenciado, na descrição do Guia do PNLD 2012 (2011) que indica que apenas 2 livros foram considerados satisfatórios e aprovados, embora 14 obras foram inscritas. A maioria dos livros didáticos não traduziam os conhecimentos científicos das Ciências Sociais para os saberes escolares de modo adequado ao Ensino Médio. Somavam-se aos problemas teóricos e conceituais presentes em praticamente todos os livros (BRASIL, 2011).

O Guia do PNLD (2011) expôs as deficiências teórico-conceituais gerais dos livros por meio de gráficos que elencavam a quantidade de obras que continham tais falhas³³.

Segundo o Guia 2011, os livros didáticos apresentavam problemas ao abordar o pensamento social brasileiro, limitando-se aos autores clássicos, desconsiderando a produção intelectual contemporânea. Outro ponto evidenciado pelos avaliadores era a presença desigual entre conteúdos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política, em que os último apareciam timidamente nas obras (BRASIL, 2011). O próprio Guia de Livros Didático de Sociologia ilustra que

As teorias e os métodos antropológicos, por exemplo, contribuiriam muito para o exercício da desnaturalização dos fenômenos sociais, mas os livros abdicam até mesmo de apresentar relatos etnográficos, desprezando as possibilidades fecundas de deslocamento cultural proporcionadas por tais relatos. Do mesmo modo, muitos temas caros à Ciência Política são abordados apenas do ponto de vista histórico e não

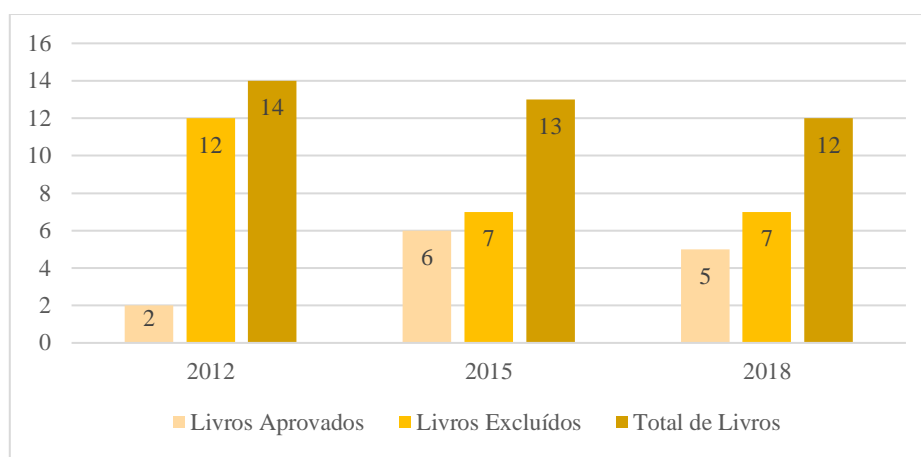
³³ Os itens que constavam em um dos gráficos eram: “Não dá tratamento histórico aos fenômenos e conceitos das Ciências Sociais”, “Omite pluralidade teórica e metodológica e a produção recente”, “Não articula os fundamentos das diferentes áreas das Ciências Sociais”, “Não apresenta rigor conceitual e teórico” (BRASIL, 2011, p.12). Dentre os livros analisados 12 deles continham uma das deficiências referenciadas.

explorados a partir das contribuições conceituais e empíricas das pesquisas na área (BRASIL, 2011, p.13).

Estes apontamentos possibilitaram que na segunda edição do PNLD de Sociologia, de 2015, fossem inscritos livros com uma incidência menor destas deficiências. Naquela edição foram avaliados 13 livros impressos, dos quais 6 livros foram aprovados, uma quantidade significativa se comparado com a primeira edição. sendo um indicativo na melhoria da qualidade das obras (OLIVEIRA; CIGALES, 2019), e, segundo o Guia do PNLD (2014), a edição de 2015 representou o processo de consolidação do ensino de Sociologia.

As editoras e autores de obras didáticas de Sociologia do PNLD 2015 se atentaram às ressalvas da edição do 2012, mas novos problemas surgiram (OLIVEIRA; CIGALES, 2015), o principal deles foi retratar os conceitos e teorias das Ciências Sociais em uma linguagem apropriada para a juventude sem que fosse excessivamente simplórios (BRASIL, 2014), algo que já estava posto em discussão na primeira edição.

O PNLD seguinte, de 2018, tratou de tentar sanar os problemas indicados nos livros da segunda edição. Na ocasião foram inscritos 12 livros e deles 5 foram aprovados. Conforme o Guia de Livro Didáticos (2017), os livros aprovados foram os mesmos do PNLD de 2015, com exceção do livro didático Sociologia para Ensino Médio de Nelson D. Tomazi. Embora tenham realizado alterações e acrescentado temas antes ausentes, as obras ainda careciam de: uma linguagem mais acessível ao Ensino Médio, de equilíbrio ao abordar teorias e conceitos das três áreas das Ciências Sociais e tratar mais sobre diversidade sociocultural brasileira. Para obtermos uma visão geral sobre as obras didáticas aprovadas do PNLD de Sociologia entre 2012 e 2018, elaboramos o Gráfico 1.

Gráfico 1– Livros Didáticos Aprovados no PNLD³⁴

Fonte: Produção da pesquisadora

Em todas as edições do PNLD de Sociologia houve uma equipe diversificada de avaliadores que comportava pesquisadores do ensino superior e básico. Desde a primeira edição, o programa teve como critério a escolha de avaliadores que fossem de diferentes regiões do Brasil, na busca de avaliações que considerassem variados aspectos socioculturais.

Na edição de 2012 o enfoque principal foi formar um grupo de avaliadores que estivessem comprometidos diretamente com o Ensino de Sociologia. De acordo Guia do PNLD (2011), embora o MEC tivesse sido cuidadoso para a formação de uma equipe de

professores de diferentes regiões para que distintas realidades do ensino de Sociologia pudessem ser consideradas na avaliação dos livros. [...] o critério mais importante foi o de compor uma equipe formada tanto por professores de instituições de ensino superior, como da educação básica (BRASIL, 2011, p.9).

Na segunda edição do Guia do PNLD (2014) apresentaram um mapa com as regiões de onde advinham os avaliadores, demonstrando uma a quantidade aproximada de docentes do ensino básico (em menor número) e docentes do ensino superior (em maior número). A terceira edição do Guia do PNLD (2017) preocupou-se mais em detalhar a quantidade exata de docentes oriundos das cinco regiões do país, bem como o número de profissionais do ensino básico e superior, como demonstra a figura abaixo retirada do Guia de Livros Didático do PNLD de Sociologia 2018.

³⁴ O Gráfico 1 corresponde aos livros didáticos impressos inscritos, aprovados e reprovados pelo PNLD, contudo edição de 2015 do programa contou com livros digitais, dos quais 10 livros foram inscritos e 4 foram aprovados.

Figura 1 - Avaliadores e suas respectivas regiões do país

REGIÃO DO PAÍS	
Norte	1 avaliador
Nordeste	6 avaliadores
Sul	5 avaliadores
Sudeste	10 avaliadores
Centro-Oeste	2 avaliadores

VINCULAÇÃO PROFISSIONAL	
Universidade	14 avaliadores
Educação básica	10 avaliadores

Fonte: BRASIL (2017, p.9).

Houve uma preocupação latente também com a existência de docentes do ensino básico como avaliadores. Segundo Engeroff (2017b, p.90)

(...) é significativo que estes avaliadores que têm vínculo com o ensino básico possuem forte ligação com o ensino superior e, mais especificamente, com o subcampo do ensino de sociologia. No primeiro guia (PNLD 2012), nota-se que foi avaliadora coautora de um dos livros didáticos aprovados no edital seguinte (Fátima Ivone de Oliveira Ferreira), cuja vinculação é o Colégio Pedro II, que hoje participa do Mestrado Profissional em sociologia, apresentando-se esta dupla dinâmica do subcampo do ensino de sociologia. Para o PNLD 2015, dos seis avaliadores com vinculação com o ensino básico, dois deles defenderam dissertações tendo como objeto o livro didático (Cassiana Takagi e Fábio Desterro).

Notamos que a quantidade de avaliadores que pertenciam ao ensino básico aumentou entre as edições do PNLD. Enquanto no PNLD de 2012 havia apenas quatro avaliadores do ensino básico, sendo um do Distrito Federal e todos os outros do Rio de Janeiro. Em 2018, passou-se a sete representantes deste seguimento de ensino sendo: um do Ceará, um do Distrito Federal, dois de São Paulo, dois do Rio de Janeiro e um do Rio Grande do Norte. Pode-se constatar o maior número de participantes da região sudeste, o mesmo ocorre com os docentes universitário e as universidades responsáveis pelo processo avaliativo. Ainda que na última edição do PNLD houvesse uma diversidade maior de avaliadores das regiões norte, nordeste e centro-oeste, mesmo assim a quantidade de docentes do sul e sudeste prevaleceu

Esta observação passa também pelas instituições responsáveis pela avaliação do PNLD de sociologia, que nos três anos de edição (2012, 2015 e 2018) concentrou-se no eixo sul-sudeste sendo no PNLD 2012 a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no PNLD 2015 a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e no PNLD 2018 a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Estes locais têm forte vinculação com o ensino de sociologia enquanto subcampo, mas também revelam o quanto da produção legitimada está vinculada a estas regiões. (ENGERROFF, 2017, p.90–91).

Esta reflexão nos possibilita afirmar que os esforços para a inclusão de pesquisadores e docentes sobre ensino de Sociologia precisam ser ampliados. Uma vez que avaliadores de diferentes realidades brasileiras podem contribuir para que os livros didáticos contemplem a diversidade sociocultural do Brasil de modo equilibrado e menos centrados em exemplos que advinham de realidades encontradas no sul e sudeste do país.

Partindo destas considerações, observaremos na sequência os Guias PNLD relacionando-os com os dados obtidos do questionário enviado e das respostas obtidas³⁵. Analisamos a relação entre as considerações dos Guias do PNLD (2011, 2014, 2017) sobre os livros didáticos e os apontamentos feitos pelos docentes de ensino básico sobre os mesmos materiais.

A inserção da Sociologia no PNLD, provavelmente, constitui-se como um marco para a mudança da composição dos livros didáticos da área. Acreditamos que o primeiro PNLD tenha sido desafiador, por não haver parâmetros consolidados quanto ao formato das obras didáticas de sociologia³⁶.

O PNLD de 2012, teve como responsáveis por determinarem os critérios específicos mínimos para a avaliação a Comissão Técnica junto a Diretoria de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e de Tecnologia para a Educação Básica do MEC. O grupo seguiu as orientações dos documentos oficiais como: Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNEM) e as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCNEM). Além de estabelecerem critérios específicos, a Comissão incluiu nos critérios gerais elementos que se alinhavam com a orientação para a avaliação das coleções de livros de Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia) e analisavam os aspectos: legais, editoriais, físicos e teórico-metodológicos (BRASIL, 2011)³⁷.

Os aspectos específicos da disciplina foram definidos por a equipe de coordenação de área. Elaboraram quatro critérios específicos, compreendidos como aspectos essenciais para a composição do livro didático de Sociologia. Na segunda edição do PNLD de Sociologia, 2015, alguns destes critérios foram modificados e acrescentou-se um quinto critério. Na terceira

³⁵ O modelo do questionário encontra-se no apêndice ao final do trabalho.

³⁶ O retorno da Sociologia, de modo optativo nos anos 1980 impulsionou a produção de livros didático. Mesmo que estes tivessem problemas devido à ausência da Sociologia no currículo de educação básica (OLIVEIRA; CIGALES, 2015). Neste período “(...) estabeleceu-se certo nicho no qual se consolidavam nomes como os de Nelson Tomazi e de Pêrsio de Oliveira com autores que conhecidos por professores que atuavam no ensino de sociologia” (OLIVEIRA; CIGALES, 2019, p.52). E os livros eram, em geral, de um único autor e com um caráter mais teórico.

³⁷ Estes critérios foram expostos anteriormente no item 5.1 Análise dos Editais do PNLD.

edição do programa os cinco critérios foram mantidos, embora pequenas alterações tenham ocorrido, como indicado na Quadro7³⁸.

Quadro 7 - Critérios específicos de avaliação dos livros didáticos de Sociologia

	GLD 2012	GLD 2015	GLD 2018
1	Assegurar a presença das contribuições das três áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia; Ciência Política; Sociologia.	Interdisciplinaridade ³⁹ das Ciências Sociais.	Assegurar a presença dos conteúdos das três áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia, Sociologia e Ciência Política.
2	Garantir que as Ciências Sociais se apresentem nas páginas do livro como um campo científico rigoroso, composto por estudos clássicos e recentes e por diferenças teóricas, metodológicas e temáticas.	Rigor teórico e conceitual.	Respeitar o rigor teórico e conceitual.
3	Permitir, por meio da mediação didática exitosa, que o aluno desenvolva uma perspectiva analítica acerca do mundo social.	Mediação didática.	Realizar a mediação didática.
4	Servir como uma ferramenta de auxílio ao trabalho docente, preservando-lhe a autonomia.	Apresentação do conhecimento sociológico pelo aluno.	Contribuir para a apreensão do conhecimento sociológico pelo estudante.
5	----- ---	Autonomia do trabalho pedagógico do professor.	Garantir a autonomia do trabalho pedagógico do professor.

Fonte: Produção da pesquisadora adaptado de Brasil (2011, 2014, 2017).

A partir do Quadro 7 acima, elencamos três pontos dos Guias do PNLD (2011, 2014, 2017) que os avaliadores enfatizam em suas avaliações:

- a) as três áreas de conhecimento que compõem as Ciências Sociais;
- b) o rigor na apresentação teórico conceitual;
- c) o auxílio ao trabalho docente.

Tais itens foram relacionados com aos questionários recebidos para averiguarmos as impressões dos docentes sobre o Guia e os livros didáticos. Partindo destes pressupostos apresentaremos e analisaremos os dados obtidos por meio dos questionários.

³⁸ Os critérios específicos apresentados aqui se alinham aos critérios específicos dos Editais do PNLD descritos anteriormente. Nesta parte do texto optamos por demonstrar tais critérios conforme exposto nos Guias do PNLD de Sociologia.

³⁹ É interessante percebermos que a interdisciplinaridade é um conceito amplamente utilizado no Edital do PNLD 2012 que originou o Guia do PNLD 2015.

3.2.2 Dados do questionário de pesquisa

Aplicamos um questionário *online*, usando a ferramenta do Google Formulário, durante o mês de junho e julho de 2020. O objetivo principal foi averiguar se os docentes de Ensino Médio conheciam e utilizavam os Guias de Livros Didáticos de Sociologia para a escolha do livro didático de Sociologia.

Optamos pelo questionário virtual por entendermos que esta seria uma ferramenta que nos possibilitaria alcançar o maior número de docentes de Sociologia em diferentes regiões do país. Entretanto sua aplicação coincidiu com a pandemia de COVID – 19, que provavelmente impactou na obtenção dos dados. Foi um momento delicado para os professores da rede pública que, em pouco tempo, foram obrigados a se adaptarem ao ‘ensino remoto’, e passaram a trabalhar com o uso de plataformas *online*.

Elaboramos 32 questões, das quais 30 foram perguntas fechadas e 2 foram perguntas abertas, direcionadas especificamente aos docentes de Sociologia da rede pública do país. 96,3% dos participantes atuavam na rede pública estadual enquanto 3,7% na rede pública municipal.

Os formulários foram enviados via *e-mail* e *WhatsApp* para os participantes do Mestrado Profissional em Sociologia (Prof socio)⁴⁰ e alguns grupos menores de professores(as) de Sociologia.

O questionário recolheu uma amostra de oitenta e uma respostas, com participantes de doze estados brasileiros e o Distrito Federal. Contudo, em alguns estados, tivemos um número reduzido de respostas. Adquirimos uma amostra interessante com as seguintes quantidades de respostas por estado: 39,5% de São Paulo, 15,8% do Distrito Federal, 9,2% do Paraná e do Pernambuco, 7,9% do Ceará, 3,9% da Bahia, 2,6% do Rio de Janeiro e 1,3% do Maranhão, Minas Gerais, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Dentre os participantes a média de idade dos docentes foi de 38 anos - em que o mais jovem tinha 18 anos

⁴⁰O Prof socio é uma experiência recente que tem a intenção de atuar na formação continuada dos docentes. É uma iniciativa ainda com poucos dados, porém inovadora por criar uma pós-graduação voltada ao ensino de Sociologia através de uma rede nacional em diferentes regiões do Brasil. O curso faz parte de uma rede de universidades públicas federais e estaduais – são elas: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Paulista Júlio de Mesquita – Campus Marília (UNESP Marília), Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – campus Sumé, Universidade Federal do vale do Aracajú (UVA) e Universidade Federal do Paraná (UFPR) (OLIVEIRA; CIGALES, 2019).

e o mais velho 56 anos. Dos participantes, 53,1% eram mulheres, contra 45,7%, de homens e 1,2% que não se identificou com ambos os sexos.

Nessa amostra identificamos a quantidade de docentes que possuíam a formação adequada⁴¹ para lecionar a disciplina de Sociologia. Constatamos que 63 pessoas possuíam formação superior em Ciências Sociais, ou seja, mais de 50% dos participantes. Em contrapartida os demais participantes eram graduados em outras áreas, sendo: 4 formados em Filosofia, 10 em História, 1 em Pedagogia, 1 em Geografia, 1 em Letras e 1 em Matemática. Boa parte dos professores, 70,4%, se graduaram em instituições públicas e uma pequena parcela, 29,6%, em instituições privadas.

A porcentagem de docentes de outras áreas de conhecimento serviu para confirmar o que alguns autores, como por exemplo Meucci (2014), e os próprios Guias do PNLD (2011) assinalaram em seus artigos relacionados à questão. A Sociologia no Ensino Médio conta com professores com formação em outras áreas. Uma parte destes docentes possuíam graduação em áreas afins – História, Geografia e Filosofia, como foi indicado no formulário. Outros, porém, são de áreas completamente distintas e talvez durante a graduação tiveram uma carga horária mínima de Sociologia que os permitiram ministrar as aulas da disciplina.

É interessante observarmos que o Guia do PNLD (2011) demonstrava certa preocupação com a formulação dos livros didáticos e destacavam que deveriam abordar as temáticas da disciplina de modo facilitar a compreensão dos docentes sem formação em Sociologia/Ciências Sociais. Nas palavras de Oliveira e Cigales (2015, p.282), é notória a capacidade do livro didático

sintetizar os conhecimentos considerados relevantes de serem lecionados em sala de aula, e podemos ainda inferir que isso será mais intenso no caso de uma disciplina como a Sociologia, na qual não há o estabelecimento de um currículo nacional comum, por vezes nem mesmo estadual, e que possui uma majoritária presença de professores com formação em outras áreas de conhecimento lecionando a disciplina.

A falta de docentes de Sociologia é um problema recorrente desde que a obrigatoriedade foi alcançada em 2008. Passados mais de dez anos, esta dificuldade se manteve. O próprio Censo Escolar de 2019⁴² constatou que, somente no estado de São Paulo, 46,2% dos docentes de Sociologia possuíam formação na área (INEP, 2020). Sabemos que durante os últimos dez

⁴¹ Entendemos por formação adequada aquela que professor que possui Licenciatura Plena em Ciências Sociais ou Sociologia.

⁴² Censo Escolar é realizado anualmente Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e tem como objetivo analisar uma série de fatores que possam ir de encontro ao processo de ensino-aprendizagem. É a partir do Censo que o PNLD obtém a quantidade de livros didáticos destinados a cada escola.

anos houve a expansão das licenciaturas em Ciências Sociais, o aumento dos cursos oferecidos pelo setor privado, a reformulação dos cursos em universidades públicas e a criação de programas de incentivo à docência (OLIVEIRA; CIGALES, 2015, 2019; MENDONÇA, 2017). Apesar destes esforços, os resultados do questionário e do Censo Escolar indicam que é preciso mais investimentos nos cursos de licenciatura em Ciências Sociais/Sociologia para garantirmos que docentes de Sociologia tenham formação apropriada.

Além da formação, buscamos compreender o vínculo empregatício que os docentes possuíam e há quanto tempo atuavam como professores na rede pública. Verificamos que a maior parte dos participantes ingressaram na carreira pública entre 2012 e 2015⁴³.

No geral uma porcentagem considerável de participantes, 71,6%, declararam possuir cargo público efetivo, e 28,4% deles afirmaram terem cargo temporário. Apesar do baixo número de profissionais contratados, os dados podem nos alarmar sobre as condições de trabalho enfrentadas por professores temporários, com a possibilidade de jornadas de trabalho mais longas e menos tempo dedicado a formação continuada. Os dados também podem servir para futuras pesquisas sobre a condição de trabalho dos professores de Sociologia. Uma vez que na atual conjuntura brasileira a carreira docente na educação básica vem sendo paulatinamente desvalorizada e o serviço público cada vez mais ameaçado.

Sobre o tempo que atuam como professores de Sociologia, 39,5% afirmaram trabalhar como docente na rede pública a mais de 10 anos, 21% de 5 a 6 anos, 16% de 3 a 4 anos, 14,8% de 7 a 8 anos e 8,6% de 1 a 2 anos. Estes números coincidiram com a primeira e segunda edição do PNLD de Sociologia. Assim destacamos a possibilidade de parte dos participantes terem colaborado com a escolha do PNLD 2015 e 2018.

Ressaltamos que os dados gerais sobre os participantes apresentados neste texto contribuíram para uma compreensão mais abrangente sobre os docentes de Sociologia da rede pública. São eles que atuam diretamente com o livro didático e participam ativamente da segunda etapa⁴⁴ de seleção das obras, o qual resulta nas obras adquiridas pelo governo federal e enviadas às escolas.

⁴³ Conforme o questionário, entre 1990 a 2006, o índice de participantes que ingressaram no serviço público foi 1,2% por cada ano. Os números aumentaram entre 2007 e 2012, e atingiu os maiores índices em 2012, 9,9%, 2014, 14,8, e 2015, 12,3%. De 2016 até 2020 os números se mantiveram entre 1,2% a 7,4% a cada ano.

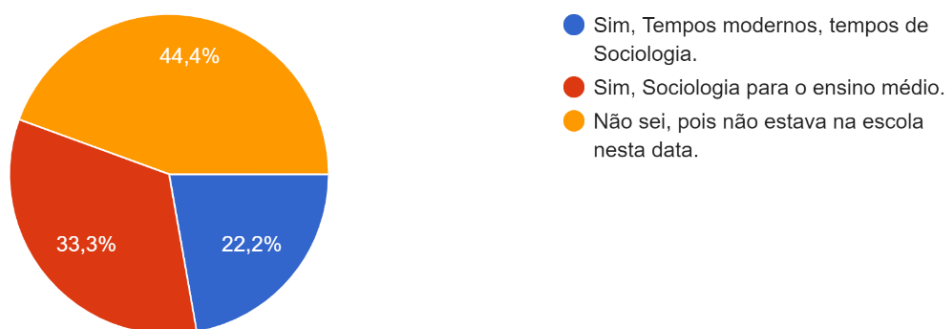
⁴⁴ A primeira etapa de seleção dos livros didáticos é realizada pelos avaliadores do PNLD que aprovam e reprovam as obras inscritas no Programa.

O processo de escolha do PNLD ocorre sempre um ano antes da edição do PNLD ser publicada. Nosso estudo se interessou em observar, por meio do questionário, a participação dos professores durante a seleção.

Inicialmente investigamos a dimensão de docentes, segundo nossa amostra, que trabalhavam em escolas que tinham recebido o PNLD de Sociologia de 2012, 2015 e 2018. Os resultados foram positivos e 82,7%, dos participantes afirmaram que “sim” suas escolas adquiriram os livros didáticos, 13,6% “não sabiam dizer”, 3,7% negaram que a escola tivesse recebido o livro⁴⁵. Os dados são um indicativo que o PNLD tem atingido seu objetivo principal de garantir o material didático às escolas públicas.

Nosso passo seguinte foi descobrir quais livros didáticos as escolas adquiriram no PNLD de 2012, 2015 e 2018. Em 2012⁴⁶, quase metade dos participantes, 44,4%, não souberam responder por não estarem na escola naquela data. 33,3% responderam que a escola adquiriu o livro didático “Sociologia para o Ensino Médio” e 22,2% a obra “Tempos modernos, tempos de Sociologia”, como indicado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Livros didáticos escolhidos pelas escolas no PNLD 2012



Fonte: *Google Forms*⁴⁷.

Na edição do PNLD 2015⁴⁸, um número um pouco menor de participantes, 21%, não souberam responder. Observamos que uma porcentagem maior de docentes, 33,3%, afirmaram que a escola optou pelo o livro didático “Sociologia em Movimento”, 12,3% receberam a obra “Sociologia para o Ensino Médio” e outros 12,3% o livro “Sociologia hoje”. Já 8,6% optaram

⁴⁵ Devemos lembrar que parte dos participantes passaram a atuar na carreira docente após o primeiro PNLD.

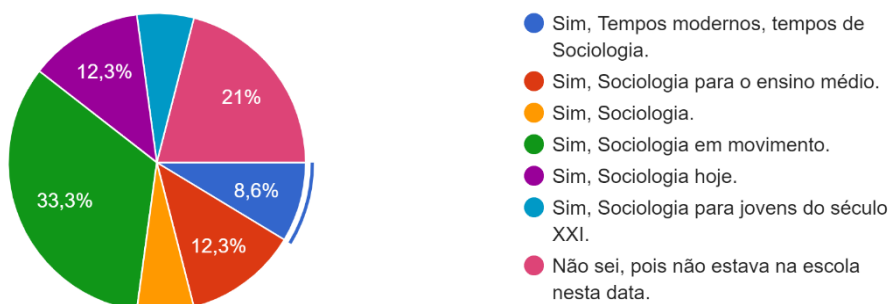
⁴⁶ O PNLD 2012 de Sociologia contou com apenas dois livros didáticos aprovados.

⁴⁷ Os gráficos identificados como *Google Forms* foram elaborados pelo programa Google Formulários conforme as respostas do questionário de pesquisa.

⁴⁸ O PLND 2015 de Sociologia aprovou seis obras didáticas.

por “Tempos modernos, tempos de Sociologia” e o restante se dividiram 6,2%, entre os livros “Sociologia” e 6,2% “Sociologia para jovens do século XXI”, como disposto no Gráfico 3.

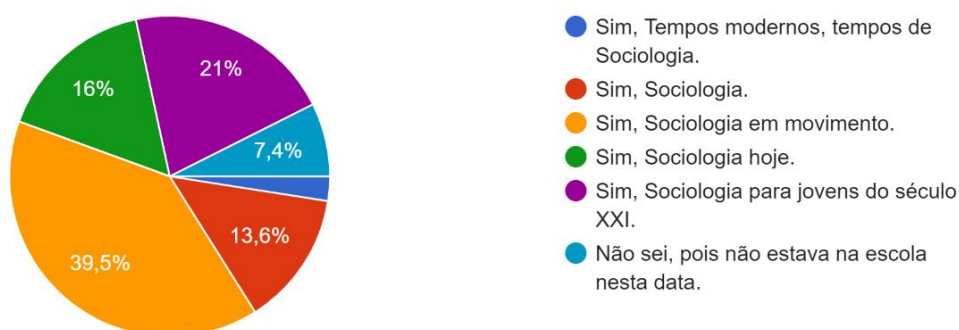
Gráfico 3 – Livros didáticos escolhidos pelas escolas no PNLD 2015



Fonte: *Google Forms*.

Em 2018⁴⁹, praticamente 40% dos participantes indicaram que as escolas aderiram ao livro didático “Sociologia em movimento”. As opções pela obra “Sociologia para os jovens no século XXI”, 21%, aumentaram significativamente em relação ao PNLD 2015. Os livros “Sociologia hoje” e “Sociologia” ampliaram o percentual de adesão para 16% e 13,6% respectivamente. E a escolha pelo livro didático “Tempos modernos, tempos de Sociologia” caiu para 2,5%. A quantidade de participantes, que não souberam responder também diminuiu para 7,4%. O Gráfico 4 pode conferir estes dados.

Gráfico 4 – Livros didáticos escolhidos pelas escolas no PNLD 2018



Fonte: *Google Forms*.

É interessante observarmos que o livro didático com maior adesão pelas escolas nos no primeiro PNLD foi “Sociologia para o ensino médio” e nos dois últimos do PLND foi

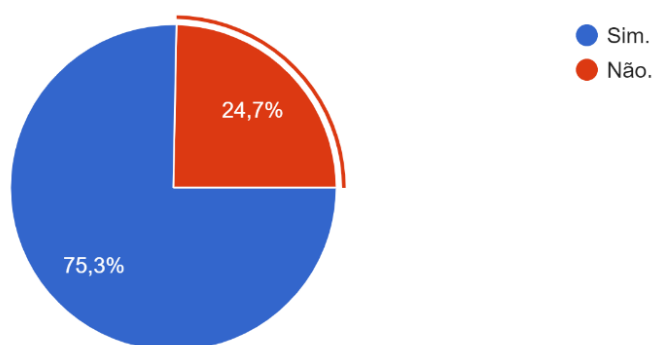
⁴⁹ O PNLD 2018 de Sociologia aprovou cinco livros didáticos, sendo a obra “Sociologia para o ensino médio” excluído do Programa.

“Sociologia em movimento”. A primeira obra é de autoria de Nelson Dário Tomazi, autor consolidado há cerca de três décadas no mercado editorial livros didáticos de Sociologia (OLIVEIRA; CIGALES, 2019). É possível que as escolas, e os docentes, tenham adquirido tais obras devido a familiaridade e popularidade do autor. Chamou-nos a atenção também aquela edição do livro ser de apenas um autor. Segundo Meucci (2014) boa parte dos livros avaliados tinham entre um ou dois autores.

O livro “Sociologia em movimento”, mais adquirido nos PNLD 2015 e 2018, tem como diferencial ser uma obra coletiva escrita por dezenove autores especialistas em uma das três vertentes das Ciências Sociais. Dentre os demais livros do PNLD de 2015 esta era, aparentemente, a obra mais completa, com temas diversos como gênero, relações étnico raciais e sexualidade, que abrangiam discussão contemporânea da sociologia. Temas estes, pouco discutidos no livro “Sociologia para ensino médio” (BRASIL, 2014). Optar por incorporar temas ligados à atualidade e a juventude pode ter contribuído diretamente para que uma quantidade maior de escolas, e professores, escolhessem o livro para disciplina Sociologia, fato que reforça a pertinência dos Guias em apontar carências conceituais e temas ausentes em outros livros, influenciando a produção futura e/ou atualizações de livros didáticos de Sociologia.

Em seguida, nos interessava saber a quantidade de docentes que haviam participado da seleção do PNLD, para a partir destes dados apurarmos como nossa amostra fez a triagem dos livros didáticos. Das respostas coletadas, 61,7% dos partícipes replicaram “sim” participaram da seleção do PNLD e 38,3% “não”. Nos certificamos de quantos participantes conheciam o Guia de Livros Didáticos de Sociologia, material orientador da escolha do livro didático. Obtivemos dados animadores, 75,3% assinalaram “sim” e 24,7% “não”, como indicado no Gráfico 5.

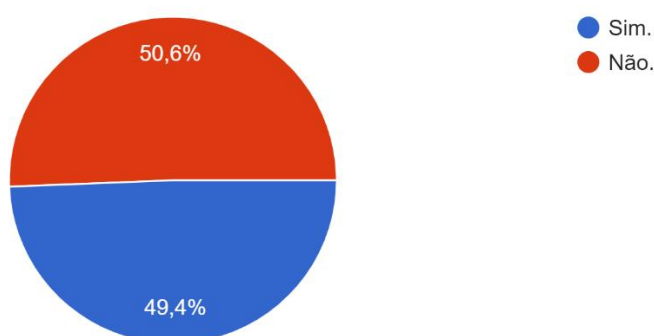
Gráfico 5 – Professores que conheciam o Guia de Livros Didático do PNLD de Sociologia.



Fonte: *Google Forms*.

Indagamos sobre a porcentagem de participantes que acessaram os Guias do PNLD durante o processo de seleção das obras didáticas. A maioria, 60,5%, confirmou ter contado com o material antes de optarem por qualquer livro didático. Sendo a orientação da consulta ao Guia do PNLD dever da escola, verificamos se os participantes foram informados sobre a utilização do Guia para a escolha do livro. Os resultados apontaram que mais da metade, 50,6%, da amostra não receberam a indicação sobre o Guia, como está exposto no Gráfico 6. Este resultado sugere que a escola não forneceu as devidas referências para que os docentes realizassem a opção pelo material mais adequado às propostas pedagógicas da unidade. Tal ponto poderá ser melhor desenvolvido em pesquisas futuras, pois ele pode influenciar diretamente a adesão ao PNLD de determinada disciplina⁵⁰.

Gráfico 6 – Professores que acessaram o Guia de Livros Didático do PNLD de Sociologia



Fonte: *Google Forms*.

Dentre os participantes que responderam “sim”, 49,4% - daqueles que tiveram acessos aos Guias do PNLD durante a seleção dos livros – averiguamos que 79,5% foram orientados pela coordenação da escola e 20,5% pela direção – estes dados constam no Gráfico 7. Nos preocupamos também em compreender quais as versões do Guia PNLD (impresso ou digital) foram acessadas pelos 49,4% participantes. Infelizmente as perguntas que nos permitiria obter mais detalhes da consulta ao Guia continham divergências em relação aos números anteriores e optamos por anular duas questões (17 e 18) do questionário.

É possível que algumas informações desconhecidas, nas unidades escolares, sobre a utilização do Guia impossibilitaram que o material chegasse até aos docentes. Tal problema

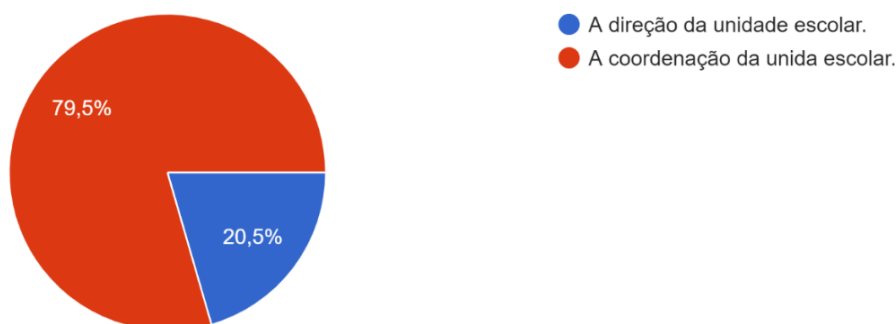
⁵⁰ Cabe destacarmos que os Guias do PNLD servem também como referência para autores e editoras de livros didáticos por conterem as críticas e sugestões dos avaliadores. De acordo com Meucci (2014, p.214). PNLD impõe um modelo de livro didático perante as disciplinas que passa a vigorar como um selo de qualidade mediante as editoras com livros aprovados pelo programa, fator que faz com que as editoras se atentem as exigências do MEC.

pode prejudicar a visão crítica dos professores sobre as obras didáticas. Outra vantagem relacionada ao contato com o Guia do PNLD é que

(...) a prática da leitura e discussão dos GLDs pelo professor em conjunto com seus pares, no momento da escolha do livro didático poderia ser uma importante contribuição para desenvolver e ampliar o olhar crítico dos professores sobre o material que certamente estará presente em suas aulas (GRAMOWSKI; DELIZOICOV; MAESTRELLI, 2017, p.14).

Nossa sugestão para que os Guias alcançassem um número maior de docentes é que o MEC fizesse uma divulgação maior dos materiais, com panfletos *online* e outros recursos que possibilitassem as gestões e aos professores dialogarem com os Guias do PNLD no momento da escolha do livro didático.

Gráfico 7 – Professores orientados pela gestão escola a utilizar o Guia PNLD



Fonte: *Google Forms*.

Interessou-nos, também, compreender os critérios de seleção dos livros didáticos usados pelos participantes da pesquisa⁵¹. Sugerimos quatro opções de respostas:

- a) O conteúdo;
- b) Linguagem acessível aos estudantes;
- c) Temáticas novas;
- d) Outros⁵².

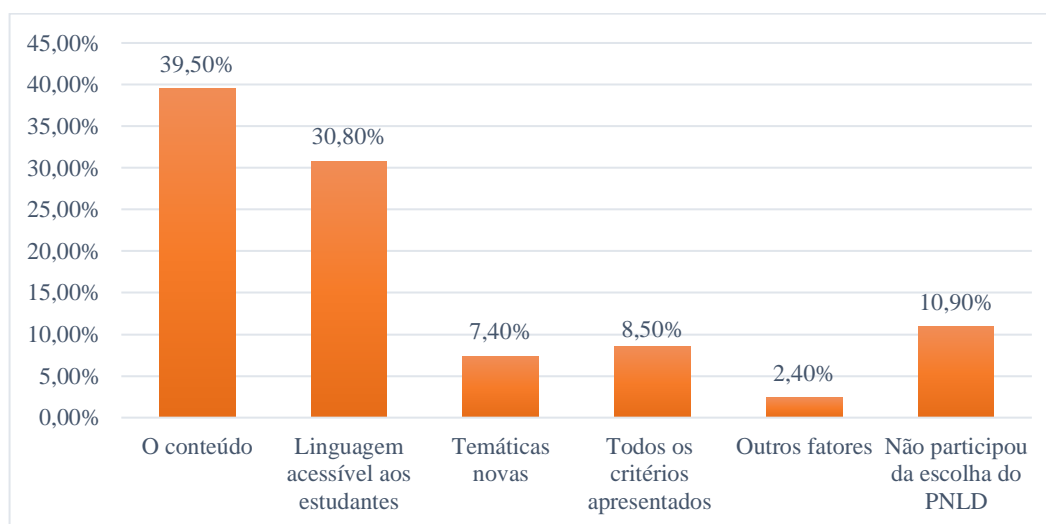
⁵¹ Mesmo que os docentes não acessem os Guias do PNLD com as resenhas dos livros aprovados, meses antes da seleção do PNLD a unidade escolar recebe um exemplar de cada obra didática aprovada – com Manual do Professor – referente ao PNLD para os professores conhecerem o material.

⁵² Na alternativa d os participantes tiveram a opção de acrescentar outros critérios utilizados por eles para a seleção da obra didática, dentre eles 10,9% escreveu que não participaram da escolha, 8,5% afirmaram que todos os critérios apresentados nas opções a, b e c foram utilizados, e 2,4% definiram fatores diversos para a escolha do material, conforme exposto no Gráfico 8.

Estas alternativas surgiram à partir da leitura dos Guias do PNLD (2011, 2014, 2017) que abordam enfaticamente a necessidade dos livros didáticos tratarem os conteúdos das Ciências Sociais, com autores clássicos e contemporâneos; a importância de uma linguagem didática e menos acadêmica para que os jovens se apropriem das obras, e a implementação de novos temas relacionados às discussões sociais contemporâneas relacionados ao cotidiano da juventude.

Uma parte significativa dos participantes optaram por as alternativas: “a” (39,5%) e “b” (30,8%) – dados apresentados no Gráfico 8. A questão da linguagem dos livros didáticos e dos conteúdos também são debatidos entre os estudiosos do ensino de Sociologia. Silva (2007) e Meucci (2014), ao discutirem sobre o currículo de Sociologia, apontam que ele deva recontextualizar os saberes acadêmicos em saberes escolares dialogando com as propostas pedagógicas. Desta forma, a Sociologia deve elaborar o currículo de modo que os conteúdos não sejam algo estático e em uma linguagem inacessível aos estudantes.

Gráfico 8 – Critérios utilizados pelos professores para a escolha do livro didático



Fonte: Produção da pesquisadora adaptado do *Google Forms*.

Nosso próximo passo foi investigar a relação dos participantes frente à utilização do livro didático. Certamente esta foi a parte mais relevante da pesquisa. Nela podemos verificar, mesmo que de forma limitada, o olhar dos docentes sobre o PNLD de Sociologia. Apuramos a utilização do livro didático em sala de aula, e 70,4% responderam “sim”, utilizavam o livro didático ao ministrarem suas aulas, 24,7%, responderam “às vezes” e 4,9%, responderam que “não”. Os dados indicam o livro didático como um recurso pedagógico muito utilizado pelos docentes. Segundo Mantovani (2009, p. 23)

(...) o livro didático tem representado um papel significativo no processo de ensino-aprendizagem. Entre os professores, há tanto os que têm nele seu único material de trabalho, quanto os que o utilizam apenas como apoio às suas aulas nas atividades escolares, mas, mesmo assim, não chegam a abrir mão dele.

Logo verificamos se os participantes tinham notado mudanças nos livros didáticos entre as edições do PNLD. Novamente, podemos observar que boa parte deles usam o material, pois 77,8%, responderam “sim”, contra 22,2% que responderam “não”. Insistimos à respeito das impressões dos participantes sobre o PNLD e questionamos se os docentes notaram o acréscimo de temática entre os três PNLD. 66,7% concluíram que “sim” e 33,3% definiram que “não”.

Indagamos aos 66,7% sobre as mudanças notadas nos livros. Foram quarenta e nove respostas obtidas. Vinte quatro citaram gênero como temática adicionada as edições do PNLD de Sociologia, e outras vinte e cinco respostas elencavam ao menos um dos seguintes temas: Sociologia Ambiental ou meio ambiente, Sociologia Urbana, Sociologia da Juventude, Antropologia e Pensamento Social Brasileiro, Direitos Humanos, Democracia, Movimentos Sociais, Interdisciplinaridade, Ideologia, Redes Sociais, Relações Étnico-Raciais, Questões Indígenas e Religiosas, melhorias no projeto gráfico e linguagem mais acessível aos estudantes.

Observamos que temas como gênero, meio ambiente, movimentos sociais, relações étnico raciais e linguagem adequada aos estudantes também estão presentes nas críticas dos avaliadores dos livros didáticos, por serem temáticas inexistentes ou pouco desenvolvidas nas obras, desde a primeira edição do PNLD de Sociologia (BRASIL, 2011, 2014, 2017c).

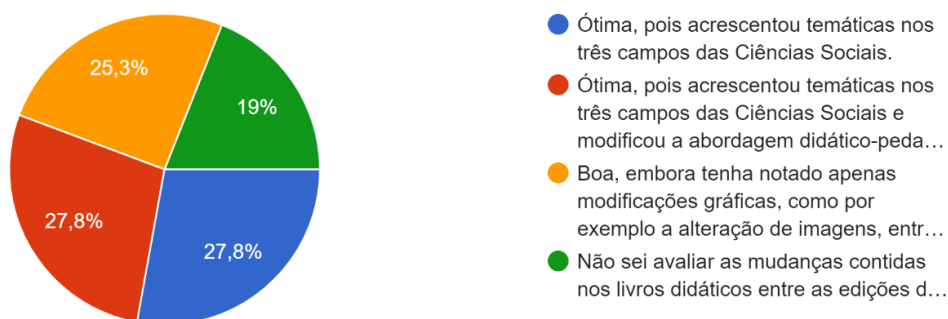
Para averiguarmos a interpretação dos participantes sobre as modificações observadas entre as edições do PNLD, propomos quatro alternativas a respeito das mudanças nos livros didáticos:

- a) Ótima, pois acrescentou temáticas nos três campos das Ciências Sociais;
- b) Ótima, pois acrescentou temáticas nos três campos das Ciências Sociais e modificou a abordagem didático-pedagógica;
- c) Boa, embora tenha notado apenas modificações gráficas, como por exemplo a alteração de imagens, entre as obras didáticas;
- d) Não sei avaliar as mudanças contidas nos livros didáticos entre as edições do PNLD.

Temos então, 27,8% das respostas que optaram pela alternativa “a”, 27,8% escolheram a alternativa “b”, esses dados podem sugerir que as alternativas se completam, indicando dois aspectos importantes de mudança nas obras. E ainda, 25,3% assinalaram a questão “c” e 19%

marcaram a resposta “d”, como disposto no Gráfico 9. Esta questão nos permitiu observar que praticamente metade dos docentes participantes analisam as transformações dos livros como “ótima”. Algo positivo frente ao PNLD.

Gráfico 9 – Avaliação dos professores sobre as mudanças ocorridas nos livros didáticos



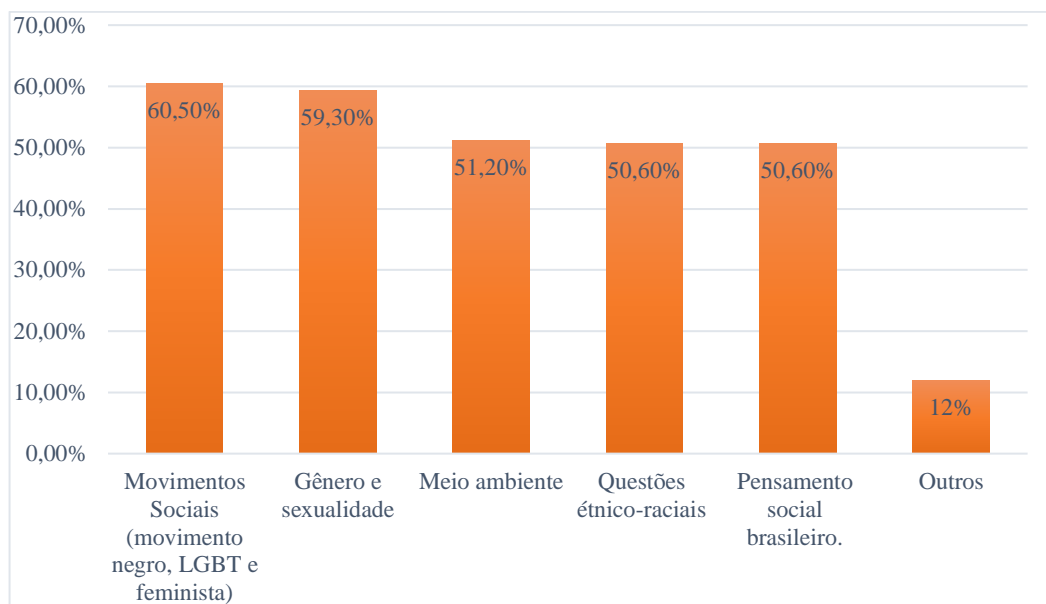
Fonte: *Google Forms*.

Prosseguindo nossa investigação sobre as temáticas acrescentadas aos livros didáticos, definimos seis respostas aos participantes em que era possível assinalar mais de uma alternativa, foram elas:

- a) Meio ambiente;
- b) Movimentos Sociais (movimento negro, LGBT e feminista);
- c) Gênero e sexualidade;
- d) Questões étnico-raciais;
- e) Pensamento social brasileiro;
- f) Outras – nesta alternativa o participante poderia acrescentar outro tema.

Os resultados foram interessantes, 60,5% optaram por alternativa “b”, 59,3% assinalaram a alternativa “c”, 51,2% a alternativa “a”, 50,6% ficaram com a resposta “d” e 50,6% optaram pela alternativa “e”. Novamente os números indicaram que os temas ampliados nos livros, conforme os participantes, estavam vinculados a gênero.

Gráfico 10 – Temáticas acrescentadas aos livros didáticos segundo os professores



Fonte: Produção da pesquisadora adaptado do *Google Forms*.

Os estudos sobre gênero, e a própria temática, abarcam uma série de subtemáticas, relativas as mulheres e aos LGBTQA+⁵³. De acordo com Joan Scott (1995, p.3), o termo gênero foi cunhado pelas feministas americanas, por volta da década de 1970, para definir o caráter social das diferenças atribuídas ao sexo. O termo negava o determinismo biológico presente na palavra “sexo” e ressaltava as diversas feminilidades. De modo que, gênero tornou-se uma categoria analítica das relações sociais, pautadas entre o feminino e masculino, determinadas culturalmente.

As discussões sobre gênero estão presentes na educação, no Brasil, desde a década de 1990. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) - promulgados em 1998, enfatizavam a abordagem de gênero e sexualidade no currículo, mesmo sendo para o Ensino Fundamental II. Em relação ao Ensino Médio, as DCNEM, de 2012, apresentam gênero como um tema atrelado aos estudos em direitos humanos. Estes documentos reafirmaram a necessidade do debate da temática na educação básica.

Entretanto, gênero tornou-se um tema caro aos docentes de Sociologia, principalmente diante o Movimento Escola sem Partido ganhar visibilidade social. O movimento foi responsável por formular o Projeto de Lei Escola sem Partido que se apoia em condenar

a “doutrinação político-ideológica” e reivindicam o respeito às “convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas” das famílias, (...) mostra uma nítida preocupação com a presença, no processo formativo, de discussões que problematizem as concepções políticas, socioculturais e econômicas hegemônicas, especialmente as relativas às questões de gênero, orientação sexual e modelos familiares, bem como de

⁵³ LGBTQA+ é a sigla utilizada para definir lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, assexuados e toda uma gama de definições que fogem aos padrões heteronormativos de sexualidade.

perspectivas críticas ao capitalismo e à educação conservadora. (ALGEBAILLE, 2017, p.67).

O projeto previa pena e punição para os docentes que infringissem os valores e a moral da família. O primeiro PL foi apresentado à Câmara dos Deputados em 2015, pelo deputado federal Izalci Lucas Ferreira, do PSDB do Distrito Federal. Tendo sido arquivado em 2019 e representado no mesmo ano pela deputada Federal Bia Kicis, do PSL do Distrito Federal. No período em que esteve no Congresso o projeto contribuiu para que, uma camada conservadora de deputados, se fortalecessem contra a presença do termo gênero na BNCC (2017), o qual foi substituído por diversidade. Além de ocupar espaço em diversas Câmaras Municipais que, através do Projeto Escola sem Partido, aboliram a palavra gênero do currículo escolar, ignorando os diversos significados do termo em diferentes áreas de conhecimento. Recentemente, neste ano de 2020, o Superior Tribunal Federal (STF) julgou como inconstitucional o projeto por ir contra o respeito a diversidade⁵⁴.

Embora tenha sido reprovados o projeto ganhou popularidade e amedronta a prática docente. Visto que os conteúdos mais condenados pelo movimento que o defende são vinculados à: sexualidade; movimentos sociais e políticos; questões étnico-raciais; ao pensamento filosófico de autores como Karl Marx, Antônio Gramsci, entre outros, todos os temas estão presentes na disciplina de Sociologia.

As discussões sobre gênero também despertam a curiosidade da juventude devido a atualidade e forte presença na *internet*, entre *youtubers* e em redes sociais. É possível que a temática de gênero nos livros didáticos tenha chamado mais a atenção dos participantes, pois por estarem no material didático respaldam a prática docente contra qualquer reclamação sobre o conteúdo ou problemas com defensores do movimento Escola sem Partido.

Pressupomos, também, que uma das temáticas mais discutidas entre os docentes de Sociologia fosse feminismo. Sendo, este é um tema em voga entre os jovens⁵⁵. Então questionamos aos participantes se haviam percebido mudanças entre as edições do PNLD ao abordarem sobre feminismo e 43,2% responderam que “sim”. Dentre estes buscamos apreender

⁵⁴ Mais informações sobre o Projeto Escola sem Partido estão dispostas na dissertação de Fernanda Pereira de Moura (MOURA, 2016) e a reportagem do site Ação Educativa. Disponível em: <<https://acaoeducativa.org.br/stf-vai-julgar-acao-sobre-escola-sem-partido/>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

⁵⁵ Estas considerações partem da observação do documentário “Lute como uma menina” (2016), com Direção: Flávio Colombini e Beatriz Alonso, sobre o movimento de secundaristas de São Paulo que ocuparam as Escolas Estaduais contra a implementação forçada da Reforma do Ensino Médio e o fechamento de durmas. No documentário vemos que o diálogo dos adolescentes com o feminismo pós as estudantes a frente do movimentos estudantil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8OCUMGHm2oA>. Acesso em 10 nov. 2019.

quais modificações ocorreram – como uma questão aberta, e em geral, os participantes afirmaram que a temática feminismo ganhou mais espaço nas edições do PNLD 2015 e 2018.

Segundo as oitenta e uma respostas analisadas, tivemos a de que alguns livros didáticos apresentaram discussões sobre feminismo negro, interseccionalidade, empoderamento, fragmentos de textos de pensadoras negras e direitos da mulher. É consenso entre os participantes que o tema feminismo precisa ser ampliado nos livros didáticos de sociologia. Bem como indicou os participantes A e B, ao declararem:

A: “Não me recordo de encontrar o tratamento detalhado do tema feminismo nos livros didáticos de Sociologia. Grosso modo, o assunto é diluído nos capítulos. É tratado esporadicamente. Conteúdos referentes ao feminismo ainda é uma lacuna nos livros didáticos de Sociologia do PNLD”.

B: “Ao meu ver, as edições do PNLD de 2012 abordam o feminismo de forma superficial; 2015 traz mais exemplos das ações dos movimentos feministas, mas pouco se fala da Marcha Mundial das Mulheres. Chama atenção para o fato de que em 2018 (com ‘Sociologia em Movimento’), o feminismo interseccional foi mencionado.”

Novamente as declarações demonstram que, parte dos docentes, estão atentos ao PNLD de Sociologia e o utilizam em sala de aula.

Nosso passo seguinte foi averiguar a percepção dos participantes sobre a colaboração do livro didático no processo de ensino-aprendizagem. Posto que desde a primeira edição do Guia do PNLD de Sociologia (2011) foi discutido que o livro didático de sociologia deveria colaborar com a aprendizagem dos estudantes sobre conceitos, temas e teorias, partindo dos princípios “desnaturalização” e “estranhamento” elencados nas OCNEM (2006). Segundo os participantes, 96,3% responderam “sim”, uma pequena parcela, 3,7%, assinalaram “não”.

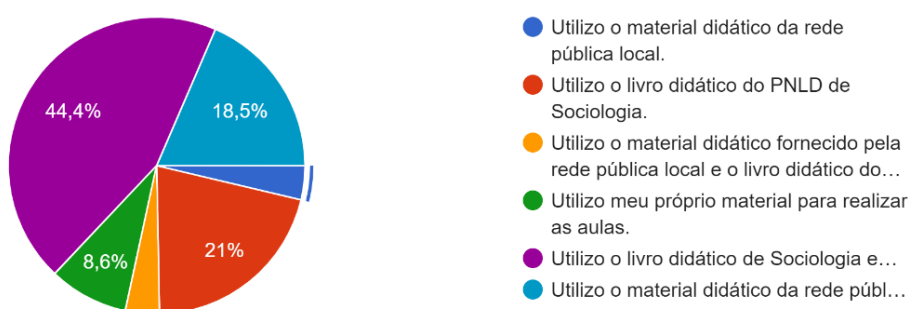
Investigamos também a existências de outros materiais didáticos que colaborassem com o ensino, como por exemplo, materiais apostilados. Conforme Caimi (2018), houve a ampliação da utilização de sistemas apostilados por estados e prefeituras. Verificamos que 50,6% responderam “não” receberam qualquer tipo de apostila e, 49,4% responderam “sim”.

Estes dados nos levam ao seguinte questionamento: quais as motivações levam estados e municípios a optarem por apostilas se já recebem os livros didáticos do PNLD? Apesar deste estudo não ter a intenção de responder a esta questão esta é uma reflexão que pode contribuir com pesquisas futuras. Haja visto que uma série de fatores políticos e econômicos envolvem tal problema como indica alguns pesquisadores (CAIMI, 2018; DI GIORGI et al., 2014).

Nosso incômodo nos levou a indagar sobre quais materiais os participantes utilizavam para realizarem as aulas. Tivemos 44,4% que responderam utilizar o livro didático de

Sociologia e material próprio para realizar as aulas, 21% afirmaram que utilizam o livro didático do PNLD de Sociologia; 18,5% optam por utilizar o material didático da rede pública local, o livro didático do PNLD e seu próprio para material; 8,6% utilizam o próprio material para realizar as aulas; 3,6% usam o material didático da rede pública local e 3,6% preferem material didático fornecido pela rede pública local e o livro didático do PNLD de Sociologia, como podemos ver no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Utilização do livro didático do PNLD e outros materiais pelos docentes



Fonte: *Google Forms*.

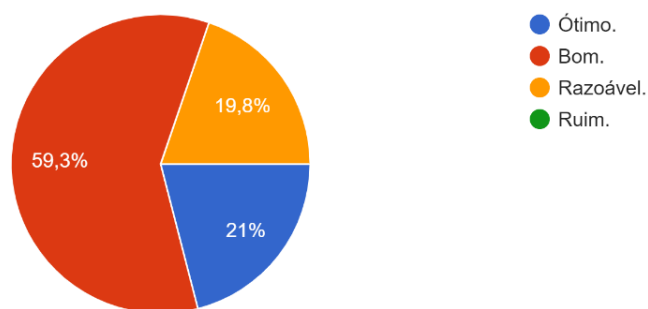
Os dados obtidos demonstraram que a maioria dos participantes optam por usar o livro didático em sala de aula, por ser mais um recurso que contribui com a prática docente. Fator já previsto pelo Guia PNLD (2017, p. 14) ao entender que o professor pode utilizar o livro de acordo com seu trabalho pedagógico e o estudante tem a possibilidade de se deparar com inúmeras ferramentas que o levam a compreender a Sociologia.

Então fomos averiguar como os participantes avaliavam o último PNLD de Sociologia. Indicamos quatro opções de respostas:

- a) ótimo;
- b) bom;
- c) razoável;
- d) ruim.

Chegamos aos dados de 59,3% das respostas foram “bom”, 21% “ótimo” e 19,8% “razoável”. Dados bem positivos sobre o PNLD, pois mesmo com ressalvas sobre o material, os docentes entenderam que o livro didático tem qualidade.

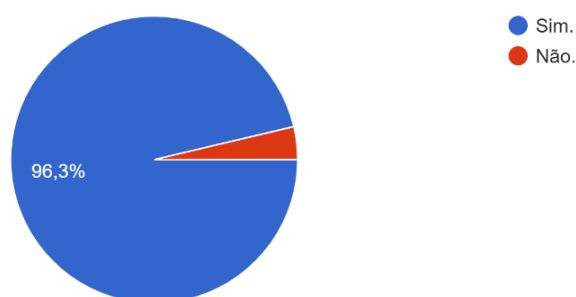
Gráfico 12 – Avaliação dos docentes sobre o último PNLD de Sociologia



Fonte: *Google Forms*.

Por fim analisamos se os participantes entendiam que o PNLD de Sociologia havia contribuído para a consolidação da disciplina no currículo, 96,3% responderam “sim”, como exposto no Gráfico 13

Gráfico 13 – Contribuição do PNLD para a consolidação da Sociologia no Ensino Básico



Fonte: *Google Forms*

Confrontados sobre os motivos que os levaram a responder a última questão, muitos participantes afirmaram que a obra didática é uma ferramenta importante por sistematizar os conteúdos. Além de se enquadrar à legislação educacional – como LBDEN (1996), DCNEM (2012) e OCNEM (2006), orienta o trabalho do professor e legitima a disciplina diante das demais áreas de conhecimento. Das oitenta e uma respostas obtidas selecionamos duas dos participantes C e D, por serem mais elaboradas, como exemplo. Para o docente C

O livro didático é simbólico - dentro da tradição e do cotidiano escolar brasileiro - da solidez de um "componente curricular". Sua ausência conota um status de disciplina improvisada como as matérias-simulacro (empreendedorismo, tecnologia, eletivas...). Num componente em que grande parte dos professores não têm formação específica ou acesso à (ou mesmo conhecimento acerca) bibliografia básica, o livro didático cumpre um papel formador, um indicador de bibliografias, um referencial mínimo para o não-esvaziamento completo da disciplina (tão maculada pela sua histórica intermitência no currículo Brasileiro). Para o aluno letrado, sem acesso aos livros clássicos e contemporâneo das Ciências sociais, o livro constitui um tesouro de informações, e um contraponto importante ao senso comum. A importância desnaturalizadora do livro didático fica explícita quando movimentos censores como o Escola sem partido, tentam desqualificá-los.

Já para o docente D

Porque dão aporte de estudo para professoras/res e estudantes e com isso possibilitam que se discuta conceitos, teorias, autoras/res, linhas de pesquisa e aplicação prática da disciplina. Podem servir de subsídio para preparação das aulas, resolução de exercícios e material de leitura acessível e de boa qualidade para estudo e acompanhamento teórico-prático da disciplina pelas/os estudantes. Contudo, para que tudo isso se concretize é necessário que a linguagem utilizada no livro seja acessível e interessante para as/os estudantes. O livro atualmente adotado pelo PNLD é excelente em todos os aspectos exceto na linguagem, que é ainda rebuscada e de difícil entendimento por ser bastante teórica e acadêmica. O que é feito com muita qualidade mas ainda é distante do que as/os estudantes estão dispostos ou mesmo, infelizmente, aptos/preparados para ler e compreender tanto em sala quanto em casa. Com isso, é preciso que a/o docente tenha bastante cautela e responsabilidade para utilizar o livro a fim de que não afaste a/o estudante do gosto e da disposição para acompanhar a matéria, entendê-la e apropriar-se dela por meio daquele. Caso a/o docente utilize como material didático-pedagógico apenas o livro as chances da sociologia ser incompreendida em sua importância e legitimidade para estar no currículo da educação básica é alarmantemente grande, exatamente pelo risco de ser vista como "teórica demais", "distante da realidade", "inaplicável".

Foi consenso entre os participantes que o PNLD de Sociologia colaborou para a consolidação da disciplina. E mesmo sendo ameaçada com Reforma do Ensino Médio, por não ser garantida legalmente no currículo das escolas médias, o PNLD é mais uma ferramenta a favor da manutenção da disciplina.

Portanto, ao analisarmos o Guia do PNLD de Sociologia, compreendemos que este material tem as funções de: a orientar os docentes do Ensino Básico sobre suas possibilidades de trabalho com o livro didático; indicar as falhas para o livro seja aprimorado pelas editoras e autores; e contribuiu para a consolidação da disciplina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos descrever e analisar os Guias de Livros Didáticos do PNL D de Sociologia, partindo da hipótese de que estes materiais possibilitariam uma perspectiva geral da composição, adequação e aceitação pedagógica dos livros didáticos. Para tanto, problematizamos se os possíveis avanços das obras didáticos poderiam ser verificados através do Guias das três edições do PNL D de Sociologia (2012, 2015 e 2018); e os respectivos Editais (2009, 2012 e 2015), bem como os Guias haviam contribuído para a consolidação da disciplina.

Para verificarmos tais apontamentos, inicialmente, recorreremos ao processo de institucionalização do ensino de Sociologia. Desde o final do século XIX, com a primeira iniciativa de implementação da Sociologia na educação, através da Reforma Benjamin Constant. Passando pelo início do século XX, em que a Sociologia ingressou oficialmente no currículo do ensino secundário, especificamente nos anos finais do curso preparatório, e se manteve assim até a década de 1940. Sabemos que naquele período histórico, a Sociologia era compreendida como uma disciplina que contribuiria para a formação da elite brasileira.

A Sociologia era vista como a área que estudava a sociedade, suas normas e regras. Neste período vimos o surgimento dos primeiros manuais de Sociologia, em geral escritos por intelectuais que se interessavam pela disciplina e a lecionavam no ensino secundário. Este é o caso de Fernando de Azevedo, intelectual renomado na Sociologia e na Educação, que foi professor de Sociologia do Colégio Pedro II, colaborou com a implementação da Sociologia no currículo e escreveu alguns manuais para a disciplina.

Na década de 1930, a criação, no ensino superior, do curso de Ciências Sociais institucionalizou tal campo. É também neste momento que observamos uma quantidade considerável de manuais de Sociologia, como indica Meucci (2000).

Porém as políticas educacionais, conforme o contexto político brasileiro, ditaram a intermitência da Sociologia. Na década de 1940, a Sociologia foi posta como disciplina optativa no currículo, e mantida apenas nas Escolas Normais. Observamos a existência de quantidade menor de manuais didáticos para a disciplina.

Na década de 1950, intelectuais das Ciências Sociais, como Florestan Fernandes (1954) se posicionaram a favor da Sociologia na Educação Básica, pautando-se na ideia de que ela favorecia a compreensão da realidade brasileira. Embora parte da intelectualidade defendesse

esta ciência ficasse restrita à academia. Com a Ditadura Militar, entre 1960 e 1980, os debates sobre o ensino de Sociologia se mantiveram suspensos e a disciplina teve um hiato de vinte anos. Neste período a disciplina foi excluída do currículo e disciplinas como EMC e OSPB foram integradas ao Ensino Básico. Tais matérias eram compostas por temáticas que compunham a Sociologia, embora tivessem um caráter de disciplinar os estudantes e respaldarem ideologicamente o regime que vigorava.

Com a redemocratização do Brasil a partir de 1980, Sociologia voltou ao currículo, por meio da Lei nº 7.044/82 como disciplina optativa. Os Estados poderiam inclui-la e no então 2º Grau, como foi o caso de São Paulo. O momento parecia favorável, e acreditou-se que seria uma questão de tempo para a aprovação da obrigatoriedade da disciplina.

A obrigatoriedade veio, somente em 2008, devido a uma ampla campanha entre a década de 1990 e 2000, mobilizada por professores do ensino superior e instituições de Cientistas Sociais pelo retorno da Sociologia. Um diferencial, deste período foi a produção de livros didáticos de Sociologia. Embora fosse um número reduzido de obras, autores como Nelson Tomazi se consagraram nesta área.

Após a obrigatoriedade, a disciplina passou a ter outros desafios como ter materiais didáticos que refletissem as necessidades da Sociologia e profissionais qualificados para ministrarem as aulas. O primeiro PNLD de Sociologia, 2012, foi tanto um indicativo da consolidação da Sociologia quanto a buscar por suprir uma carência existente. Uma vez que o livro didático é um objeto importante para o processo de ensino-aprendizagem.

O livro didático é um bem cultural produzido e reproduz valores e relações sociais de uma época. É um instrumento político, por ser regulamentado conforme determinada legislação e seus ideais políticos. É também uma mercadoria, produzida em larga escala conforme as regras do mercado. Além de ser valioso meio para compreender a recontextualização dos saberes acadêmicos em saberes escolares.

Todos estes aspectos aguçaram nossas reflexões sobre o PNLD, um programa nacional que se propõe a selecionar, avaliar, adquirir e distribuir livros didáticos para estudantes de todas as escolas públicas do país.

Criado 1985, inicialmente o PNLD apenas adquiria e distribuía os livros didáticos. Inicialmente o Programa atendia o Ensino Fundamental. No decorrer dos anos 1990 foi sendo aprimorado, devido as críticas, em especial dos especialistas em educação sobre a má

qualidade do livro didático. Sendo que a partir de 1996 implementou a primeira avaliação dos livros didáticos selecionados pelo programa.

O Programa foi ampliado no decorrer dos anos 2000 e passou a atender os estudantes de Ensino Médio. Elaborou um sistema de avaliação rigoroso dos livros didáticos. Com o Decreto 7.084/2010 o programa foi consolidado e passou a incluir universidades públicas como responsáveis pelo processo de avaliação. Além de compor equipes técnicas (avaliadores) especialistas indicados pela universidade para a análise dos livros.

Observamos que entre 2006 e 2012 o PNLD foi aprimorado o que resultou no maior Programa nacional de distribuição de livros didáticos. Conseguindo atingir estudante de regiões afastadas no país com materiais de qualidade.

Mas o cenário político econômico que se instalou no Brasil a partir de 2016, através do golpe contra a presidente Dilma Rousseff, trouxe um ambiente de incerteza para o PNLD. Em 2017, o Decreto nº 9.099 o programa teve uma série de modificações, como por exemplo, a seleção dos livros didáticos tornou-se um quadriênio; as comissões avaliadoras poderiam ser escolhidas diretamente pelo MEC e Secretarias de Educação, as universidades públicas deixaram de ter a autonomia no processo de seleção e avaliação, a seleção dos livros aprovados pode ser indicada diretamente pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação eliminando a autonomia do professor, entre outros. Estes fatores puderam alterar o processo de avaliação e prejudicar a qualidade dos livros didáticos do PNLD.

Deste modo ao analisarmos os Editais e Guias do PNLD de 2012, 2015 e 2018, podemos verificar que o formato implementado pelo Decreto 7.044/2010, foi desenvolvido com sucesso e garantiu a autonomia dos professores da Educação Básica quanto à escolha do livro. Observamos que no decorrer do PNLD de 2012, o qual não abarcou tal decreto, estavam os pressupostos que foram implementados a partir do PNLD de 2015 e aprimorado em 2018.

A análise dos Editais do PNLD indicou avanços significativos. No Edital de 2009, existia um olhar limitado para o estudante e a função da escola média, bem como a perspectiva de uma educação inclusiva e integral era limitada e pouco enfatizadas no documento. No Edital de 2012, o material direcionou-se a entender o papel no jovem na escola e exigir um material didático que incluísse tais ideias. Ressaltando, mais que o edital anterior, que livros que expressassem o preconceito e discriminação contra os grupos minoritários, como mulheres, negros, indígenas seriam excluídos.

No Edital de 2015, as exigências para obtenção de um material didático que fosse mais inclusivo e representativo das minorias sociais aumentaram. Verificamos que o documento detalhou ainda mais suas exigências relacionadas a conteúdos com caráter preconceituoso e discriminatório. Em contrapartida todos os editais são documentos descritivo e muitas recomendações permanecem iguais entre as edições.

Dentre os Guias do PNLD verificamos que os principais desafios enfrentados foi aprovar livros que refletissem a diversidade sócio-cultural brasileira, discutissem os conceitos e teorias sociológicas em uma linguagem acessível aos jovens e incluíssem temáticas da sociologia que estão em voga entre a juventude contemporânea.

No PNLD de 2012, a disciplina de Sociologia teve dois livros aprovados. Tais materiais tinham inúmeras ressalvas como conter o mínimo de conteúdos relacionados à Antropologia e Ciência Política ou não fazer referência a outros tipos de que não fossem baseadas no Sudeste brasileiro. No PNLD de 2015 os livros selecionados foram diferentes, haviam incluídos temas praticamente inexistentes na edição anterior como gênero e relações étnico-raciais. Em 2018, certamente tivemos o melhor PNLD de Sociologia, até este momento, os livros foram modificados e se tornaram mais atraentes aos estudantes, as temáticas citadas forma ampliadas nos livros.

Entretanto os Guias do PNLD indicaram que os livros didáticos de Sociologia ainda precisam se atentar a problemas que se mantiveram desde a primeira edição, como a linguagem adequada ao estudante de Ensino Médio. No questionário de pesquisa, respondido pelos docentes de Sociologia, ficou evidente que os livros didáticos ainda não alcançaram uma linguagem que aproximem os estudantes da disciplina. Outro desafio evidenciado pelos participantes foi a abordagem de temas da Sociologia, como gênero, feminismo, de forma mais profunda. Tanto os Guias do PNLD quanto os docentes participantes indicaram que as obras tratam os temas de forma solta e/ou diluída em outros temas.

Os Guias e os docentes nos mostram que os livros ainda não tratam da Sociologia, Antropologia e Ciência Política de forma equilibrada. Embora os livros do último PNLD contemplem mais de cada área que as outras edições. E foi consenso entre os participantes que, o PNLD de Sociologia, contribuiu para a consolidação da disciplina, por colocar a Sociologia em igualdade com as outras matérias no ambiente escolar.

Um impasse indicado pela pesquisa, está na utilização dos Guias pelos professores no processo de seleção das obras didáticas. Muitos participantes afirmaram conhecer o material,

mas não ter acessado o mesmo no momento da escolha do livro, e não receber orientação na unidade escolar sobre o Guia. Acreditamos que tal fato pode prejudicar a seleção do livro didático, posto que a escolha pode ser baseada em uma análise superficial das obras resultado em um material que não condiz com sua realidade de trabalho. Este problema nos alerta para a forma de como ocorra o processo de divulgação e seleção na escola, algo que poderá a ser discutido em outras possíveis pesquisas.

Assim, é certo que os Guias do PNLD colaboram para informar as deficiências e avanços dos livros didáticos para docentes de Ensino Médio. E possibilitaram, também, que a Sociologia se consolidasse no currículo do Ensino Médio. Uma vez que as ressalvas dos avaliadores proporcionaram que, a cada edição os livros, incluíssem temáticas antes esquecidas.

Por fim, este trabalho, ao observar de forma ampla os livros didáticos a partir dos Guias do PNLD, deixa como contribuição para o ensino de Sociologia as reflexões de elementos que podem ser aprimorados nos livros didáticos para o melhor desenvolvimento da disciplina. Bem como pretendemos que, este escrito, seja também uma ferramenta para a manutenção da Sociologia frente a este período incerto que vivemos após a Reforma do Ensino Médio em 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGEBAILLE, E. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. *In*: FRIGOTTO, G. (Org.). **ESCOLA “SEM” PARTIDO**: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 63-75. Disponível em: <http://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gaudencio-frigotto-ESP-LPPUERJ.pdf>. Acesso em: 05 maio 2019.

AZEVEDO, G. C.; NASCIMENTO, T. B. V. O discurso de apoio à Sociologia no Ensino Médio nos anos 30/40 e nos anos 90/00: apontamentos sobre os dois períodos. *In*: BODART, C., CIGALES, M. (Org.). **Revista Café com Sociologia**. Dossiê História do Ensino de Sociologia. v. 4, n. 3, 2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, A. A. G. **Recomendações para uma política pública de livros didáticos**. Brasília: Ministério da Educação, 2001. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001876.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3178 de 1997**. Altera dispositivos do art. 36 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases na educação nacional. Brasília, [1997]. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=AE3C43826A98BC49100A97B7734B5C96.node2?codteor=1130709&filename=Avulso+-PL+3178/1997. Acesso em: 03 fev. 2020.

BRASIL. **Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação, 2006. v. 3. p.133. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf. Acesso em: 17 maio 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CEB nº 3, de 26 de junho de 1998**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, [1998a]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_98.pdf. Acesso em: 5 jun 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?sequence=1. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 869, de 12 de Setembro de 1969**. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória [...]. Brasília, [1969]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 15 fev. 2020

BRASIL. **Guia de livros didático**: PNLD 2012: Sociologia. Brasília: Ministério da Educação, 2011. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico/item/2988-guia-pnld-2012-ensino-m%C3%A9dio>.

Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. **Guia de livros didáticos: PNLD 2015 : sociologia : ensino médio.** Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico/item/5940-guia-pnld-2015>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital de convocação 01/2013 – CGPLI.** Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático PNLD 2015. Brasília, [2012a]. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/4032-pnld-2015>. Acesso em: 16 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital De Convocação 04 / 2015 – CGPLI.** Edital De Convocação Para O Processo De Inscrição E Avaliação De Obras Didáticas Para O Programa Nacional Do Livro Didático Pnld 2018. Brasília, [2015] . Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=39561-pnld-2018-edital-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parecer Resolução CNE / CEB nº 15/98.** Brasília, [1998b]. Diretrizes Curriculares Nacionais Para O Ensino Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=853-parecer-ceb-15-98-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 5 jun 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2018: Sociologia - guia de livros didáticos - Ensino Médio,** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017c. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico/item/11148-guia-pnld-2018>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Reolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, [2012b]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 jun. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 1.006, 30 de dezembro de 1938.** Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Rio de Janeiro, [1938]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.084, de 27 janeiro de 2010.** Dispõe sobre os programas de material didático e dá outras providências. Brasília, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7084.htm. Acesso em: 17 jan. 2020.

BRASIL. Presidencia da República. **Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017.** Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Brasília, [2017b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9099.htm. Acesso em: 06 mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932**. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. Rio de Janeiro, [1932]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21241-4-abril-1932-503517-publicacaooriginal-81464-pe.html>. Acesso em: 14 jan 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985**. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Brasília, [1985]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 dez. 2019

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, [1961]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 13 jan 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, [1971]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 01 fev. 2020

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 jul 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.415, de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [...] Brasília, [2017^a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 30 maio 2020.

BRASIL. Programa Nacional do Livro Didático. **Editais de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático PNLD 2012 - Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, [2009]. Disponível em: [file:///C:/Users/Hp-PC/Downloads/edital_pnld_2012_consolidado%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Hp-PC/Downloads/edital_pnld_2012_consolidado%20(4).pdf). Acesso em: 16 nov. 2019.

BRITO, S. H. A. O ensino de sociologia e a organização do trabalho didático no Colégio Pedro II (1925-1945). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 12, n. 3, p. 95–124, 2012. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38814>. Acesso em: 13 ago. 2018.

BRITTO, T. F. DE. **O Livro Didático, o Mercado Editorial e os Sistemas Apostilados**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-92-o-livro-didatico-o-mercado-editorial-e-os-sistemas-de-ensino-apostilados>. Acesso em: 25 set. 2018.

CAIMI, F. E. Sob nova direção: o PNLD e seus desafios frente aos contextos político-educativos emergentes. **Revista História Hoje**, v. 7, n. 14, p. 21–40, 2018. Disponível em:

<https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/465>. Acesso em: 18 nov. 2019.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueredo. **O mercado de livro didático no Brasil**: da criação do Programa Nacional do Livro Didático à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). Tese de Doutorado. Educação: História, Política e Sociedade. PUC-SP, 2007. Disponível em: http://pct.capes.gov.br/teses/2007/968930_5.PDF. Acesso em: 01 maio 2019.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 3, p. 549–566, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000300012. Acesso em: 08 ago. 2019.

CIGALES, M. P. O Ensino da Sociologia no Brasil: Perspectiva de análise a partir da História das Disciplinas Escolares. **Revista Café com Sociologia**, v. 3, n. 1, p. 49–67, 2014. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/100>. Acesso em: 10 mar. 2019.

CIGALES, M. P. História, políticas educacionais e desafios para o ensino de sociologia no Brasil: entrevista com Simone Meucci. **Em Tese**, v. 12, n. 2, p. 204, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2015v12n2p204>. Acesso em: 10 nov. 2019.

DI GIORGI, Cristiano Amaral Garboggini et al. Uma proposta de aperfeiçoamento do PNLD como política pública: o livro didático como capital cultural do aluno/família. **Ensaio**: aval.pol.públ.Educ. [online]. 2014, vol.22, n.85, pp.1027-1056. ISSN 0104-4036. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362014000400008>. Acesso em: 10 nov. 2019.

ENGERROFF, A. M. B. **A Sociologia no ensino médio**: a produção de sentidos para a disciplina através dos livros didáticos. Tese de Doutorado. Pós-Graduação em Sociologia Política - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/187809>. Acesso em: 11 nov. 2019.

ENGERROFF, A. M. B. **Mapeando a produção sobre o livro didático de Sociologia**: Um estado da arte no campo acadêmico brasileiro. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Ciências Sociais - Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182774>. Acesso em: 11 nov. 2019.

FILGUERAS, J. M. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a Coletada e a Fename. **História Educação (Online)**, v. 19, n. 45, p. 85–102, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/44800>. Acesso em: 9 maio 2019.

FERNANDES, F. O ensino de sociologia na escola secundária. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=164&Itemid=171. Acesso em: 02 mar. 2018.

FREITAG, B.; MOTTA, V. R.; COSTA, W. F. **O estado da arte do livro didático no Brasil**. Brasília, DF: INEP, 1987. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001994.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em:

http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf. Acesso em: 3 maio 2018.

GRAMOWSKI, V. B.; DELIZOICOV, N. C.; MAESTRELLI, S. R. P. O Pnld E Os Guias Dos Livros Didáticos De Ciências (1999 - 2014): Uma Análise Possível. **Revista Ensaio**, v. 19, p. e2571, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1983-21172017000100210&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 18 fev. 2020.

HANDEFAS, A.; MAÇAIRA, J. P. O estado da arte da produção científica sobre o ensino de Sociologia na educação básica. **BiB**, n. 74, p. 43–59, 2014. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/bib-pt/bib-74/8799-o-estado-da-arte-da-producao-cientifica-sobre-o-ensino-de-sociologia-na-educacao-basica/file>. Acesso em: 6 ago. 2018.

HÖFLING, E. DE M. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 70, p. 159–170, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302000000100009&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 08 fev. 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico: Censo da Educação Básica Estadual 2019** [recurso eletrônico]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6878604. Acesso em: 18 ago. 2020.

JINKINGS, N. Os processos de institucionalização da Sociologia no Segundo Grau (1972-1995). In: SILVA, I. L. F., GONÇALVES, D. N. (Org.). **A Sociologia na educação básica**. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2017. p.37-58.

LISPECTOR, C. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MACHADO, C. DE S. O Ensino da Sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar .pdf. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 13, n. 1, p. 115–142, 1987. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33382>. Acesso em: 23 jul. 2018.

MANTOVANI, K. P. **O Programa Nacional do Livro Didático - PNLD: impactos na qualidade do ensino público**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-24112009-152212/pt-br.php>. Acesso em: 25 set. 2019.

MENDONÇA, Sueli L. G. Os processos de institucionalização da Sociologia no Ensino Médio (1996 - 2019). In: SILVA, I. L. F., GONÇALVES, D. N. (Org.). **A Sociologia na educação básica**. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2017. p.59-77.

MEUCCI, S. **A institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos_dissertação.pdf**, 2000. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279132>. Acesso em: 31 mar 2019.

MEUCCI, S. Sobre a rotinização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 12, n. 1, p. 31-66, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3386>. Acesso em: 12 jun. 2018.

MEUCCI, S. Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, v. 2, n. 3, p. 209, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.70>. Acesso em: 10 jun. 2018.

MEUCCI, S. Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 51, n. 3, p. 251–260, 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93843711003>. Acesso: 10 ago. 2018.

MORAES, A. Ensino de sociologia: Periodização e campanha pela obrigatoriedade. **Cadernos CEDES**, v. 31, n. 85, p. 359–382, dez. 2011. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 31 mar 2019.

MORAES, A. C. Parecer sobre o ensino de Filosofia e de Sociologia. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 12, n. 1, p. 239, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3404>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MOURA, F. P. DE. **“Escola sem Partido”**: relações entre estado, educação e religião e os impactos no ensino de história. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Ensino de História do Instituto de História - Universidade Federal do rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/174584>. Acesso em: 28 set. 2019.

MUNAKATA, K. O livro didático como mercadoria. **Pro-Posições**, v. 23, n. 3 (69), p. 51–66, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8642828>. Acesso em: 19 out. 2019.

OLIVEIRA, A. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. **Acta Scientiarum. Education**, v. 35, n. 2, p. 179–189, 2013. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/20222/pdf>. Acesso em: 13 out. 2019.

OLIVEIRA, A.; CIGALES, M. P. A pesquisa como princípio pedagógico no ensino de Sociologia : uma análise a partir dos livros selecionados no PNLD 2015. **Unisinos**, v. 51, n. 3, p. 279–289, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/csu.2015.51.3.05>. Acesso em: 21 nov. 2019.

OLIVEIRA, A.; CIGALES, M. P. O Ensino De Sociologia No Brasil: Um Balanço Dos Avanços Galgados Entre 2008 E 2017. **Revista Temas em Educação**, v. 28, n. 2, p. 42–58, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/46060>. Acesso

em: 02 fev. 2020.

OLIVEIRA, A.; OLIVEIRA, E. A. F. Os processos de institucionalização da Sociologia na Escola Secundária (1890-1971). In: SILVA, I. L. F., GONÇALVES, D. N. (Org.). **A Sociologia na educação básica**. São Paulo: Annablume, 2017. p.19-35

ROTA, A. R. A Implementação Da Comissão Nacional Do Livro Didático No Estado Novo (1937-1945). **Revista Cadernos de Clio**, v. 5, n. 1, p. 61–75, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/clio/article/view/40212>. Acesso em: 23 out. 2019.

RÖWER, J. E. Estado da arte: dez anos de Grupos de Trabalho (GTs) sobre ensino de Sociologia no Congresso Brasileiro de Sociologia (2005-2015). **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 3, p. 126, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/24754>. Acesso em: 6 ago. 2018.

SARANDY, F. M. S. **A sociologia volta à escola**: um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil, 2004. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/praxis/255>. Acesso em: 23 nov. 2019.

SARANDY, F. M. S. O debate acerca do ensino de Sociologia no secundário, entre as décadas de 1930 e 1950. Ciência e modernidade no pensamento educacional brasileiro. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 12, n. 1, p. 67, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3389>. Acesso em: 30 nov. 2018.

SCOTT, J. Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica. **Educação & Realidade**, p. 1–35, 1995. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/Gênero-Joan Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/Gênero-Joan%20Scott.pdf). Acesso em: 20 fev. 2020.

SILVA, I. F. A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. **Revista Cronos**, v. 8, n. 2, p. 403–427, 2007. Disponível em : http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/article/view/1844/pdf_61. Acesso em: 08 mar 2019.

SILVA, I. F. Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: Brasil, Ministério da Educação. **Sociologia**: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, 2010. v.15. p. 15-44. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7843-2011-sociologia-capa-pdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 5 set. 2018.

TOTTI, M. A., MACHADO, V. Do debate acerca da implementação da disciplina de sociologia no currículo no interior do primeiro congresso de sociologia aos desafios atuais In: SILVA, L. F., DIAS, M.S.; MANZONI, R.M. (Org.). **Cadernos de docência na educação básica II**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

ZAMBON, L. B.; TERRAZZAN, E. A. Políticas de material didático no Brasil: organização dos processos de escolha de livros didáticos em escolas públicas de educação básica. **Revista**

Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 94, n. 237, p. 585–602, 2013. Disponível em: <http://rbepold.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/379>. Acesso em: 3 fev. 2020.

APÊNDICE A – MODELO DO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Idade:

Sexo: () Masculino () Feminino () Outro

Estado que atua como docente:

- 1) Em que curso superior você se graduou?
- 2) Qual o ano que você concluiu sua graduação?
- 3) Em instituição:
() Pública. () Privada.
- 4) Você atua como docente de Sociologia na rede pública ensino?
() Sim, na rede pública estadual. () Sim, na rede pública municipal.
- 5) Em que ano você ingressou na carreira docente de Sociologia na rede pública?
- 6) Qual a sua situação funcional?
() Efetivo. () Temporário.
- 7) Há quanto tempo leciona na rede pública?
() 1 a 2 anos. () 3 a 4 anos. () 5 a 6 anos.
() 7 a 8 anos. () a mais de 10 anos.
- 8) A escola, em que você atua, recebeu o livro didático do PNL D Sociologia em 2012, 2015 e 2018?
() Sim. () Não. () Não sei dizer.
- 9) Você se lembra do título do livro didático de Sociologia que a escola escolheu em 2012?
() Sim, Tempos modernos, tempos de Sociologia.
() Sim, Sociologia para o ensino médio.
() Não sei, pois não estava na escola nesta data.

10) Você se lembra do título do livro didático de Sociologia que a escola escolheu em 2015?

() Sim, Tempos modernos, tempos de Sociologia.

() Sim, Sociologia para o ensino médio.

() Sim, Sociologia.

() Sim, Sociologia em movimento.

() Sim, Sociologia hoje.

() Sim, Sociologia para jovens do século XXI.

() Não sei, pois não estava na escola nesta data.

11) Você se lembra do título do livro didático de Sociologia que a escola escolheu em 2018?

() Sim, Tempos modernos, tempos de Sociologia.

() Sim, Sociologia.

() Sim, Sociologia em movimento.

() Sim, Sociologia hoje.

() Sim, Sociologia para jovens do século XXI.

() Não sei, pois não estava na escola nesta data.

12) Você participou da escolha dos livros didáticos do PNLD de Sociologia da escola em que leciona?

() Sim. () Não.

Em caso negativo, indique quem fez a escolha.

13) Você conhece os Guias de Livros Didáticos PNLD (documentos fornecidos pelo MEC às escolas públicas com as resenhas dos livros didáticos aprovados pelo PNLD e a críticas dos avaliadores do programa)?

() Sim. () Não.

14) Você teve acesso ao Guia de Livros Didáticos de Sociologia, durante o processo de seleção dos livros didáticos?

() Sim. () Não.

15) Você foi orientado, na sua unidade escolar, a utilizar o Guia de Livros Didáticos PNLD, no auxílio à escolha do livro didático de Sociologia?

() Sim. () Não.

16) Se sua resposta anterior foi "sim", quem o orientou?

() A direção da unidade escolar. () A coordenação da unidade escolar.

17) Em quais edições do PNLD de Sociologia você teve acesso ao Guia de Livros Didáticos?

() 2012.

() 2015.

() 2018.

() Apenas 2015 e 2018.

() Tive acesso a todas as edições dos Guias de Livros Didáticos PNLD de Sociologia.

() Não tive acesso ao Guia de Livros Didáticos PNLD de Sociologia.

18) Você teve acesso aos Guias de Livros Didáticos PNLD de Sociologia na versão digital ou impressa?

() Digital. () Impressa. () Não tive acesso.

19) Qual critério você adotou para a escolha do livro didático?

() O conteúdo.

() Linguagem acessível aos estudantes.

() Temáticas novas.

() Outros.

20) Você utiliza o livro didático de Sociologia em sala de aula?

() Sim. () Não. () Às vezes.

21) Você notou alguma mudança entre as edições dos livros didáticos de Sociologia?

() Sim.

() Não.

22) Você notou o acréscimo de temáticas nos livros didáticos de Sociologia entre as edições de 2012, 2015 e 2018?

() Sim. () Não.

Caso sua resposta tenha sido positiva, quais foram essas temáticas?

23) Como você avalia tal mudança?

() Ótima, pois acrescentou temáticas nos três campos das Ciências Sociais.

() Ótima, pois acrescentou temáticas nos três campos das Ciências Sociais e modificou a abordagem didático-pedagógica.

() Boa, embora tenha notado apenas modificações gráficas, como por exemplo a alteração de imagens, entre as obras didáticas.

() Não sei avaliar as mudanças contidas nos livros didáticos entre as edições do PNLD.

24) Quais foram estas temáticas?

() Meio ambiente.

() Movimentos Sociais (movimento negro, LGBT, feminista) e coletivos.

() Gênero e Sexualidade.

() Questões étnico-raciais.

() Pensamento Social Brasileiro contemporâneo.

() Outros.

25) Você notou alguma mudança, entre as edições do PNLD de Sociologia, ao abordar o tema feminismo?

() Sim. () Não.

Caso sua resposta tenha sido positiva, qual mudança foi esta?

26) Para você, como docente, o livro didático de Sociologia colabora com a aprendizagem dos estudantes acerca dos conceitos, temas e teorias das Ciências Sociais?

() Sim. () Não.

27) O estado/município em que você leciona fornece algum material didático, como por exemplo apostilas, à disciplina de Sociologia além dos livros didáticos?

() Sim. () Não.

Caso sua resposta tenha sido positiva, qual material didático de Sociologia é oferecido pela rede pública que você atua?

28) Você utiliza mais o material didático fornecido pelo estado/município ou o livro didático do PNLD de Sociologia?

- Utilizo o material didático da rede pública local.
- Utilizo o livro didático do PNLD de Sociologia.
- Utilizo o material didático fornecido pela rede pública local e o livro didático do PNLD de Sociologia.
- Utilizo meu próprio material para realizar as aulas.
- Utilizo o livro didático de Sociologia e meu próprio material para realizar as aulas.
- Utilizo o material didático da rede pública local, o livro didático do PNLD e meu próprio material para realizar as aulas.

29) Como você avalia o livro didático de Sociologia da última edição do PNLD?

- Ótimo.
- Bom.
- Razoável.
- Ruim.

30) A existência de livros didáticos de Sociologia contribui para a consolidação da disciplina no currículo?

- Sim. Não.

31) Por que os livros didáticos de Sociologia contribuem, ou não, para a consolidação da disciplina no currículo?

32) Espaço para apresentar alguma questão importante não contemplada anteriormente.